

25  
de Abril

# COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação Mensal da Secretaria de Estado da Emigração



**EM DESTAQUE: ELEIÇÕES  
SUPLEMENTO:  
DOS BALEEIROS  
A FAUNA FLUVIAL**



## CIDADÃO ELEITOR

1. O boletim de voto que recebeu agora vai permitir-lhe escolher no seu círculo eleitoral os Deputados que, na Assembleia da República representarão todos os portugueses.

2. Nesse boletim de voto estão indicados os partidos políticos que apresentam candidatos a Deputados no seu círculo eleitoral.

3. Para exprimir o seu voto deverá proceder do seguinte modo:

- a) marcar, com uma cruz o quadrado correspondente ao partido político que escolheu;
- b) depois de efectuar essa operação, dobrará em quatro o boletim de voto devendo em seguida introduzi-lo no sobrescrito verde, que fechará;
- c) o sobrescrito verde, contendo o boletim de voto e devidamente fechado, será introduzido no sobrescrito branco e remetido à Assembleia de recolha e contagem de votos dos residentes no estrangeiro do respectivo círculo tal como indicado no respectivo sobrescrito.

4. Para que o seu voto seja considerado válido deverá ter em atenção os seguintes pormenores:

1. No canto superior esquerdo da face do sobrescrito branco deverá escrever o seu nome, número de inscrição e morada tal como constam do caderno de recenseamento com a indicação do consulado e país.
2. O boletim de voto deve ser introduzido dentro do sobrescrito verde que deve ser fechado. O sobrescrito branco endereçado à Assembleia de recolha e contagem de votos dos residentes no estrangeiro deverá igualmente ser fechado.

5. Já em Lisboa, na Assembleia de recolha e contagem de votos dos residentes no estrangeiro será descarregado o seu voto através de rúbrica nos cadernos, na linha do seu nome, que é encontrado através do nº. de inscrição que indicou; em seguida, será destruído o envelope branco mantendo-se o boletim de voto dentro do envelope verde, de modo a salvaguardar o segredo de voto, isto é, de maneira que não se saiba o partido em que votou cada um dos eleitores inscritos. Fácil é assim concluir da importância que assume a indicação do número de inscrição cuja omissão impede a descarga que é feita ao mesmo tempo que a verificação de um dos requisitos essenciais para se poder votar - estar inscrito no recenseamento eleitoral.

6. A remessa para a Assembleia de recolha e contagem de votos dos residentes nos círculos eleitorais da Europa e fora da Europa deverá ter lugar, o mais tardar até ao dia da eleição, isto é, até ao dia 2 de Dezembro. A remessa deverá ser feita pelo correio aéreo. Chama-se, porém, a sua atenção para o seguinte: em muitos países os serviços postais não funcionam nem aos sábados nem aos domingos. Não podendo o carimbo dos correios apresentar data posterior a 2 de Dezembro o sobrescrito deverá ser depositado na caixa do correio ou entregue nos serviços postais de tal modo que seja carimbado com data anterior. O eleitor que enviar o sobrescrito na sexta-feira dia 30 de Novembro deverá portanto, certificar-se da possibilidade de este seguir ainda com carimbo desse dia, pois o seu voto será anulado se o sobrescrito vier carimbado com data posterior a 2 de Dezembro.

Além disso, serão escrutinados os boletins de voto que chegarem à Assembleia de recolha e contagem dos votos dos residentes no estrangeiro, e esta inicia as suas funções no 10º. dia posterior ao da eleição. Deverá, portanto, fazer a remessa do seu boletim de voto, de molde a chegar dentro desse prazo.

DEPÓSITO LEGAL  
-0.MAR.1980



**PUBLICAÇÃO MENSAL  
DA SECRETARIA DE ESTADO  
DA EMIGRAÇÃO**

**Direcção**  
Manuel Arias

**Edição**  
Divisão de Publicações  
do Instituto de Emigração

**Sede**  
Ministério  
dos Negócios Estrangeiros  
Palácio das Necessidades, 1.º Piso  
Largo do Rilvas  
1354 Lisboa CODEX — Portugal  
Telefs. 67 67 00/1/2

**Composição e impressão**

Casa Portuguesa  
R. das Gáveas, 109  
1200 Lisboa - Portugal  
Telefs. 36 67 76/77

**EDIÇÃO EUROPA**

Commission paritaire n.º 3331 P

**Representante**

Embaixada de Portugal  
Serviço de Programação e Apoio  
6, Passage Dombasle  
75015 - Paris - França  
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

**Distribuição**

França, R. F. A., Bélgica, Lux.,  
Holanda, Suíça, Inglaterra

**Preços**

França — 4 FF  
R.F.A. — 2 DM  
Bélgica — 35 FB  
Luxemburgo — 32 FL  
Holanda — 2 FLS  
Suíça — 2 FS  
Inglaterra — 50 P

**Capa:** Evocando a quadra de Natal que se aproxima, a capa deste número é dedicada ao tema «Adoração dos Magos», num desenho de Francisco Vieira de Matos, «Lusitano» (1699-1783). Este trabalho, executado a lápis sobre papel com aguada castanha e datado de 1772, pertence actualmente à colecção do Gabinete de Estampas do Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). Agradecemos ao MNAA a autorização concedida para a reprodução desta obra.

**Colaboração fotográfica:** Agência ANOP, «A Capital», «Diário de Notícias», Direcção-Geral da Divulgação, Instituto Português de Cinema, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, António Manuel e Mário de Oliveira.

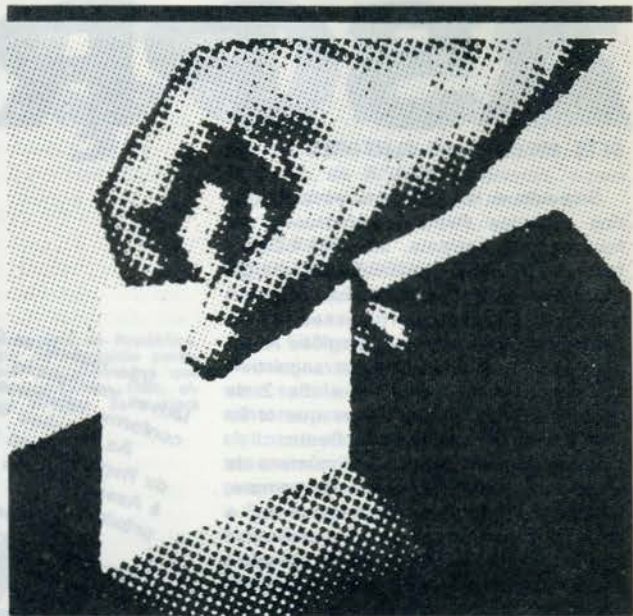


**NOTA DA REDACÇÃO:**

Por motivos de ordem técnica tornou-se necessário agrupar num único número da Revista o material referente aos meses de **Novembro e Dezembro**.

Para este facto pedimos a melhor compreensão de todos os leitores. Recordamos, a propósito, que as assinaturas anuais da Revista garantem o envio de 12 números, pelo que os assinantes não serão prejudicados por tal medida.

Com o próximo número de **Janeiro** retomamos o habitual contacto mensal com os nossos leitores.



No suplemento do próximo número da Revista contamos poder publicar os resultados globais e parciais das **eleições** para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais.

- 2 PORTUGAL HOJE  
As Próximas Eleições
- 7 ECONOMIA  
TV a cores em 1980
- 8 Produção de Flores e Plantas Ornamentais
- 9 A Floricultura em Portugal:  
Experiências e Perspectivas  
— Entrevista com a eng.ª Cristina Lança
- 10 CULTURA  
Eleições e Deputados:  
Da Monarquia à República
- 12 Centenário do Nascimento de Rocha Martins
- 14 DESPORTO
- 18 REGIONAL
- 25 SUPLEMENTO  
Dos Baleeiros à Faina Fluvial
- 31 PORTUGAL E O MUNDO
- 36 COMUNIDADES  
Secretário de Estado da Emigração  
entrevistado por «A Capital»
- 43 TOME NOTA
- 46 OS LEITORES ESCREVEM
- 48 CIRCUITO DE CINEMA DA S.E.E.

# AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

SETE MILHÕES DE ELEITORES

Segundo a mais recente actualização dos cadernos eleitorais, efectuada em meados do corrente ano, o número total de eleitores recenseados atingiu 6.908.458. Serão estes quase sete milhões de cidadãos portugueses — residentes no continente, nas Regiões Autónomas, em Macau e no estrangeiro — que vão eleger, no próximo dia 2 de Dezembro, os 250 deputados que terão assento no hemiciclo de S. Bento.

De sublinhar que o citado número de eleitores é o mais elevado de sempre, tendo sido ultrapassado, largamente, o total de recenseados para os sufrágios que se realizavam antes de 26 de Abril de 1974, nos quais participavam, no máximo, um milhão e meio de votantes, quantitativo que permitia grande margem de manobra para fraudes eleitorais.

Recorde-se que já no recenseamento de 1976 se tinham inscrito mais de seis milhões e meio de eleitores (6.590.375, precisamente). No recenseamento realizado no final de 1978 e que se prolongou

Vão realizar-se no nosso País, no próximo mês de Dezembro, as eleições legislativas intercalares (no dia 2) e as eleições para as Autarquias Locais (no dia 16).  
As eleições legislativas intercalares — cuja data foi anunciada pelo Presidente da República em meados de Setembro — destinam-se a eleger os novos deputados da Assembleia da República, para o período legislativo que terminará em Outubro do próximo ano.

As eleições para as Autarquias Locais foram marcadas pelo Ministério da Administração Interna (MAI) e visam a escolha, para os próximos três anos, dos dirigentes das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, bem como dos cidadãos que irão integrar as Assembleias daquele órgão autárquico.  
Recorda-se que em Portugal, de acordo com o que estabelece a Constituição, existem dois tipos de processos eleitorais, regulamentados por dois diplomas distintos: a Lei 4/79, para a eleição das Autarquias Locais. Assim, as eleições legislativas (tal como as presidenciais) seguem um processo centralizado, ao passo que as eleições autárquicas decorrem segundo um processo perfeitamente descentralizado.



CÍRCULO ELEITORAL DA EUROPA

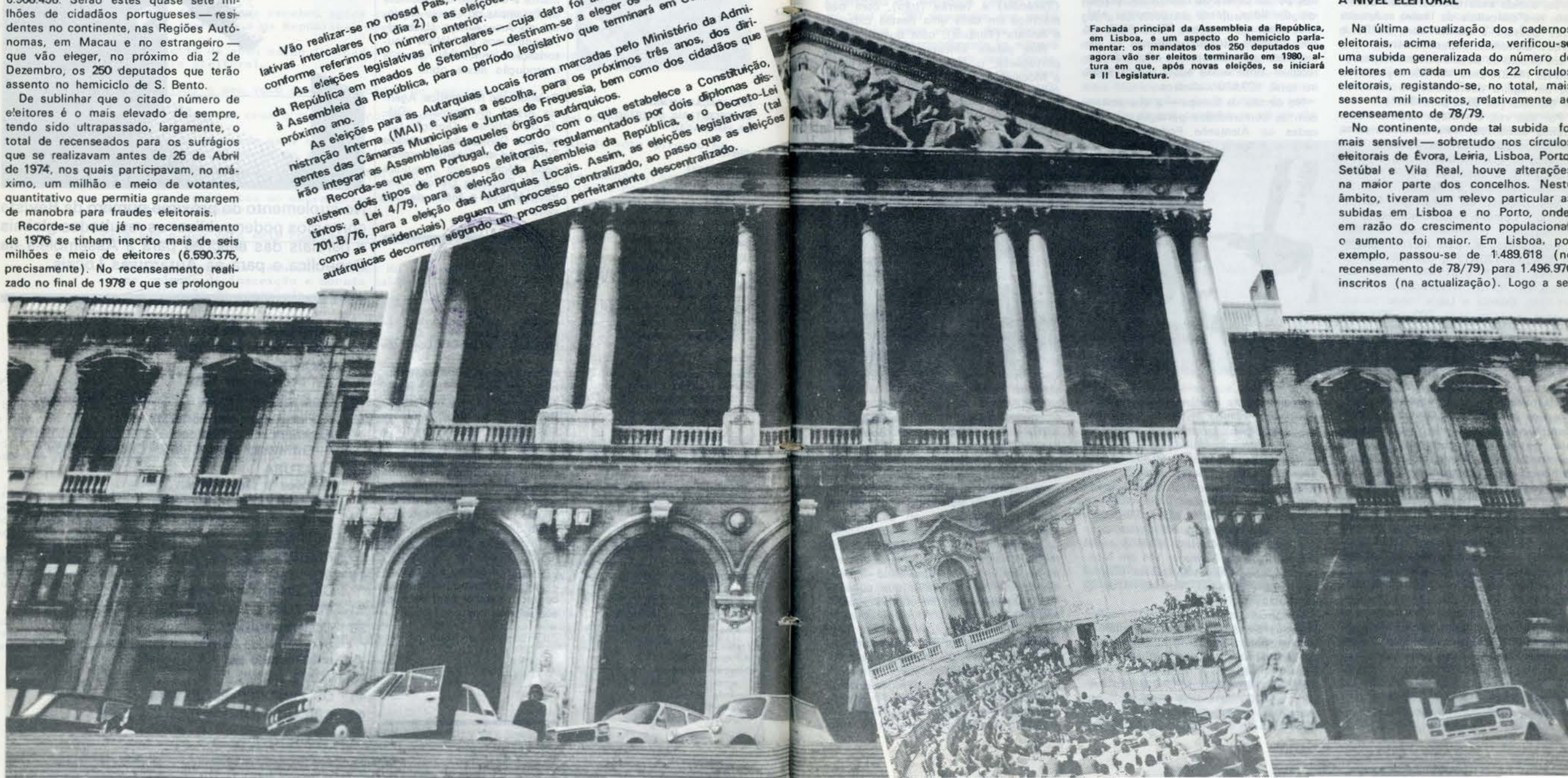
até ao início deste ano, registou-se a inscrição de 6.847.994 eleitores, como oportunamente havíamos anunciado.

## RESULTADOS DO ÚLTIMO RECENSEAMENTO A NÍVEL ELEITORAL

Na última actualização dos cadernos eleitorais, acima referida, verificou-se uma subida generalizada do número de eleitores em cada um dos 22 círculos eleitorais, registando-se, no total, mais sessenta mil inscritos, relativamente ao recenseamento de 78/79.

No continente, onde tal subida foi mais sensível — sobretudo nos círculos eleitorais de Évora, Leiria, Lisboa, Porto, Setúbal e Vila Real, houve alterações na maior parte dos concelhos. Neste âmbito, tiveram um relevo particular as subidas em Lisboa e no Porto, onde, em razão do crescimento populacional, o aumento foi maior. Em Lisboa, por exemplo, passou-se de 1.489.618 (no recenseamento de 78/79) para 1.496.970 inscritos (na actualização). Logo a se-

Fachada principal da Assembleia da República, em Lisboa, e um aspecto do hemiciclo parlamentar: os mandatos dos 250 deputados que agora vão ser eleitos terminarão em 1980, altura em que, após novas eleições, se iniciará a II Legislatura.



4 guir, por ordem de importância, vem o círculo do Porto, onde o aumento de 1.008.199 para 1.013.577 eleitores se ficou a dever à subida verificada na cidade do Porto propriamente dita (de 245.258 passou-se para 246.556), seguindo-se Vila Nova de Gaia (que regista agora 153.981 eleitores).

Voltando de novo a uma análise por distrito e por ordem alfabética, verificamos que em Aveiro se registou um aumento de 403.718 para 406.811 eleitores, subida essa que se notou sobretudo nos concelhos de Ílhavo e Arouca (que passam a contar com 20.103 e 15.621 eleitores, respectivamente).

No círculo de Beja, os eleitores passaram de 144.279 para 144.769, registando-se um ligeiro decréscimo no concelho de Mértola (de 9542 para 9486).

Por sua vez, em Braga, registaram-se apenas aumentos, mais sensíveis nuns concelhos (Barcelos, Famalicão e Guimarães) do que noutros, sendo o resultado final de 416.127 inscritos (contra 412.766 no recenseamento de 78/79).

Nos círculos de Bragança, Castelo Branco e Coimbra, poucas alterações se verificaram e o número total de eleitores inscritos é, pela mesma ordem, de 125.235, 179.417 e 320.464 (contra 124.847, 178.801 e 319.414, respectivamente, em 78/79). Aconteceu o mesmo em Faro, Guarda e Leiria, onde os aumentos variaram entre 700 e 900 eleitores em cada círculo, registando-se agora, segundo a mesma ordem, 243.473, 152.444 e 294.163 inscritos.

Por outro lado, enquanto em Portalegre houve apenas mais 400 inscritos, aproximadamente e uma pequena descida nos concelhos de Castelo de Vide e em Niza, no distrito de Viana do Castelo, ao contrário, a subida foi mais acentuada (cerca de um milhar a mais), embora tivesse baixado o número de recenseados no concelho de Melgaço.

Entretanto, no círculo de Viseu passou-se de 284.336 para 285.783 inscritos, no de Setúbal de 455.804 para 457.643 e no de Vila Real de 170.974 para 171.693. No caso concreto de Setúbal a subida maior foi no concelho de Almada (de 107.228 para 107.658 eleitores).

No distrito de Santarém verificaram-se certas particularidades, para além da subida de 335.450 para 336.276 eleitores, no total. Assim, o maior aumento que se registou em todo o processo de actualização, teve lugar no concelho de Cartaxo: passou-se de 11.263 (em 78/79) para 16.273 (na actualização).

Nos círculos eleitorais dos Açores, também se verificou um aumento, aliás distribuído por 14 dos 19 concelhos, com a passagem de 157.073 (em 78/79) para 157.533 eleitores (na última actualização). Na Madeira, o aumento foi maior, pois passou-se de 149.252 para 150.018 eleitores.

## CÍRCULOS DE EMIGRANTES

Os emigrantes portugueses espalhados por 58 países do mundo encontram-se divididos, desde as primeiras eleições efectuadas após o 25 de Abril, em dois grandes círculos eleitorais — designados por «Europa» e «Fora da Europa» —, onde estão agora recenseados, no total, 123.536 cidadãos.

No círculo da Europa — a que pertencem as comunidades portuguesas radicadas na Alemanha Federal, Áustria, Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, Dina-



marca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Jugoslávia, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Roménia, Suécia e União Soviética — inscreveram-se 58.403 eleitores, após a última actualização.

Os maiores aumentos verificaram-se nas cidades de Dusseldórfia (RFA) e Paris (França), com 6.629 e 5.992 eleitores, respectivamente. Há, porém, poucos inscritos em Londres (2.995) e nos países do Leste Europeu: 144 em Moscovo (URSS), 20 em Bucareste (Roménia), 9 em Belgrado (Jugoslávia) e 23 em Varsóvia (Polónia).

No círculo «Fora da Europa» ficaram inscritos 64.133 eleitores após a actualização (contra 61.066 no recenseamento de 78/79), cabendo o número mais elevado de inscrições à África do Sul (com 9.582 em Joanesburgo, 2.016 em Pretória e 1.320 na cidade do Cabo), seguindo-se o Brasil (com maior inci-

dência no Rio de Janeiro e em S. Paulo, onde se registaram 9.057 e 3.242 eleitores, respectivamente).

Na América do Norte surge-nos à frente o Canadá (com 3.681 eleitores em Toronto, designadamente), depois os Estados Unidos (com 2.875 em Newark e 2.265 em Nova Iorque) e finalmente a Venezuela (com 2.075 em Caracas). Os números mais baixos obtidos no círculo «Fora da Europa» respeitam a Camberra (Austrália), Banguecoque (Tailândia) e Teerão (Irão), com três inscritos em cada uma destas cidades, e Ankara (Turquia), com quatro.

Nos países africanos de expressão portuguesa, o primeiro lugar pertence a Moçambique (6.515 inscritos no Maputo e 3.710 na Beira), seguindo-se Angola (5.356 em Luanda), Guiné-Bissau (307), Cabo Verde (142) e S. Tomé e Príncipe.

O território de Macau, também incluído no círculo «Fora da Europa», regista actualmente 9.164 eleitores inscritos.

## A ACTIVIDADE DO STAPE

Quando, em Abril de 1974, se iniciou um novo processo de preparação de autênticas eleições a nível nacional, foi criado, em Lisboa, o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE).

A intervenção do STAPE revelou-se decisiva e extremamente eficiente nos quatro actos eleitorais que já se realizaram: as eleições para a Assembleia Constituinte (em Abril de 1975), as eleições para a Assembleia da República (Abril de 1976), as eleições para a Presidência da República (Junho de 1976) e as eleições para as Autarquias Locais (Dezembro de 1976).

Refira-se, a título de exemplo, que só para as próximas eleições legislativas intercalares, o STAPE encomendou dez milhões de boletins de voto (cerca de 75 toneladas de papel, ao todo), a cuja distribuição procedeu, em colaboração com outros organismos do Estado. Por outro lado e no que diz respeito ao escrutínio provisorio — tarefa de capital importância e que consiste no apuramento dos resultados imediatamente a seguir ao fecho das urnas —, o STAPE procurou garantir a maior velocidade, segurança e rigor nas operações a realizar, através da utilização de computadores e equipamentos electrónicos instalados no Centro de Informática do Ministério da Justiça e na Fundação Gulbenkian, em Lisboa.



CÍRCULO ELEITORAL DA EUROPA

## O NÚMERO DE DEPUTADOS DA PRÓXIMA ASSEMBLEIA

De acordo com a Constituição de 1976, apenas a I Assembleia da República, recentemente dissolvida pelo Chefe de Estado, tinha direito a um total de 263 deputados.

A Lei Eleitoral entretanto aprovada no Parlamento, no passado mês de Abril, estabeleceu que o próximo plenário da Assembleia da República contará com um total de 250 deputados, que serão distribuídos pelos vinte e dois círculos eleitorais, proporcionalmente ao número de eleitores inscritos em cada círculo. Assm, Aveiro contará com 15 deputados; Beja com 5; Braga com 15; Castelo Branco, 6; Coimbra, 12; Évora, 9; Guarda, 5; Leiria, 11 Lisboa, 56; Portalegre, 4; Porto, 38; Santarém, 12; Setúbal, 17;

vigente no período de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974.

Acrescente-se ainda que os candidatos não podem ser magistrados judiciais ou do Ministério Público, em serviço efectivo, nem pertencer aos quadros permanentes das Forças Armadas (ou militarizadas), ou da carreira diplomática.

Por sua vez, os governadores civis, os administradores de bairros, os directores e chefes de Repartição de Finanças e os ministros de qualquer religião ou culto com poderes de jurisdição, não se podem candidatar pelo círculo onde exercem a sua actividade. Os candidatos que sejam presidentes de Câmara Municipal terão de deixar de exercer essas funções desde a data da apresentação da sua candidatura até ao dia das eleições.

a partir do dia seguinte ficou proibida a propaganda política feita directa ou indirectamente através dos meios de publicidade comercial. Paralelamente, ficou proibida, até 3 de Dezembro (dia seguinte ao das eleições) qualquer divulgação de resultados de sondagens ou de inquéritos relativos à atitude dos eleitores face aos concorrentes às eleições.

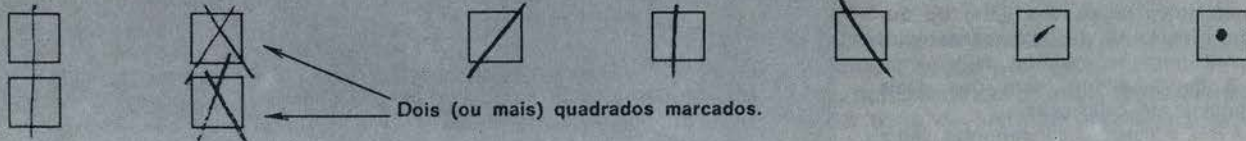
Entretanto, a CNE publicou o mapa com o número de deputados e sua distribuição pelos círculos, tendo-se seguido, no período entre 23 de Setembro e 8 de Outubro, a apresentação das listas de candidatos perante o juiz do círculo judicial com sede na capital do círculo eleitoral. Depois, feito o sorteio das listas apresentadas e verificada a regularidade dos respectivos processos, os juízes mandaram afixar a

Deve tomar especial atenção ao modo como assinala o quadrado da lista em que vota.

Alguns exemplos de quadrados bem assinalados (votos válidos) com a cruz.



Alguns exemplos de quadrados mal assinalados (votos nulos) com a cruz.



Viana do Castelo, 6; Vila Real, 6; Viseu, 10; Açores, 5 e Madeira, 5 deputados. Dos restantes 4 deputados, 2 representarão o círculo da Europa e os outros 2 o círculo de «fora da Europa», pois ambos registaram mais de 55 mil eleitores inscritos.

## PERFIL DOS CANDIDATOS

A legislação em vigor determina que os candidatos às próximas eleições têm de contar mais de 18 anos de idade, possuir a nacionalidade portuguesa e estarem recenseados. Paralelamente, os candidatos não podem estar interditos por sentença com trânsito em julgado, nem serem notoriamente reconhecidos como dementes, nem estarem definitivamente condenados a pena de prisão, por crime doloso, nem judicialmente privados dos seus direitos políticos.

Estão impedidos de se candidatarem os cidadãos que tenham exercido funções de cariz político durante o regime

Escusado será dizer que ninguém pode candidatar-se por mais de um círculo eleitoral.

Recorda-se que os candidatos têm também alguns direitos: por um lado, não podem ser sujeitos a prisão privativa (a não ser em caso de flagrante delito) e, por outro, têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas durante a campanha eleitoral, sendo-lhe permitido desistir até 48 horas antes do acto das eleições.

## CALENDRÁRIO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS INTERCALARES

A realização das próximas eleições de deputados para a Assembleia da República, a efectuar no dia 2 de Dezembro, tem seguido um calendário pormenorizado — fixado pela Comissão Nacional de Eleições —, do qual apresentamos a seguir as fases mais importantes.

Uma vez que a data das eleições intercalares foi marcada em 10 de Setembro,

relação completa de todas as candidaturas admitidas.

Entre 11 e 30 de Novembro, decorreu o período da Campanha Eleitoral, tendo os partidos e coligações concorrentes utilizado, na RDP e na RTP, os tempos de emissão reservados à campanha, de acordo com o que anteriormente havia sido programado pela CNE.

No dia 2 de Dezembro, dia das eleições intercalares, as assembleias de voto estão abertas desde as oito da manhã até às dezanove horas da tarde, exigindo-se que nesse mesmo dia e imediatamente após o encerramento das mesas de voto, se faça o apuramento final.

Logo a seguir, serão enviados ao presidente da assembleia de apuramento geral, as actas, cadernos e restantes documentos respeitantes à eleição e será feito o apuramento geral do círculo.

A partir daí, a CNE fará a elaboração do mapa nacional da eleição, que será publicado no «Diário da República».



### ACTIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Segundo a legislação em vigor, os partidos políticos concorrentes às próximas eleições legislativas não podem gastar na campanha eleitoral mais de 112,5 mil escudos por candidato. Portanto, se um partido apresentar 250 candidatos, poderá dispendir, na totalidade, um máximo de 28,1 mil contos na sua campanha eleitoral.

Recorde-se ainda que, tal como aconteceu, aliás, nos anteriores sufrágios, todas as despesas com as candidaturas e com a campanha eleitoral deverão ser suportadas pelos partidos concorrentes, que, para tal, se socorrerão dos seus cofres privativos. Além disso, cada partido terá de contabilizar todas as receitas e despesas efectuadas durante a campanha e comunicar as suas contas à Comissão Nacional de Eleições (CNE), no prazo máximo de sessenta dias após a proclamação dos resultados.

### OS PARTIDOS CONCORRENTES AS ELEIÇÕES INTERCALARES

Terminado o prazo para a entrega das listas de candidatos propostas pelas organizações partidárias, verificou-se que, entre os vinte e um partidos que se encontram legalizados junto do Supremo Tribunal de Justiça, apenas quinze concorrem às eleições do próximo dia 2 de Dezembro, sete dos quais integrados em coligações.

As três coligações concorrentes são a «Aliança Democrática» (AD), constituída pelo Centro Democrático Social (CDS), Partido Popular Monárquico (PPM) e Partido Social-Democrata (PSD); a «Aliança Povo Unido» (APU), formada pelo Movimento Democrático Português (MDP/CDE) e pelo Partido Comunista Português (PCP); e, finalmente, o «Projecto Trabalhista» (PT), que integra a Aliança Operário-Camponesa (AOC) e o Partido Comunista de Portugal/Marxista-Leninista (PCP-ML).











As formações políticas que concorrem isoladamente ao próximo acto eleitoral são a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), o Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP), o Partido da Democracia Cristã (PDC), o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), o Partido Socialista (PS), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), a União Democrática Popular (UDP) e a União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS).

A AD (com listas separadas do CDS e PSD nas Regiões Autónomas), APU, PCTP, PS, PSR e UDP são os únicos partidos que concorrem nos 22 círculos eleitorais. O PDC não concorre em Coimbra, nos Açores e na Madeira, enquanto o PT não se apresenta nos Açores e a UEDS não concorre em nenhuma das Regiões Autónomas. A OCMLP e o POUS apresentam-se apenas em cinco círculos cada: em Coimbra, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, a primeira, e em Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal, o segundo.

### PRINCIPAIS CANDIDATOS PELOS CÍRCULOS DA EMIGRAÇÃO

De entre as listas de candidaturas apresentadas pelos partidos nos diversos círculos eleitorais, destacamos o nome dos principais candidatos pelos círculos da emigração, segundo a ordem pela qual vão figurar nos boletins de voto.

Assim, no círculo da Europa, os primeiros candidatos de cada partido ou coligação são os seguintes: Ângelo Guerreiro (PT); Peres Ferreira (UDP);

Círculo eleitoral de fora da Europa	
Partido da Democracia Cristã	PDC 
Círculo eleitoral da Europa	
Projecto Trabalhista	CE"PT" 
União Democrática Popular	UDP 
Partido da Democracia Cristã	PDC 
União de Esquerda para a Democracia Socialista	UEDS 
Partido Socialista Revolucionário	PSR 
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	PCTP/MRPP 
Aliança Povo Unido	APU 
Aliança Democrática	AD 
Partido Socialista	PS 

Reprodução dos boletins de voto destinados aos círculos da emigração (Europa e fora da Europa, incluindo o território de Macau), onde se encontram inscritos, no total, 123.536 eleitores.



Júlio Collard Rodrigues (PDC); Francisco Fanhais (UEDS); Ferreira Fernandes (PSR); José Cunha Machado (PCTP); Georgette Ferreira (APU); Teodoro da Silva (AD); e João Lima (PS).

No círculo «Fora da Europa» apresentam-se igualmente nove candidatos: António Ferronha (PDC); António Maria Pereira (AD); Jofre Justino (UEDS); Pedro Coelho (PS); João Oliveira Lucas (PCTP); Joaquim Mourato Costa (PT); Carlos Pinhão (APU); Manuel Sá (UDP); e José Manuel Boavida (PSR).

### ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Decorreu já o período de apresentação das candidaturas referentes às eleições para as Autarquias Locais, sendo importante assinalar que, para além dos partidos políticos, coligados ou não entre si, também grupos de cidadãos, recenseados na área da respectiva freguesia, puderam apresentar a sua candidatura.

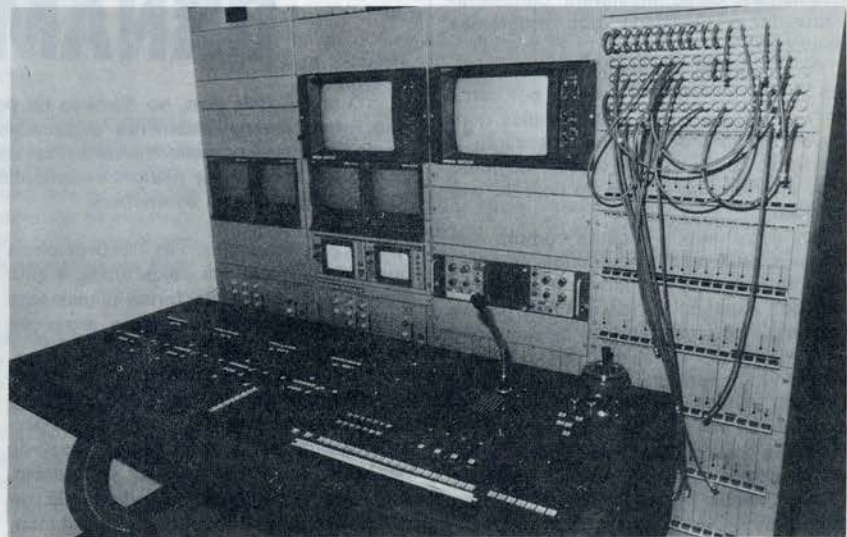
Segundo um comunicado do Ministério da Administração Interna (MAI), as Assembleias de Freguesia deverão ter 27, 19, 13 ou 9 membros, consoante o número de eleitores aí recenseados seja, respectivamente, superior a 20 mil, 5 mil, mil ou inferior a mil. O número de 27 membros atrás referido será aumentado de mais um por cada grupo de 5 mil eleitores ou fracção, nas freguesias com mais de trinta mil eleitores. Por outro lado, nas freguesias com 200 eleitores ou menos, não haverá eleições para a Assembleia de Freguesia, sendo esta substituída pelo plenário de cidadãos eleitores.

Quanto à Assembleia Municipal, ela será constituída pelos presidentes das Juntas de Freguesia e por membros eleitos, em número igual ao daqueles mais um. O número de membros eleitos directamente não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao quádruplo do número de vereadores da respectiva Câmara Municipal.

A Câmara Municipal será constituída por um presidente e por um número variável de vereadores (10, 8, 6, 4), de acordo com o total de eleitores recenseados no concelho (mais de 100 mil, 50 mil, 10 mil ou menos de 10 mil, respectivamente). No caso de Lisboa e Porto, o número de vereadores é de 16 e 12, respectivamente.

# TELEVISÃO

## A CORES EM 1980



Aspecto do interior de uma unidade móvel de TV.

Após ter sido oficialmente autorizada a introdução em Portugal da televisão a cores, o Governo anunciou a opção pelo sistema PAL (Phase Alternate Lines), de patente alemã, considerando-o «mais conveniente ao interesse nacional, uma vez que se trata de sistema predominante nos potenciais mercados europeus de exportação».

A televisão apareceu pela primeira vez no nosso País em 1956, em emissões experimentais a preto e branco, a partir de um estúdio instalado na Feira Popular de Lisboa. As emissões diárias da Radiotelevisão Portuguesa estenderam-se depois à quase totalidade dos territórios do continente e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Com a entrada na fase da cor, a RTP vai, agora, dar um grande passo em frente na modernização dos seus serviços, tendo anunciado já que o «período experimental» de emissões se iniciará no dia 7 de Março de 1980, podendo até verificar-se antes dessa data uma primeira emissão a cores.

Durante esse período experimental, a RTP procederá à realização de emissões diárias de duas a três horas, que serão preenchidas com programas do sector informativo e algumas séries estrangeiras.

### REESTRUTURAÇÃO DA RTP

A próxima e significativa mudança para as emissões a cores obrigou a RTP, nos últimos três anos, a uma profunda reestruturação e reapetrechamento nos seus vários sectores, com uma incidência muito especial na progressiva substituição dos velhos equipamentos, na mudança ou ampliação das instalações e na formação e reciclagem dos técnicos.

Um dos aspectos mais importantes de tal reestruturação é, certamente, a instalação, quase concluída, dos novos emissores de Monsanto, Porto e Lousã, e das novas estações de Fóia (Monchique-Algarve), Serra de Bornes (Trás-os-Montes) e Serra da Marofa (Beira Alta) e, brevemente, a construção da nova estação da área de Setúbal.

A entrada em serviço dos novos emissores e equipamentos permitirá não só



# PRODUÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

O nosso País tem, no domínio da floricultura, imensas possibilidades que ainda não foram convenientemente exploradas. Acontece, porém, que, se beneficiar de apoio técnico — nomeadamente a nível da investigação e da experimentação —, a produção de flores e de plantas ornamentais poderá contribuir grandemente para uma maior independência económica.

Até ao momento, as excepcionais condições oferecidas pelos solos e pelo clima de Portugal não foram plenamente aproveitadas para fomentar a produção de flores e de plantas ornamentais.

Para que uma determinada zona possa ser considerada apta para tal cultura, é necessário que nela se registem determinados factores que são decisivos nessa produção e que se relacionam, nomeadamente, com os índices da radiação solar e a sua duração, a insolação e a temperatura média do ar, sobretudo nos meses frios, de Outubro a Março.

Ora esses factores determinantes registam, em Portugal, valores bastante acima da média requerida e há até duas zonas em que se verificam óptimas condições para a floricultura: a primeira situa-se entre Lisboa e o Sul, sempre junto ao mar, e vai até à foz do rio Guadiana; a segunda estende-se do Porto até ao mesmo ponto da região algarvia, abrangendo uma longa faixa mais para o interior do território.

Por outro lado, é de sublinhar que as condições naturais do nosso País apenas são iguais pelas que existem no Levante espanhol e nas Baleares, e que a própria Holanda, país onde a floricultura se encontra extraordinariamente desenvolvida, não possui, neste aspecto, nada de semelhante.

Pode, pois, concluir-se que, para desenvolver este tipo de cultura e poder exportar, com vantagem, para os mercados europeus, basta começarmos por aproveitar as óptimas condições que a natureza nos oferece e, paralelamente, utilizarmos as adequadas técnicas de cultivo, industrialização e comercialização.

## ESPÉCIES PRODUZIDAS

A maior parte da produção nacional de flores é obtida em estufas com telhados de duas águas e cobertas com filme de polietileno, ou em estufas de túnel com armação de ferro, ou, ainda, em outros abrigos de tipos e tamanhos variados.

Os craveiros — de longe a espécie de flores mais produzida no País — ocupam uma área coberta de mais de cem hectares, seguindo-se as roseiras em estufas e ao ar livre, e merecendo ainda uma referência especial os gladiolos, os espargos, as dâlias, goivos, crisântemos e gerânios.

As zonas de maior produção, onde se pratica já uma certa industrialização, estendem-se por cerca de 150 hectares e encontram-se distribuídas por diversos distritos do Norte e Centro do País (Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal) e pelo de Faro.

Na região algarvia, rica em potencialidades — o Algarve possui flores durante todo o ano, de Janeiro a Dezembro —, verifica-se já um certo desenvolvimento neste domínio. Os especialistas holandeses que aí se fixaram — os que maior influência tiveram na região, seguidos pelos ingleses e alemães — dedicaram-se, sobretudo, ao cultivo em grande escala de plantas ornamentais e de estrelas do Egipto, cravos da Índia, dâlias, begónias-*sempre-em-flor*, goivos, petúnias, amarantos e campânulas.

São também de mencionar as potencialidades, ainda insuficientemente exploradas, dos Açores e da Madeira, sobretudo no que diz respeito a flores *bolbosas* e exóticas (orquídeas, aves do paraíso e estrelicias), nomeadamente.

uma maior cobertura do País (que ficará a ser de 85 e 70 por cento do total, no primeiro e segundo canais, respectivamente), como melhorará consideravelmente a qualidade dos programas televisivos.

Paralelamente, as instalações centrais, em Lisboa, até agora dispersas por cerca de vinte locais, serão concentradas num novo edifício-sede — onde passarão a funcionar todos os serviços, incluindo o de informações —, até ao final do ano de 1981.

Por outro lado, a recente compra dos terrenos onde estão instalados os estúdios do Lumiar, possibilitará a reconversão dos espaços vazios e livres para a instalação de uma «fábrica» de produção de programas. Logo que for possível, será ainda construído um grande estúdio (de 500 metros quadrados, aproximadamente) que permita realizar as chamadas «grandes produções» até agora feitas obrigatoriamente em salas alugadas (Teatro Maria Matos e Teatro Villaret, sobretudo).

## A OPÇÃO PELO SISTEMA PAL

Entre os dois sistemas de televisão a cores que concorreram para serem utilizados no nosso País — o PAL (de patente alemã) e o SECAM (de patente francesa) —, foi escolhido o primeiro.

As vantagens apresentadas pelos técnicos para a preferência pelo sistema PAL — utilizado nos principais mercados europeus, que englobam mais de 48 milhões de receptores — relacionam-se com o processo de mistura de cores, melhor propagação nas zonas montanhosas, menor perturbação interferente e possibilidade de recepção de programas espanhóis por via satélite.

Paralelamente, os representantes nacionais dos grandes fabricantes de televisores afirmaram já que estão prontos a iniciar a produção em série de aparelhos a cores que utilizem o referido sistema.

Segundo as previsões, poderão ser vendidos no mercado nacional, no primeiro ano, mais de quarenta mil televisores a cores, ao preço médio de 70 contos cada um. De salientar que, em média, têm sido vendidos anualmente no nosso País cerca de 220 mil televisores a preto e branco.



## A FLORICULTURA EM PORTUGAL: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

— Entrevista com a eng.ª Maria Cristina Lança

As condições naturais de que dispomos para a intensificação da cultura de flores, a actual produção do sector e as perspectivas de exportação, são os principais temas abordados nesta entrevista com a eng.ª Maria Cristina Lança, técnica especialista que integrou o Grupo de Trabalho de Floricultura criado no Instituto Nacional de Investigação Agrária e que tem dedicado a sua actividade profissional à problemática da floricultura em Portugal.

— Até que ponto as condições naturais existentes em Portugal podem constituir um factor determinante e um incentivo para o desenvolvimento da floricultura?

— Em primeiro lugar, penso que será importante definir o que é Floricultura, porque as pessoas poderão ser levadas a julgar que a Floricultura é apenas cultivar flores. De facto, não é só isso. A Floricultura abrange um campo muito mais vasto, desde a cultura de plantas ou parte de plantas que directa ou indirectamente vão servir para ornamentação de casas, parques, monumentos, escadarias, etc., passando pelas actividades relacionadas com a propagação dessas mesmas plantas (como é o caso da produção de sementes e de alporques), até ao engrossamento de bolbos e à produção de folhagens.

Quanto às condições excepcionais que se verificam no nosso País, o que posso dizer-lhe é o seguinte: um dos factores que mais pesa na economia de produção deste tipo de cultura é a energia que se dispõe para aquecimento das culturas e neste momento atravessa-se uma crise energética internacional; ora esse factor tem pouco peso no nosso País, na medida em que as nossas temperaturas do ar du-

rante os meses mais frios permitem uma poupança de energia que se traduz num custo mais baixo de produção e, por consequência, em preços mais competitivos nos mercados internacionais.

Depois, por outro lado, a amenidade do nosso clima e a tão famosa luminosidade verificada em Portugal favorecem muito o colorido das flores e melhoram grandemente a sua qualidade, factores que, como se sabe, são indispensáveis para competir nos mercados estrangeiros.

Queria ainda referir um outro ponto, normalmente esquecido: há no nosso País toda uma flora espontânea que cresce um pouco por todo o lado e que pode ser objecto de aproveitamento para ornamentação e até geneticamente melhorada. É o caso da folhagem de eucalipto, das lindas flores da mimosa, das próprias urzes e giestas e dos gerânios, uma planta quase bravia, muito apreciada nos mercados europeus do norte.

— Genericamente, como se tem processado, até agora, a produção de flores no nosso País?

No nosso País, a Floricultura começou de modo muito artesanal, nos meados dos anos 60, quando um grupo de

agricultores iniciou na zona de Sintra e ao sul do Tejo (Alcochete, Moita e Montijo) a instalação de uma série de abrigos para cravos. Como obtiveram bons resultados económicos, outros agricultores se lançaram também na produção de cravos, que era absorvida pelo mercado interno, pouco exigente.

Até aos anos 70, a cultura em abrigo resumiu-se praticamente ao craveiro, lado a lado com a cultura ao ar livre das espécies tradicionais. A partir dessa época, novas culturas se introduziram: roseiras, folhagem de espargos, gladiolos e outras bolbosas, e ainda plantas ornamentais.

Paralelamente, instalaram-se no País algumas empresas estrangeiras que se dedicaram à produção de alporques de craveiros e de crisântemos.

As técnicas de cultivos utilizadas no começo eram muito artesanais e, em parte, ainda o são, muito embora os nossos floricultores tenham demonstrado poder de iniciativa e muito mérito, pois foi quase exclusivamente à sua própria custa que se lançaram a desbravar caminhos neste sector.

Ultimamente, a situação modificou-se bastante, porque, por um lado, os custos de produção aumentaram muito e, por outro, a procura de flores e plantas baixou, em razão da crise económica, verificando-se algumas dificuldades de colocação no mercado interno. Aliás, são estes os dois principais problemas com que se defrontam os nossos floricultores.

— Tendo em conta a evolução registada nos principais mercados externos, quais são, concretamente, as perspectivas para o incremento da exportação no sector da floricultura?

— Se olharmos para esta actividade como uma fonte possível de entrada de divisas e uma vez que a procura de flores no mercado internacional ainda é superior à oferta,

pode afirmar-se que estão abertos caminhos ao desenvolvimento da floricultura nacional. De facto, as tentativas de exportação das nossas flores e plantas, quando obedecem às normas de qualidade e de quantidade estabelecidas internacionalmente, têm sido bem sucedidas. No ano de 1976, por exemplo, a exportação de flores rendeu cerca de dezasseis mil contos e em 1977 ultrapassou os vinte e seis mil contos.

De imediato, deparam-se-nos grandes possibilidades de exportação de plantas ornamentais e de certas flores de corte (como a rosa e as flores exóticas) para vários países. Podemos, portanto, perfeitamente, diminuir o montante de divisas gastas com a aquisição de matérias-primas necessárias à actividade e provocar um aumento de entrada de divisas com maiores exportações. Basta, para isso, que se faça uma zonagem conveniente ao País, e além das flores de corte tradicionalmente produzidas nas zonas indicadas, será possível fomentar um outro conjunto de produções (de sementes, de engrossamento de bolbos, por exemplo) noutras regiões. Queria ainda referir o papel que a Floricultura pode desempenhar na melhoria do rendimento do agregado familiar, especialmente no norte do País, como cultura subsidiária.



Eng.ª Maria Cristina Lança

e José Estêvão retratados num quadro de Columbano, obra destinada à sala dos Passos Perdidos do então Palácio das Cortes, hoje Assembleia da República.

# ELEIÇÕES E DEPUTADOS da Monarquia à República

Ao escolherem, por meio do voto, os concidadãos que os hão-de representar nos organismos constituintes dos poderes do Estado, os indivíduos chamados a fazê-lo praticam o acto político denominado eleição; através dele, delegam temporariamente nos candidatos eleitos — os deputados — a parcela individual que lhes cabe no exercício da soberania nacional. Neste artigo recordamos as raízes do actual sistema eleitoral português e historiamos, sinteticamente, o importante papel desempenhado pelos representantes parlamentares no quadro das instituições políticas do País.

As questões e problemas eleitorais têm constituído sempre matéria extremamente complexa na vida política de todas as nações; a abundante legislação publicada sobre o assunto em todo o mundo e as suas contínuas alterações confirmam essa complexidade, que é corroborada, ainda, pela vasta bibliografia existente acerca da matéria. Contudo, no conjunto, existem, basicamente, duas tendências fundamentais em todos os sistemas eleitorais, na generalidade das nações que instituíram a prática do acto eleitoral: a tendência dos que têm por objectivo garantir a dignidade, a veracidade e a extensão do acto eleitoral, fazendo participar nele o maior número possível de cidadãos; e a daqueles que, pelo contrário, tendem a reduzir cada vez mais a massa eleitoral. Entendem os primeiros que a lei deve possibilitar a representação de todas as correntes de opinião política existente no país, desde que o seu valor quantitativo atinja um determinado mínimo de expressão eleitoral; como partidários do sufrágio universal, defendem a concessão do voto a todos os cidadãos válidos de ambos os sexos, qualquer que seja a sua situação económica e o seu grau

de instrução, incluindo os analfabetos e exceptuando somente os atingidos por incapacidade moral ou mental, reconhecida pelos tribunais. Os segundos, escudados em argumentos de selecção eleitoral, pretendem restringir cada vez mais o direito de voto — fazendo-o depender, por exemplo, do grau de instrução e da situação económica dos eleitores —, preconizando ainda que os actos eleitorais se processem por sucessivos escrutínios (sufrágio indirecto), através dos quais a genuinidade e o sentido do voto são, muitas vezes, falseados e distorcidos. Dentro destas duas opções distintas, os sistemas eleitorais existentes abrangem uma série variada de modalidades.

Contudo, podemos dizer que foi a primeira fórmula, efectivamente democrática, que ficou consagrada no nosso País, a partir de 1976, com a promulgação da actual Constituição da República Portuguesa, sendo sob os seus auspícios que, desde então, se têm efectuado todos os actos eleitorais em Portugal. Quanto à segunda fórmula, tivemos dela um exemplo acabado durante o período do chamado «Estado Novo», com a vigência do «sistema

eleitoral» — tão, extremamente selectivo e averso a tudo o que pudesse considerar-se expressão efectiva do sufrágio popular.

## A IMPORTANCIA DAS ELEIÇÕES PARA AS «CORTES EXTRAORDINÁRIAS» DE 1821

Os eleitores participam de uma forma indirecta no exercício do poder legislativo, porquanto os deputados, embora eleitos por círculos regionais, são os representantes legítimos de toda a Nação no Parlamento. Essa delegação de soberania, por meio de eleições, fez-se em Portugal, pela primeira vez, em Dezembro de 1820, quando, como consequência do triunfo da revolução liberal, se realizaram as eleições dos deputados que formaram as «Cortes Extraordinárias do Ano de 1821». Na Proclamação do Governo Supremo do Reino, de 31 de Outubro de 1820 acentuava-se, a tal propósito: «É esta a primeira vez que no largo decurso dos séculos poderes eleger Mandatários, em quem se perso-

nalize realmente a vontade universal». Recorde-se que as antigas Cortes Gerais dos Três Estados (Clero, Nobreza e Povo), cuja forma de constituição nada tinha, aliás, de comum com os processos eleitorais adoptados a partir de 1820, tinham reunido pela última vez em 1698.

Foi com o pretexto de quererem um sistema eleitoral mais avançado, semelhante ao que fora advogado em Espanha pela Constituição de Cádiz (1810-1812), que os elementos militares vitoriosos na revolução liberal portuguesa — muitos dos quais enfileiraram mais tarde nas hostes miguelistas — provocaram o golpe de força que ficou conhecido pela «Martinhada», em 11-11-1820. Poucos dias depois de desfeita esta conspiração, o primitivo Governo Supremo, novamente em exercício, alterou algumas das suas primeiras disposições eleitorais no sentido reclamado. No ofício anteriormente assinado por Fernandes Tomás, em 8-11-1820, e enviado aos magistrados que iriam presidir ao sufrágio, era-lhes recomendado que deviam «empregar todo o cuidado e vigilância» para que a eleição fosse «inteiramente livre de sugestões, de violência, de engano, e de qualquer maneo que a torne menos legítima».

## INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE DE ACÇÃO DOS DEPUTADOS

No propósito de pôr os deputados ao abrigo de pressões e subornos susceptíveis de os levarem à prática de actos desonestos, e com o objectivo de impedir, simultaneamente, que homens credores da confiança dos seus concidadãos, tanto pelas suas virtudes como pelos seus talentos, se recusassem a ser deputados, sob a alegação das suas dificuldades materiais, as «Instruções» estabeleciam que «cada Deputado vencerá de ajuda de custo a quantia de quatro mil e oitocentos réis diários, pagos pelo Erário (...) desde o dia que principiar a caminhar para a reunião geral». Quanto a quem possuía, ou não, direito a votar lia-se naquele documento: «Têm voto todos os Chefes de família domiciliários dos respectivos distritos, que não são exceptuados (...) São excluídos de voto os Regulares das Ordens Monásticas, e mendicantes; os Estrangeiros não naturalizados; todos os que tiverem incapacidade natural, ou legítima. — Os Criados de servir não sendo chefes de família».

Estas disposições fundamentais quase não foram afectadas pelas novas «Ins-

truções para as Eleições dos Deputados das Cortes, Segundo o Método Estabelecido na Constituição Espanhola e Adoptado para o Reino de Portugal», de 22 de Novembro de 1820, porquanto as alterações verificadas incidiram sobretudo na maneira de efectuar o acto eleitoral. Por outro lado, e como atrás referimos, assegurar a dignidade do deputado, a sua liberdade de acção e a independência das suas opiniões, constituiu uma das maiores preocupações das «Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, as quais, «para o governo interior», se regulavam por uma parte das disposições do Projecto de Regimento redigido para o seu funcionamento.

## O MODO DE VOTAÇÃO NO PARLAMENTO

Aí se declara que «em geral vale mais que os votos se dêem em aberto do que secretamente», reconhecendo-se, no entanto, que «devem dar-se os votos por escrutínio em todos os casos em que houver mais a recear da influência da opinião pública. Tais são os das eleições propostas de pessoas para diferentes empregos». Duas razões, aparentemente contraditórias, que tinham, todavia, o mesmo fundamento moral. Os eleitores, representando, no seu conjunto, a Nação política consciente, tinham o direito de saber, através das votações efectuadas no Parlamento, em que sentido os seus eleitos haviam participado na aprovação ou rejeição dos actos governativos submetidos ao seu estudo e sanção: neste caso as votações abertas realizavam-se por «levantados» e «sentados», ou nominalmente por «sim» e «não». Havia, porém, circunstâncias em que, pela natureza melindrosa das decisões a tomar, especialmente quando estas envolviam preferências pessoais, estava indicado o voto por escrutínio secreto, a fim de preservar os deputados de vinganças, sempre susceptíveis de se verificarem se tais votações fossem abertas: deste modo, o voto secreto, colocando o deputado ao abrigo de receios e hesitações, conferia-lhe a máxima liberdade para decidir em consciência e no sentido que lhe parecia melhor para os supremos interesses nacionais.

## LEGISLAÇÕES ELEITORAIS

Entre as primeiras legislações eleitorais consideradas mais progressivas cita-se a de 8 de Outubro de 1836

(Passos Manuel), de 30 de Setembro de 1852 (duque de Saldanha), de 23 de Novembro de 1859 (duque da Terceira), de 8 de Maio de 1878 (Rodrigues Sampaio) e de 26 de Julho de 1899 (José Luciano de Castro), ao passo que a legislação acusada de mais retrógrada é a de 7 de Agosto de 1826 (Trigo Morato), de 4 de Junho de 1836 (duque da Terceira), de 5 de Março de 1842 (Costa Cabral), de 28 de Março de 1895 e 21 de Maio de 1896 (ambas de Hintze Ribeiro e João Franco) e, finalmente, a de 8 de Agosto de 1901 (Hintze Ribeiro), classificada de «ignóbil porcaria» pelo próprio João Franco, que no entanto a manteria em vigor ao regressar ao poder, em 19 de Maio de 1906.

Entre as leis eleitorais publicadas pelo regime republicano, essencialmente parlamentarista, até 1926 (ano em que se verificaria o golpe de Estado chefiado por Gomes da Costa), a mais notável foi decerto o Código Eleitoral de 3 de Julho de 1913 (Governo de Afonso Costa), que sofreu mais tarde várias alterações, continuando, porém, a servir de base a toda a legislação posterior sobre a matéria. Sublinhe-se que, a despeito dos arremessos presidencialistas de que a sua governação é acusada, foi Sidónio Pais que decretou o sufrágio universal (11-3-1918) — velha aspiração do Partido Republicano, consignada no seu programa de 1891 — e também o sufrágio directo para a eleição do presidente da República, em 30-3-1918.

Sidónio Pais.



Rocha Martins descendo a rua Garrett, em Lisboa, numa foto datada dos anos 40.



# CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE ROCHA MARTINS

Passou quase despercebido o centenário do nascimento de Rocha Martins, efeméride que foi assinalada, com toda a justiça, pelo matutino portuense «O Primeiro de Janeiro», um dos jornais onde ele colaborou.

Nascido a 30 de Março de 1879 e falecido a 23 de Maio de 1952, Rocha Martins foi um dos mais polémicos jornalistas e escritores portugueses, autor de uma obra inesgotável. «A Revolução da Maria da Fonte», o primeiro romance histórico da sua vasta produção literária, foi publicado em fo-

lhetins no jornal «A Vanguarda», dirigido por Magalhães Lima.

«Uma pena excepcionalmente dotada, pecando às vezes pelo excesso de galas verbais que faziam da sua prosa uma feira exuberante de cores e tumultuária de vozes», escreveu Aquilino Ribeiro, referindo-se a Rocha Martins, um dos «casos sérios» do seu tempo.

Monárquico na sua juventude, cedo se aperceberia da calamidade consumada que estava a ser a casa de Bragança, o que o levou a aderir aos

ideais republicanos, tornando-se uma das suas penas militantes mais ousadas. Homem do povo, segundo uns, de «condição humilde», diziam os conservadores, revelou-se como um autodidacta de formação enciclopédica e, por isso mesmo, senhor de uma gama de conhecimentos um tanto ou quanto apreendidos pela rama, nesta ou naquela matéria a exigir maior especialização. Deste natural peccadillo — comum, aliás, a muitos dos seus contemporâneos — não se livram os seus trabalhos de investigação histó-

rica, romanceada ou não. Acrescente-se que o seu intenso labor jornalístico quotidiano não lhe deveria permitir grandes voos interpretativos, vagares de «rato de biblioteca» e demais habilidades comuns a historiador da praxe. Não obstante, os seus trabalhos constituíram meritório esforço de divulgação, de cariz mais populista do que popular.

Recolheu, por exemplo, os seus «ternos históricos», e a parcerias com Lopes d'Oliveira, vendidos em pequenos fascículos e muito próximos da tradição folhetinesca inaugurada pela imprensa, à qual, de certo modo, não era estranho o seu sucesso, granjeado, sobretudo em sucessivos artigos de crítica social e política de circunstância, sem esquecer as suas célebres «cartas abertas» ao então Presidente do Conselho, Armindo Monteiro; sucesso que o tornou quase lendário perante o público, quando os arduos da capital atiravam para a rua o pregão «Fala o Rocha!».

Mais tarde, a situação criada no País na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, viria a encontrar nele um acérrimo opositor. Desta feita já não se tratava do idealista republicano, mas de um homem que evoluira convictamente para o socialismo.

Nessa qualidade colaborou no saudoso «República», de Carvalhão Duarte, e depois no MUD, no âmbito de uma actividade que marcou indelevelmente um dos períodos mais corajosos e mais dignos da imprensa que combatia a ditadura.

O grito «Fala o Rocha!» traduziu bem a enorme audiência popular de que dispunha, facto que ficará registado para sempre na história do jornalismo português, tal como o período em que dirigiu o «ABC», periódico onde contou com a colaboração de Ferreira de Castro e cujos artigos e moldes de paginação revolucionaram tudo o que até então se praticava entre nós.

## EDIÇÃO FILATÉLICA COMEMORATIVA DE CERTAME BRASILEIRO



CARROS  
RURALS  
PORTU-  
GUESES

CORREIO DE PORTUGAL  
1.º DIA DE CIRCULAÇÃO

«Brasiliana 79» é a sigla de duas exposições realizadas recentemente nos salões do Hotel Nacional do Rio de Janeiro, e integradas na III Exposição Mundial de Filatelia Temática, patrocinada pela Federação Internacional de Filatelia, e na I Exposição Interamericana de Filatelia Clássica, esta sob a égide da Federação Interamericana de Filatelia.

Os Correios portugueses (CTT), associando-se ao acontecimento — tal como na «Portucala 77» fizeram os correios brasileiros —, colocaram em circulação, no dia de abertura das referidas exposições, uma série de seis valores (selos), ilustrados com seis carros rurais portugueses desenhados por Alberto Cardoso.

Procurando retratar fielmente os exemplares escolhidos, Alberto Cardoso reproduziu, com minúcia, um carro utilizado no transporte de bilhas de água da região das Caldas de Monchique (para a taxa de 2\$50); uma zorra da ilha da Madeira destinada ao transporte do famoso vinho da ilha (taxa de 5\$50); um carro de bois da região do Douro, usado também no transporte do vinho (taxa de 6\$50); um carro alentejano, chamado «de canudo» (taxa de 16\$00); um carro transmontano de tracção bovina — mas que na versão de Mogadouro, a do selo,

utiliza mueres — (taxa de 19\$00); e finalmente o carro das areias da Murtoza, veículo muito divulgado nos aglomerados piscatórios do litoral e centro do País (taxa de 20\$00). Tal como a edição brasileira que assinalou o acontecimento — e que integrava a reprodução de borboletas das selvas —, também a portuguesa é impressa a «offset» e em papel «couché».

Com esta iniciativa, os CTT homenageiam, pois, um acontecimento de particular relevo e envergadura no domínio filatélico.

## A OBRA DE CARLOS BOTELHO

Celebrizado como «o pintor de Lisboa», Carlos Botelho comemorou há pouco o seu 80.º aniversário e, paralelamente, os 60 anos de trabalho que consagrou inteiramente às artes plásticas, desde que, em 1918, realizou a sua primeira exposição no Liceu Pedro Nunes, com uma série de obras onde a paisagem lisboeta era já tema dominante.

No início da sua carreira, Carlos Botelho dedicou-se à

ilustração de livros infantis, à cerâmica e ao cartaz. Em 1928 iniciaria uma colaboração regular — que prosseguiria ao longo de 22 anos — no semanário «O Sempre Fixe», partindo para Paris no ano seguinte. Em 1938 é-lhe atribuído o Prémio Amadeu Sousa Cardoso e em 1939 conquista o 1.º Prémio da Exposição Internacional de Arte Contemporânea, realizada em S. Francisco da Califórnia (EUA), sendo mais tarde galardoado com o Prémio Columbano.

Entretanto as suas exposições multiplicam-se, tanto em Paris como em Nova Iorque. Expõe, a seguir, na Bienal de S. Paulo (Brasil) e de novo em Lisboa, apresentando depois os seus trabalhos na Bélgica, na Suíça e na XXX Bienal da Cidade de Veneza (Itália). Em 1963 participa no IV Congresso da Associação Internacional dos Artistas Plásticos, realizado no âmbito da UNESCO.

Na década de setenta, para além de ter exposto em Londres, no «Centenário de Bertrand Russel», designadamente, Carlos Botelho foi eleito, em 1977, sócio honorário da Sociedade Nacional de Belas-Artes. A sua exposição mais

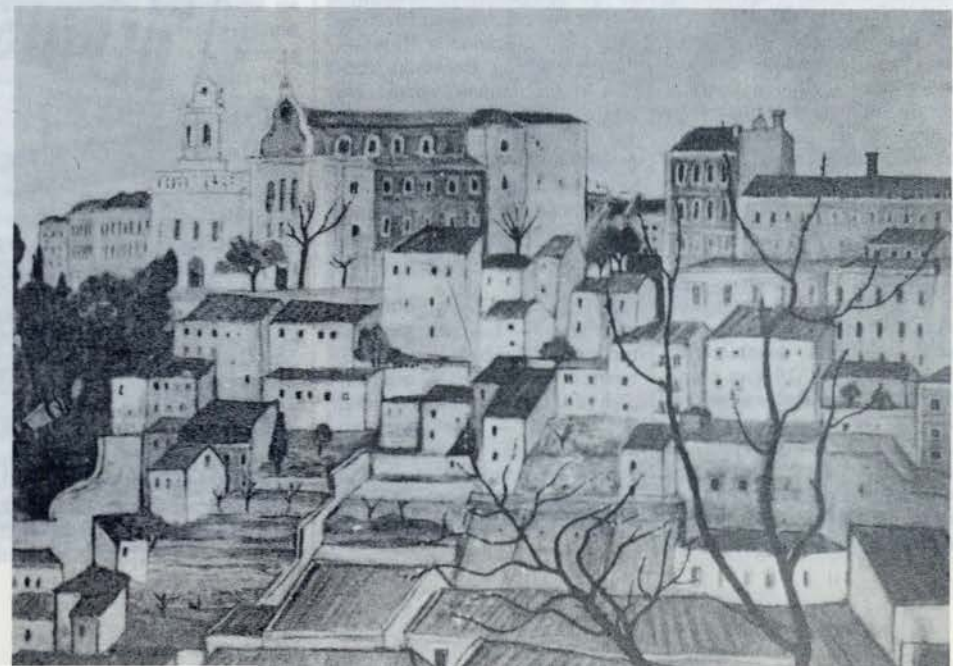


Carlos Botelho no seu atelier.

recente realizou-se, já no decurso deste ano, na Galeria 1111, em Lisboa.

Referindo-se à permanente presença de Lisboa em toda a obra de Carlos Botelho, o escritor Fernando Namora afirmou, em texto inserido num catálogo de uma exposição: «Através da sua sensibilidade subtil e discreta descobrimos que a Lisboa contrastante, dia a dia injuriada, empobrecida, desfeada, a Lisboa que as fúrias perseguem até lhe esfolarem o rosto e lhe desfigurarem a alma, conjunto cada vez mais complexo de peças de rebotalho — pode, de súbito, mostrar-se sob esta deleitada harmonia. Para isso basta que o céu alto e levado se abra à tal luminosidade transfigurada. Para isso basta que um grande pintor, seu vagabundo e amante, tenha os olhos cheios dessa mágica claridade».

Uma tela de Carlos Botelho: a cidade de Lisboa tem constituído tema permanente e inesgotável na obra do pintor.





## HOMENAGEM A CÂNDIDO DE OLIVEIRA

Cândido de Oliveira, fundador de «A Bola» e um dos grandes jornalistas desportivos portugueses, tem agora o seu nome numa das ruas da cidade de Lisboa.

A iniciativa ficou-se a dever ao citado periódico desportivo e contou com o patrocínio do município lisboeta. Na cerimónia de descerramento da placa toponímica, Guilherme de Oliveira, presidente da Associação de Futebol de Coimbra, e Vítor Santos, chefe de redacção do jornal promotor da homenagem, preferiram palavras alusivas ao acontecimento e recordaram a acção meritória desenvolvida por Cândido de Oliveira como treinador e seleccionador nacional. De salientar, ainda, que Cândido de Oliveira foi um incansável combatente pela causa da democracia e da liberdade; durante a II Grande Guerra, ele era um dos «con-

tactos» portugueses da resistência anti-fascista europeia e um dos homens encarregados de organizar a rede clandestina contra a eventualidade — previsível depois do encontro realizado entre Franco e Hitler — da invasão da Península Ibérica pelas tropas nazis. Na altura, uma torpe denúncia de um diplomata estrangeiro deu origem a que Cândido de Oliveira fosse preso pela polícia política, brutalmente espancado e, posteriormente, enviado para o Tarrafal, sem julgamento.

Foi, pois, a este cidadão exemplar — falecido em Estocolmo (Suécia) em 1959, quando efectuava a reportagem do Campeonato Mundial de Futebol — que agora se prestou justa homenagem, com a aposição de uma placa com o seu nome numa rua da zona dos Olivais.

## «DESPORTISTAS DO ANO»: UMA INICIATIVA DO «DIÁRIO POPULAR»

Prosseguindo uma iniciativa que vem realizando desde há trinta anos, o vespertino lisboeta «Diário Popular» elegeu, mais uma vez, os «Desportistas do Ano», cujos nomes foram revelados no número de aniversário do jornal.

Assim, os redactores do «DP» seleccionaram para «atleta do ano» o recordista Fernando Mamede, nascido em Beja, a 1 de Novembro de 1951, e que há onze anos representa o Sporting em provas nacionais e internacionais.

Para «futebolista do ano» foi escolhido Oliveira, pela sua regularidade e boas exibições, tanto em Portugal quanto no estrangeiro, que o consagraram como jogador de influência marcante nos títulos conquistados pelo F. C. do

Porto e no bom comportamento da selecção nacional no Campeonato da Europa.

Quanto ao título genérico de «desportista do ano», este foi entregue a Joaquim Agostinho, que apareceu pela primeira vez no ciclismo nacional, sob a direcção de João Roque, a correr pelo Sporting, e que hoje alcançou um prestígio invulgar, a nível nacional e internacional.

O vespertino recorda, aliás, na página que dedicou à atribuição destas distinções que, no que se refere a Joaquim Agostinho, para além do reconhecimento do seu valor desportivo, houve a intenção de homenagear a prestigiosa veterania do «melhor ciclista português de todos os tempos».



## 67º ANIVERSÁRIO DO «ESPERANÇA» DE LAGOS



O «Clube de Futebol Esperanças» de Lagos completou o seu 67.º aniversário. Fundado em Setembro de 1912, esta agremiação filiou-se, mais tarde, na Associação de Futebol de Faro e conta, presentemente, com cerca de 1.500 associados e meio milhar de atletas distribuídos por diversas modalidades, entre as quais se destaca, naturalmente, o futebol, nas suas várias categorias, seguido do andebol, atletismo, judo, karaté e ténis-de-mesa.

Com sede em Lagos, na Praça Luís de Camões, o «Esperanças» dispõe de um campo de jogos situado no chamado Rossio da Trindade, em terreno cedido para o efeito pelo respectivo município e de um parque de campismo que lhe é anexo e que constitui o maior suporte financeiro do Clube. Tendo como actividade prioritária o futebol, o CFE disputa actualmente o Campeonato Nacional na III Divisão, após ter estado na II Divisão, em 1976.

Esta agremiação desportiva está a encetar uma mobilização de esforços com vista à criação de um novo campo de jogos que incluirá, para além de um rectângulo para o «desporto-rei», uma pista de atletismo, um ginásio e ringues polivalentes. Trata-se, em suma, de um empreendimento que merece todo o apoio e cuja concretização constituirá justa homenagem à já longa actividade do CFE de Lagos.



A equipa portista que venceu o torneio internacional de Viseu

## ANDEBOL INTERNACIONAL EM VISEU

O F. C. do Porto venceu o torneio internacional de andebol que se disputou no pavilhão do Fontelo, em Viseu. Em segundo lugar classificou-se a selecção da Holanda, enquanto o Sporting foi terceiro e a se-

lecção nacional de «Esperanças» ocupou a quarta posição. Quanto aos melhores marcadores, por equipas, salientaram-se: no Sporting, Carlos Silva e José Manuel, ambos com 6 tentos; na selecção de

«Esperanças», Santa Bárbara e Gentil, ambos com 2; no F. C. do Porto, Areias com 8 e Jorge com 7; e na selecção da Holanda, Jacobs, com 3 golos obtidos.

## Atletismo: ANTÓNIO LEITÃO HOMENAGEM EM ESPINHO

O Sporting Clube de Espinho promoveu uma sessão de homenagem ao atleta António Leitão — medalha de bronze dos cinco mil metros nos últimos Campeonatos Europeus de Juniores — e ao treinador Jorge Ramiro.

Nesta sessão, que contou com a presença de representantes da Associação Portuguesa de Atletismo, foram recebidos telegramas de congratulações do Comité Olímpico e da Federação Portuguesa de Atletismo.

Ao usar da palavra no decurso da cerimónia, o atleta António Leitão disse, aludindo ao acto, que «embora o Espinho seja um clube pequeno, sabe, no entanto, reconhecer o esforço que os atletas fazem para o seu engrandecimento».



António Leitão.



## NATAÇÃO: JOSÉ DIAS TOMÉ VENCEU TRAVESSIA DO SADO

José Dias Tomé, do «Algés e Dafundo», foi o vencedor absoluto da travessia do rio Sado, no sentido Tróia-Setúbal, competição que reuniu 16 nadadores, em representação do Algés e do União Piense. A prova teve início frente à ponte de Adoxe e integrou um percurso de 3.000 metros, até à Doca dos Recreios, onde estava instalada a meta.



A seguir a José Dias Tomé — que é, presentemente, o segundo melhor fundista português —, classificaram-se outros dois nadadores do «Algés e Dafundo»: João Pires da Silva (2.º) e Mário Soares (3.º).

## JUDO: PORTUGUESES NAS MEIAS-FINAIS DA TAÇA EUROPEIA

Os atletas do Judo Clube de Portugal qualificaram-se para as meias-finais da Taça dos Clubes Campeões Europeus, em Judo, ao derrotarem os representantes do Goteborgs Judoklubb, da Suécia, por 4-3, em competição efectuada no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.



## TÉNIS: MIGUEL SOARES É O NOVO CAMPEÃO NACIONAL

Miguel Soares sagrou-se campeão nacional absoluto de ténis ao derrotar João Lagos — por 6-3, 6-2 e 6-1, respectivamente —, na final de singulares homens do Campeonato Nacional de primeira categoria, disputada nos «courts» do Estádio Nacional.

É a primeira vez que Miguel Soares conquista este título nacional. O novo campeão,

que tem 22 anos, representa o Ténis Clube de Portugal e iniciou a sua carreira desportiva em Moçambique. Para além do ténis — a que se tem dedicado intensamente nos últimos anos —, Miguel Soares praticou igualmente basquetebol, modalidade onde também chegou a obter posição de relevo.

## VOLEIBOL: ASSOCIAÇÃO DISTRIBUI GALARDÕES

A Associação de Voleibol de Lisboa procedeu à distribuição de galardões aos clubes que ganharam os Campeonatos Regionais de 1978 e a sócio-fundadores e de mérito, no decurso de uma sessão solene organizada para o efeito, na sua sede, como forma de homenagear todos os que prestaram relevantes serviços àquela modalidade desportiva.

O Instituto de Odivelas, Liceu D. Amélia, ISEF, Gil Vicente, Desportivo Operário, Ovnis, BBI e CDUL receberam as taças e medalhas correspondentes aos campeonatos que conquistaram. Por seu turno o Benfica e o Lisboa Ginásio receberam os galardões respeitantes aos Regionais do período 1969/79, que até à data estavam na posse da Associação e que a partir de agora entraram nas salas de troféus daquelas duas conhecidas colectividades lisboetas.

## XADREZ: ANTÓNIO FERREIRA NO CAMPEONATO DA EUROPA DE JUNIORES

António Ferreira, do Grupo de Xadrez da Guarda, representará Portugal no Campeonato da Europa de Juniores de Xadrez, que se disputa em Groningen (Holanda) de 20 de Dezembro a 4 de Janeiro próximos.

António Ferreira, que iniciou a sua carreira de xadrezista há três anos, garantiu a sua presença naquele torneio europeu após ter derrotado, num desempate em seis partidas, Alberto Fernandes, do Benfica.

## MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE VIANA DO CASTELO

Iniciaram-se as obras da parte degradada do centro da cidade de Viana do Castelo. Numa primeira fase, será demolido o velho edifício do orfanato para que nessa área seja edificado um centro cívico, que contará com um «Museu do Traje», pavilhões de artesanato, salão de congressos e um centro comercial. O orçamento total da obra, que se presume esteja concluída dentro de três anos, é de cerca de cem mil contos.

## NOVAS SALAS DE AULA PARA O CONCELHO DE BRAGA

A Câmara Municipal de Braga vai promover, em diversas localidades do concelho, a construção de oitenta novas salas de aula para o ensino primário, segundo revelou o presidente da edilidade, Mesquita Machado, no decorrer de uma das sessões da Assembleia Municipal.

## PORTO: «DE PEQUENINO SE TORCE O PEPINO»

Numa acção da Associação Recreativa da Rebordosa, com o apoio da Direcção-Geral dos Desportos e da Associação de Ténis de Mesa do Porto, realizou-se nesta cidade um torneio de ténis de mesa dedicado a jovens de ambos os sexos — dos 8 aos 13 anos — que nunca tinham praticado anteriormente aquela modalidade. Tratou-se de um inédito e curioso torneio de iniciação, sob o alegórico título «De pequenino se torce o pepino», que visou levar o ténis de mesa a todas as crianças do distrito do Porto. A iniciativa



«Gigantones» e «Cabeçudos» típicos do Alto Minho estarão patentes, dentro em breve, no museu belga de Binche, bem como um conjunto de bonecos representando tocadores de romarias. A iniciativa fica a dever-se a dois etnólogos belgas que se deslocaram ao concelho de Viana no intuito de colher elementos sobre a etnografia daquela região portuguesa.

Os objectos escolhidos são da autoria do conhecido artista Francisco Franco, da freguesia da Areosa, detentor de uma valiosa colecção museológica de grande interesse artístico. Durante a sua estada no nosso País, os dois investigadores belgas, Samuel Glotz e Serge Murant, tiveram o apoio do Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo.

foi rodeada de especial entusiasmo e carinho por grande número de jovens, sendo verdadeiramente festivo o ambiente que, entretanto, se viveu nos dias em que se desenrolaram as jornadas, realizadas simultaneamente em 16 concelhos daquele distrito.

## CONFRATERNIZAÇÃO INÉDITA NA PORTELA DO HOMEM

Segundo revelou o semanário «Mensagem de Bragança», a recente verificação dos marcos que delimitam Portugal e a Espanha, na área da Portela do Homem — operação que, segundo uma tradição praticada desde 1864, é realizada com certo cunho de cerimonial de boa vizinhança —, levada a efeito pelo presidente da Câmara Municipal de Terras do Bouro e pelo presidente do «Ayuntamiento» de Lovios, serviu de pretexto para uma reunião de trabalho tendente a uma união de esforços, da parte de ambos os municípios, no sentido da abertura permanente da fronteira da Portela do Homem.

Por outro lado — e aqui

vem a confraternização inédita —, como resultado imediato dessa reunião, e tendo em vista um maior estreitamento das relações entre as populações raianas de ambos os países, decidiu-se organizar, na Portela do Homem, uma festividade que foi denominada «Festa da Fronteira». Assim, a jornada de confraternização foi intensamente vivida pelas duas populações vizinhas e contou com uma missa campal, seguida de arraial minhoto abrihantado por diversos conjuntos musicais e grupos folclóricos portugueses e espanhóis.



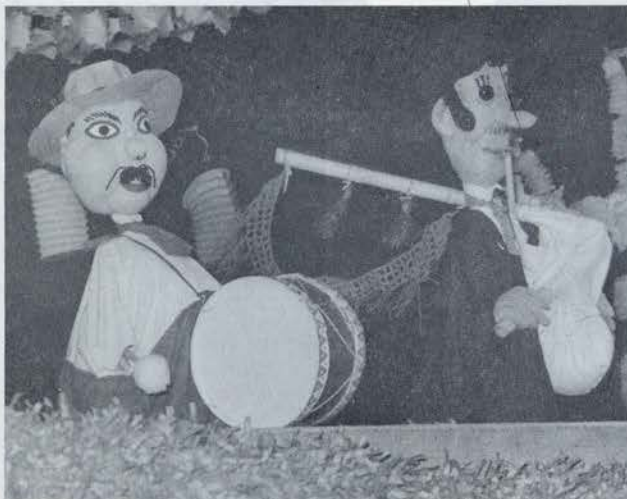
## PARQUE NATURAL DO MONTEZINHO

Por decreto-lei do Ministério da Habitação e Obras Públicas, já publicado no «Diário

da República», foi criado o «Parque Natural de Montezinho», na província de Trás-os-Montes. Com esta iniciativa visa-se, fundamentalmente, dentro dos limites da respectiva área, a defesa do património arquitectónico e cultural, a protecção dos aspectos naturais existentes, a renovação de economia local, o desenvolvimento das actividades artesanais e a protecção ao repouso e recreio ao ar livre.

Até à entrada em funcionamento das estruturas definitivas do novo Parque, este será orientado por uma comissão instaladora, presidida pelo representante do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, coadjuvado por representantes das Direcções-Gerais do Ordenamento e Gestão Florestal, do Turismo, Planeamento Urbano e Regional da Agricultura de Trás-os-Montes. Farão ainda parte da comissão instaladora, representantes das Câmaras Municipais da área abrangida, assim como das Juntas de Freguesia e da Comissão Regional de Turismo de Bragança.





## ENCONTRO DE GRUPOS JUVENIS DE TEATRO DE FANTOCHES

Terminou com assinalável êxito o «III Encontro Nacional de Grupos Juvenis de Teatro e Fantoques», organizado pela Casa da Cultura e pela delegação regional do FAOJ em Bragança.

Nos trabalhos deste Encontro intervieram representantes de grupos culturais e recreativos de quase todo o País, nomeadamente de Vila Nova de Gaia, Viseu, Santarém, Torres Novas, Setúbal, Leiria, Porto, Aveiro, Matosinhos, Arada

(Ovar) e, é claro, de Bragança.

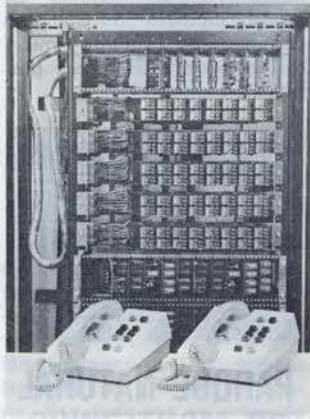
Durante nove dias houve, além de sessões de trabalho oficial, espectáculos de fantoches para a população da cidade e das aldeias do concelho, e esteve aberta ao público, na biblioteca da Escola Preparatória «Augusto Moreno», uma exposição de trabalhos dos vários grupos, executados durante as demonstrações técnicas realizadas nas referidas sessões oficiais.

## NOVA CENTRAL TELEFÓNICA EM TONDELA

Uma nova central telefónica, com mil linhas de rede, vai ser construída no próximo ano em Tondela.

O empreendimento custará cerca de 23 mil contos, sendo 12 mil para equipamento, 10 mil para a construção do edifício e 800 contos para a compra do terreno, que já foi concluída.

A nova central, projectada pelos CTT, é de fabrico inteiramente nacional e o seu órgão básico — considerado o mais moderno material no género — é constituído por «seletores de coordenadas».



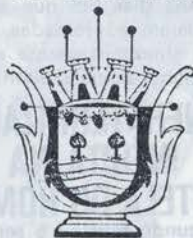
As mil linhas da rede deverão entrar em pleno funcionamento no final de 1981 ou início de 1982. Entretanto, será

instalada, durante o próximo ano, uma estação móvel provisória que, juntamente com a actual, permitirá satisfazer as necessidades do público.

## GONDOMAR: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES

Mais 56 habitações, construídas na freguesia de Fânzeres, foram entregues pelo presidente da Câmara de Gondomar a famílias necessitadas. As novas casas fazem parte de um conjunto habitacional a erguer na área da Várzea, no âmbito de um programa que prevê a entrega, ainda este ano, de mais 84 casas em Rio Tinto, de 230 fogos em Monte Castro e, no próximo ano, de 200 casas em S. Pedro da Cova.

## ESCOLA DE MÚSICA DO ORFEÃO DE ÁGUEDA



Apesar da Escola de Música do Orfeão de Águeda ter iniciado a sua actividade há escassos meses, levou já a efeito o seu 1.º Concerto Coral e Instrumental.

No concerto actuaram, fundamentalmente, crianças de 5, 6 e 7 anos, tendo o programa incluído, ainda, a apresentação das classes dos 8 e dos 12 anos, estas com solistas.

Sublinhe-se que o Orfeão de Águeda vive de subsídios e da quotização dos seus associados, sendo uma colectividade com grandes tradições culturais; a sua Escola de Música deverá, proximamente, dedicar-se também à formação de adultos.

## PARQUE INDUSTRIAL DE VAGOS

A Assembleia Municipal de Vagos decidiu recentemente, no decurso de uma reunião extraordinária, conceder autorização à respectiva Câmara Municipal para contrair um empréstimo de 5.000 contos, verba que se destina à criação de um parque industrial e à instalação de um complexo turístico, anexo à piscina desta vila. Na mesma sessão realçou-se ainda a necessidade de a edilidade local diligenciar junto da EDP, no sentido de esta empresa pública reforçar o fornecimento de energia eléctrica em todo o concelho.

## BANDA DE SALREU

Um grupo de emigrantes radicados na Venezuela enviou à direcção da Banda de Salreu (concelho de Estarreja) a importância de 1.800 dólares — cerca de 90 contos —, quantia expressamente angariada para ajudar a saldar dívidas daquela agremiação cultural e artística, decorrentes do exercício das suas meritórias actividades.

## MELHORAMENTOS NO CONCELHO DE VISEU

Por iniciativa da Câmara Municipal de Viseu, iniciaram-se diversas obras, no montante aproximado de 20 mil contos, em várias localidades do concelho.

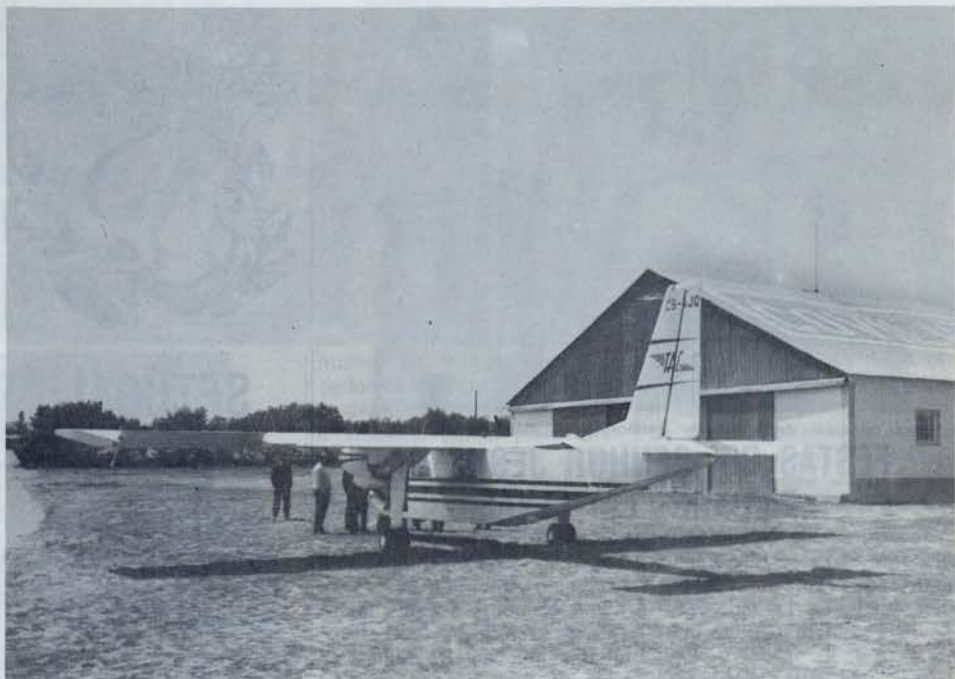
Neste conjunto de obras destacam-se os melhoramentos a levar a cabo na estrada municipal que liga ao Campo de Aviação, e a construção de acessos à Barragem de Fagilde e ao Centro Educacional Especial de Viseu, bem como a implantação da rede de águas e esgotos do novo bairro de Marsovelos, e da rede de água da urbanização da Quinta da Longra. Também serão ampliados os cemitérios das freguesias do Rio da Loba e de Orgens.

## AERÓDROMO MUNICIPAL DA COVILHÃ

Vão ser dispendidos cerca de 19 mil contos em obras de beneficiação do Aeródromo Municipal da Covilhã.

A aplicação de tal verba foi proposta pela Direcção-Geral da Aeronáutica Civil (Núcleo de Planeamento), no âmbito do programa de investimentos e despesas da Administração Pública para o ano em curso.

As obras, que deverão estar concluídas em Março do próximo ano, englobam, nomeadamente, a instalação de terminais de apoio, a construção de áreas operacionais, abrigo e acessos, e o fornecimento de energia para rádio-ajudas. Entretanto, a nova pista de aterragem começou já a ser alcatroada.



## II CONGRESSO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FOLCLORE

Teve lugar na cidade de Coimbra, no Anfiteatro da Faculdade de Letras, o «II Congresso da Federação Portuguesa de Folclore, reunião que foi dirigida pela presidente do Município, dra. Maria Judite Mendes de Abreu, e cuja agenda de trabalhos incluiu, entre outros temas, a análise da música popular, da actividade museográfica e do turismo e suas incidências etnográficas e folclóricas.

Este II Congresso vem no seguimento de actividades encetadas já no âmbito do primeiro — realizado em Vila do Conde, em 1977 — e agrupou cerca de 160 participantes.

## «UNIÃO DESPORTIVA DA GÂNDARA»

Foi recentemente inaugurado o Parque Desportivo das Lagoas, campo de jogos do «União Desportivo da Gândara».

ra». A cerimónia contou com um programa variado que incluiu, além de dois encontros de futebol, a exibição do Rancho Folclórico «Beira-Man», da Cova/Gala.

## FESTIVAL DOS PEQUENOS CANTORES

Decorreu na cidade da Figueira da Foz a «I Gala Internacional dos Pequenos Cantores», no decurso da qual Maria Armada Jesus Lopes, com apenas 4 anos de idade, obteve o «passaporte» para representar Portugal no famoso «Zechino de Ouro», festival realizado anualmente pela UNICEF. Todavia, a vencedora absoluta do certame foi a israelita Marina Liniolde, de 8 anos de idade e natural de Telavive, enquanto uma outra criança portuguesa, Rita Fonseca Protásio Poeira, ficou apurada para participar no «Festival Ibero-Americano da Canção Infantil».

Nesta «I Gala Internacional dos Pequenos Cantores», estiveram representados, além de

Portugal, os seguintes países: Polónia, Bulgária, Jugoslávia, União Soviética, Israel, Grã-Bretanha e Espanha.

O festival, que foi transmitido para todo o País através da RTP, teve lugar na sala do Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, com o patrocínio da RTP, RDP, Ministério da Educação, Governo Civil e Comissão Municipal de Turismo daquela cidade.

## CASA DO POVO DA LOUSÃ

A Casa do Povo da Lousã concedeu subsídios unitários de 10 mil escudos às seguintes associações desportivas e recreativas: Sociedade Filarmónica Lousanense, Associação Desportiva Serpinense, Clube Desportivo Arouce-Praia, Clube Desportivo Ermidense, Clube Recreativo Vilarinhense, Rancho Folclórico da Casa do Povo de Foz de Arouce, Rancho Infantil Estrelinhas da Ponte do Areal, Rancho Típico das Gândaras e Rancho Folclórico da Serra da Lousã.

## AMPLIAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO «SERRANA»

Prosseguem as obras de ampliação do edifício-sede da «Associação Desportiva Cultural e Recreativa (Serrana)» de Serra d'El-Rei, iniciativa para a qual — face ao apelo que oportunamente foi dirigido aos amigos e associados da «Serrana» — foram já recebidas numerosas ofertas e apoios, pelo que a Comissão de Obras desta associação «está animada da convicção de que a boa vontade de todos vai permitir (...) ultrapassar as dificuldades que se depa-ram».

Entretanto, todos os amigos da «Serrana» radicados no estrangeiro e que pretendam contribuir para o desenvolvimento desta meritória instituição, deverão dirigir a sua correspondência para: «Serrana» — Associação Desportiva Cultural e Recreativa / Serra d'El-Rei / Portugal.



Fachada principal da Igreja do Senhor Jesus da Piedade, em Elvas.

## FESTAS DO «SENHOR JESUS DA PIEDADE», EM ELVAS

Decorreram na cidade alentejana de Elvas as tradicionais festividades em honra do Senhor Jesus da Piedade, promovidas pela respectiva confraria local.

Para além das cerimónias religiosas, o programa incluiu a actuação de ranchos folclóricos, desfile de bandas de música, cortejo de oferendas, um concerto no parque da cidade e, a encerrar, a «Proissão dos Pendões». Na parte desportiva houve a salientar uma grande prova de perícia

automóvel, promovida pelo clube «O Elvas», junto aos Arcos da Amoreira.

Paralelamente a estas festividades, realizou-se a conhecida «Feira de S. Mateus», certame com larga incidência na vida económica da região, nomeadamente no sector agrícola, conforme tivemos já ocasião de referir no nosso número de Maio, em suplemento especialmente dedicado a esta cidade do Alto Alentejo.

## MÉRTOLA: OBRAS DE ELECTRIFICAÇÃO

Cinco freguesias do concelho de Mértola (Baixo Alentejo) passaram a dispor, desde há algum tempo, de ligação à rede eléctrica da EDP. Assim, foram beneficiadas com este melhoramento as aldeias de Alcária Ruiva, São João dos Caldeireiros, São Miguel do Pinheiro, São Sebastião dos Carros e São Pedro de Solis.

Entretanto, José Baioa, vereador do município de Mértola, revelou à Anop que está prevista, a curto prazo, a electrificação das freguesias de Cortegaço de Cima e de Cortegaço de Baixo, igualmente situadas naquele concelho, en-

quanto se espera, num futuro próximo, a electrificação de mais 32 aldeias e «montes» alentejanos.

## PISTA DE AVIAÇÃO PARA O COMBATE A INCÊNDIOS

A Assembleia Municipal de Castelo Branco aprovou uma proposta para a construção de uma pista de aviação destinada a possibilitar apoio aéreo no combate a incêndios.

Esta proposta recomenda que, para o efeito, o município se comprometa a ceder terrenos à Direcção-Geral do Ordenamento Florestal e execute o estudo para a localização da pista e a construção de infra-estruturas.



## SETÚBAL: DIA DE BOCAGE E SEMANA SADINA

Comemorando o nascimento, há 214 anos, do poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage, a Câmara Municipal de Setúbal levou a efeito uma série de iniciativas integradas nas tradicionais festas da cidade e que incluíram um cortejo evocativo da época em que Bocage viveu.

As comemorações da «Semana Sadina» englobaram, nomeadamente, diversas provas desportivas, uma exposição alusiva ao Ano Internacional da Criança, colocação de flores junto à estátua de Bocage e, facto inédito, a cidade engalanou-se ao estilo do século XVIII, vindo para a rua ao som do toque de alvorada, para assistir, no dia do nascimento do poeta, ao citado cortejo evocativo. Chameleiros e guardas-reais fizeram a abertura do desfile, montados em cavalos ajazados de acordo com a tradição da época; depois viam-se os representantes da gente do povo e da nobreza, salineiros, almocreves e vendedores, a célebre carroça do teatro de cómicos — utilizada pelos actores que nos pátios e praças públicas representavam um teatro de cariz popular —, calafates, a



Duas imagens referentes ao cortejo evocativo realizado em Setúbal no âmbito do «Dia de Bocage» e da «Semana Sadina».



mulher da fava rica, o vendedor de moínhos, aguadeiros, caldeireiros, moços de fretes e amoia-tesouras; mais atrás vinham os militares e os esbirros da polícia de Pina Manique; a seguir, vestidas de negro e roxo, surgiram as freiras que faziam o pedtório para a Semana Santa, bispos e mestres de confrarias e, na cauda destes, os padres de S. Domingos; finalmente, desfilaram os marinheiros das naus, os ciganos e as figuras, tão satirizadas por Elmano Sádino — nome literário que o poeta adoptou —, de sécias e peraltas, para além dos nobres no seu coche puxado por duas parelhas.

O «Dia de Bocage» parece, assim, definitivamente consagrado nas festas da cidade do Rio Azul.

### Síntese da vida e obra de Bocage

Nascido a 15 de Setembro de 1765, Manuel Maria Barbosa du Bocage muito cedo assentou praça na Armada, tendo alcançado o posto de guarda-marinha. A sua primeira viagem foi ao Rio de Janeiro. Seguem-se outras, menos afortunadas. Obcecado pela identidade que julgava descobrir entre a sua vida e a de Camões, Bocage decide-se pela deserção na Índia, onde se encontrava em serviço. Profundamente infeliz, vagueia depois por Macau e, ao que se supõe, por outras terras do Oriente.

Após o seu regresso a Lisboa, em 1790, Bocage pros-

segue uma vida boémia e incerta, escrevendo nessa altura a obra que o tornou suspeito de «francesia» e de «ateísmo» — «A Pavorosa Ilusão da Eternidade» — e que levaria o Intendente Pina Manique a ordenar a sua prisão. Transferido, mais tarde, do cárcere para a sede da Ordem de S. Bento, aí emprega o tempo traduzindo várias obras, entre as quais é hábito destacar «Os Jardins», de Delille.

Com a saúde gravemente abalada pelos excessos e tombos da «má-sina», Bocage veio a falecer em 1805, na maior miséria, sem ter realizado uma obra condensada «in-folio».

A maior parte dos nossos manuais de literatura considera-o, com toda a justiça, um dos grandes sonetistas da língua portuguesa. A isto poderemos acrescentar: sonetista, sim, mas, sobretudo, espírito talentoso, sensível, revolucionário e nada subserviente, eminente crítico de costumes e profundo observador da decadência que se anunciava em todos os sectores da vida nacional, e que culminaria com o embarque, em pusilânime fuga, da família real para a Brasil, perante o invasor francês, num exemplo negativo da dignidade patriótica que lhe deveria assistir.

A produção dispersa que Bocage nos legou constitui um monumento vivo da poesia portuguesa. Ler, conhecer e admirar a sua obra será, hoje, a maior de todas as homenagens que lhe podemos prestar.

## TEATRO EXPERIMENTAL AÇOREANO

Em face de uma exposição apresentada pelo Círculo de Cultura Artística Açoreana, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, deliberou, por unanimidade, reconhecer o Teatro Experimental Açoreano como instituição de utilidade pública, ficando o mesmo como secção cultural da edilidade.

O TEA efectuou já dez espectáculos, com duas peças de Anton Tchekov — «Trágico à Força» e «Um Pedido de Casamento» —, em Ponta Delgada e nas vilas da Povoação, Bretanha, Livramento e S. Vicente Ferreira.

## «A GENTE DOS AÇORES»: UM LIVRO DE CAETANO VALADÃO SERPA

«A Gente dos Açores» é o título de um trabalho histórico-sociológico sobre o surto emigratório e a religiosidade do povo açoreano, entre os séculos XVI e XX, obra que é assinada por Caetano Valadão Serpa. O livro baseia-se numa tese de doutoramento e nele o autor descreve a gente dos Açores e, ao mesmo tempo, procura analisar as razões que contribuíram para a sua «vocação» emigratória, tentando, paralelamente, penetrar nos seus sentimentos religiosos.

Natural dos Açores, Caetano Valadão Serpa viveu sucessivamente na Itália, França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Holanda, Médio-Oriente e Estados Unidos. Em nota inserta no livro, o autor afirma, a propósito do mesmo: «A minha tese acerca da gente dos Açores é fruto dos meus conhecimentos e estudo, da minha vida e experiência, das minhas convicções pessoais e do meu peregrinar pelo mundo».

## ESTATÍSTICAS DE EMIGRAÇÃO

No primeiro semestre deste ano emigraram legalmente dos Açores 2.845 pessoas, segundo estatísticas reveladas pelos Serviços de Emigração da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. O maior número de emigrantes destinou-se aos Estados Unidos (2.145), seguindo-se o Canadá (661).

Por ilhas, verifica-se que a maior parte desses emigrantes é natural de S. Miguel (1.695), seguindo-se a Terceira com 501; Santa Maria com 185; S. Jorge com 166; Faial com 87; Flores com 75; Graciosa com 70; e Pico com 66. Do total de emigrantes que partiram no referido período, 1.462 eram homens e 1.383 mulheres.

## ÍNDICE DE PREÇOS

Entre Junho de 1978 e Julho de 1979, o índice de preços ao consumidor (excluindo a habitação) registou, nos Açores, um acréscimo de 19,9 por cento, segundo revelou a delegação regional do Instituto Nacional de Estatística.

A maior subida de preços verificou-se nos sectores de vestuário e calçado (28,8 por cento), seguindo-se a alimentação e bebidas (26,6 por cento), diversos (8,3 por cento), e, finalmente, as despesas de habitação (7,6 por cento).

## FOMENTO DA AGRICULTURA

Segundo um relatório das actividades da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas dos Açores, recentemente divulgado, o Executivo açoreano investiu, em 1977, cerca de 125 mil contos nos sectores da agricultura e da pecuária. O mesmo documento revela que em 1978, só no programa agrícola, foram gastos 125 mil contos e, este ano, o mesmo sector absorverá, sensivelmente, idêntica verba.

Ainda no que respeita ao sector primário — o mais importante na economia do ar-

quipélago, ocupando cerca de 47 por cento da população —, o relatório salienta que a exploração é realizada no sistema de minifúndio. Recordando-se, a propósito, que estatísticas de 1965 indicavam que 90,7 por cento das explorações tinham áreas inferiores a cinco hectares, 8,4 por cento variavam entre os cinco e os dez hectares, e 0,90 por cento tinham mais de 20 hectares.

No que se refere à produção de leite — e segundo o mesmo relatório —, entraram nas fábricas 166 milhões de litros em 1976 e 163 milhões no ano seguinte. No que respeita aos seus derivados — manteiga e queijos — produziram-se em 1977, respectivamente 1.719 e 4.519 toneladas, verificando-se, pois, um aumento na produção de queijo em prejuízo do fabrico de manteiga.



Na área das pescas, de acordo com o mesmo documento, foram investidos cerca de 31,5 mil contos em 1977 e quase 50 mil contos no ano transacto. Em 1980, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas vai proceder à abertura, na Horta, de uma escola de pesca destinada à formação profissional dos pescadores da região. Por outro lado, em S. Miguel, ao abrigo de um acordo luso-norueguês para o sector, está neste momento em construção uma lota, prevendo-se ainda que, até ao termo do corrente ano, entre em funcionamento um conjunto de cinco instalações frigoríficas.

## «MISS» AÇORES-1980

Está em organização, em S. Miguel, o concurso para

eleição da «Miss» Açores-1980. Segundo os respectivos promotores, o concurso deverá realizar-se por altura do Congresso das Comunidades Açoreanas, que decorrerá em Março do próximo ano na ilha de Santa Maria.

Prevê-se a participação no concurso de representantes do continente e das comunidades portuguesas residentes na Califórnia, Nova Inglaterra, Bermudas, Brasil, Hawái e Canadá, além das candidatas que representarão as nove ilhas do arquipélago.

## DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

A ANOP anunciou que o Executivo açoreano atribuiu uma verba de 2.120 contos para o programa de defesa do património cultural da região. Essa verba destina-se a obras de restauro do Museu de Arte Sacra de Angra, da Praça de Toiros dos Biscoitos e de um templo religioso em Santa Maria

## FUNDAÇÃO GULBENKIAN APOIA «Ballet Teatro ARQUIPÉLAGO»

O guarda-roupa do bailado «Homenagem a Florbela» foi recentemente oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian ao «Ballet Teatro Arquipélago».

Dirigido pelo coreógrafo Jorge Trincheiras, o «Ballet Teatro Arquipélago» — a cuja criação nos referimos em número anterior — é formado por alunos da secção de Ponta Delgada do Conservatório Regional dos Açores.

Desenhado por Resende e baseado em figurinos do século passado, o guarda-roupa foi entregue aquando da recente passagem por Ponta Delgada da Companhia de Bailado da Fundação Gulbenkian.

## CRIPTOMÉRIA AÇOREANA

A humilde e desaproveitada árvore das matas açoreanas, a criptoméria, igualmente conhecida como cedro-do-Japão, está a ser submetida a testes por uma firma especializada da Holanda e poderá vir a ser utilizada no revestimento de edifícios do Estado holandês.

A árvore, semelhante a todos os outros cedros, tem uma única espécie e, além dos Açores e do país de origem, existe apenas numa pequena ilha da França. Desde a sua introdução nos Açores, em data ignorada, é um dos componentes maioritários das matas do arquipélago. Do seu lenho extrai-se uma essência utilizada na perfumaria.

## REDE DE ESGOTOS DA CIDADE DA HORTA

A Câmara Municipal da Horta analisou o estudo do plano de saneamento da cidade, da autoria do eng. civi! Mário Ulisses da Costa Valente, tendo decidido, unanimemente, remeter um exemplar do referido estudo à Secretaria Regional do Equipamento Social, solicitando parecer técnico e a realização de um estudo económico-social com vista à realização da obra, que se afigura do maior interesse e que deverá importar em cerca de 80 mil contos.



Horta: uma rua da cidade.

## ORQUESTRA GULBENKIAN NO FUNCHAL

Sob a direcção do maestro norte-americano Ezra Rachlin a Orquestra Gulbenkian levou a efeito uma série de três con-



A Orquestra Gulbenkian durante uma das suas actuações e, em cima, a violoncelista Clélia Vital.

certos no Teatro Municipal da cidade do Funchal.

Entre outras, foram interpretadas obras de Tchaikowsky, Samuel Barber, Haydn e Händel, cujo «Concerto Grosso Opus 6 número 10 em Ré Menor» teve como solista a violoncelista portuguesa Clélia Vital.



## CONGRESSO DOS «SKAL CLUBES DE PORTUGAL»

Realizou-se na Madeira o IV Congresso dos «Skal Clubes de Portugal». Este Congresso, que reuniu cerca de duzentos membros de vários «Skal-Clubes» do País, teve como objectivo prioritário procurar garantir, no próximo ano, um grande afluxo de turistas provenientes de Espanha, através da divulgação da Madeira que será, entretanto, realizada junto de membros de clubes congéneres espanhóis, especialmente convidados para as sessões que se irão organizar.

Paulo Matos, que presidiu ao referido Congresso e que foi recentemente galardoado com o «Leme de Ouro» — uma das mais altas distinções existentes no sector do turismo —, disse em conferência de imprensa realizada na altura que o «Skal Clube da Madeira»

vai pautar a sua acção na divulgação e projecção da Madeira no mercado turístico internacional. Para alcançar tal desiderato, aquele clube, que congrega promotores ligados à indústria turística, vai endereçar convites a diversas personalidades do sector para realizarem, na Madeira, conferências no âmbito do turismo e representarem o Skal Clube em reuniões nacionais e internacionais.

## SEGURO PARA AS ACTIVIDADES AGRO-PECUÁRIAS

O «Diário da República» inseriu recentemente um decreto do Governo Regional da Madeira que cria o «Fundo de Previdência Agro-Pecuária» daquela Região Autónoma.

O referido Fundo tem como objectivo principal assegurar

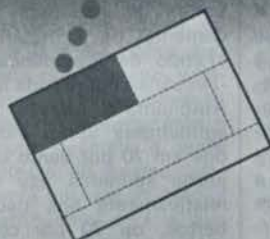
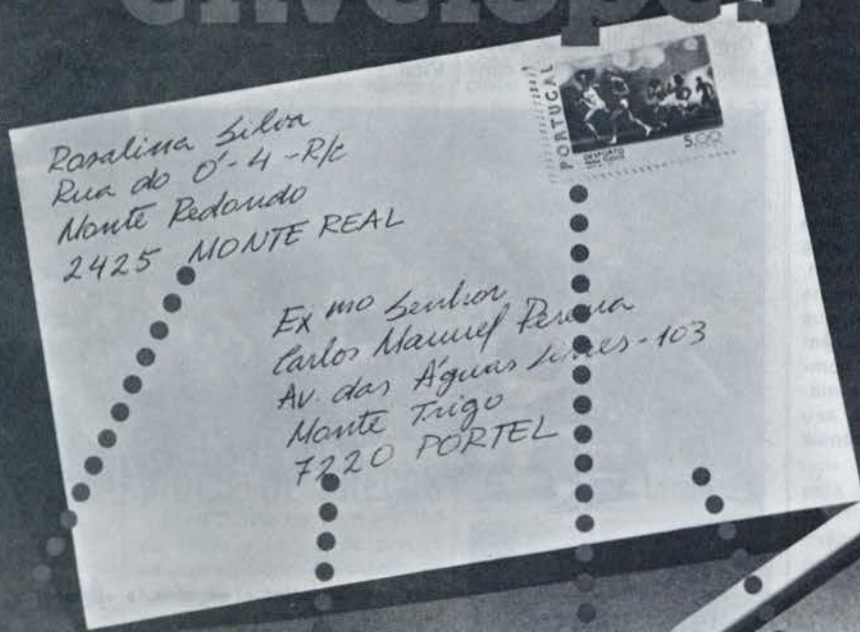
a protecção dos agricultores contra riscos ainda não cobertos pelo seguro e resultantes de acidentes, nomeadamente os climatéricos. O «Fundo de Previdência Agro-Pecuária» cobre toda a Região Autónoma e, através dele, os agricultores serão indemnizados em 70 por cento dos prejuízos apurados nas culturas relativamente aos riscos cobertos, ou 70 por cento do valor dos animais sinistrados.

## PESCA DA BALEIA

Um cachalote com o peso aproximado de 19 toneladas foi capturado por um barco da «Empresa Baleeira da Madeira», perto do Porto Moniz.

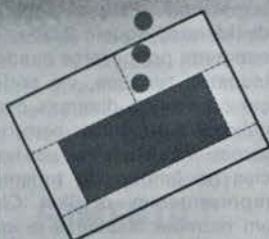
Com esta captura — algo inédita —, cifra-se em cerca de 180 toneladas o peso total de baleias capturadas nas águas da Madeira desde o início deste ano. Recorde-se que, em 1978, o peso total de baleias ali capturadas ascendeu a cerca de 200 toneladas.

# Escreva assim OS SEUS envelopes



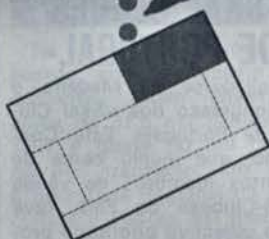
## remetente

Escreva aqui a sua morada completa. Não se esqueça de pôr o seu **CÓDIGO POSTAL** na última linha.



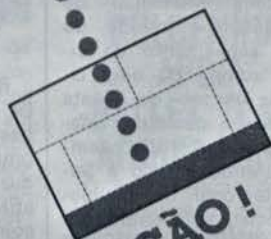
## endereço

Escreva aqui o seu endereço: o nome da pessoa a quem quer escrever, a morada completa e **na última linha o CÓDIGO POSTAL respectivo** (quatro algarismos e o nome de uma localidade, **sem pontos, nem traços separadores**).



## selos

Este espaço é reservado aos selos.



**ATENÇÃO!**  
NÃO  
ESCREVA NADA  
NESTA ZONA

As máquinas de tratamento de correspondência precisam de a encontrar limpa.

meio caminho andado



CÓDIGO POSTAL





# DOS BALEEIROS A FAINA FLUVIAL

De caravelas, história trágico-marítima e rotas da Índia, nomeadamente, todos sabemos algo desde os bancos da escola. Contudo, pouco sabemos da aventura viva, pungente e quantas vezes injustamente ignorada, dos homens do mar e dos barcos portugueses dos nossos dias.

Assim, pretendemos traçar, neste suplemento, uma panorâmica sintética sobre a caça da baleia, levada a cabo pelos pescadores açoreanos, sobre as tripulações dos lugres — esses barcos cujo tamanho mais se assemelhava ao dos seus antepassados dos séculos XVIII e XIX — que demandavam os bancos da Terra Nova em busca

do bacalhau, e ainda, sobre algumas embarcações fluviais portuguesas em vias de extinção ou mesmo já completamente desaparecidas da nossa paisagem marítima.

## Uma dívida histórica

Pouco se tem falado do facto de, em 1972, das 15.031 embarcações de pesca existentes em Portugal continental, apenas 3.142 estarem equipadas com motor, facto que, logicamente, nos remete para a utilização da vela e dos remos, manejados pelos braços vigorosos dos pescadores. Mais recentemente a Administração-Geral das Pescas revelava novos números a este propósito. Assim, a actual frota portuguesa é constituída por 16.683 embarcações, sendo 15.995 artesanais, 104 de arrasto costeiro e 41 de arrasto do alto, 13 de arrasto longínquo, 11 de pesca de crustáceos, 120

de pesca do atum, 57 de bacalhau, 42 de baleia e 300 de sardinha. Destas embarcações, 1.444 são, ainda, movidas a remos.

Por outro lado, notícias recentes revelam-nos o desaparecimento quase total das fragatas e cangueiros do Tejo e a condenação que pesa sobre os barcos rabelos do Douro, votados a perecerem ingloriamente, face às barcaças de tipo europeu, apropriadas para o tráfego fluvial.

A este mundo que, pese a tudo, se vai perdendo, devemos a justiça da lembrança, pelo seu pioneirismo, abnegação e arrojo, recordando o seu quotidiano pouco conhecido. Trata-se, afinal, de uma singela homenagem e, simultaneamente, de um apelo para a adopção de medidas que permitam preservar todo um património colectivo, estreitamente ligado à nossa História e à nossa cultura, e que devemos às gerações vindouras.



# BALEIA

## Baleeiros modernos

Uma frota moderna de caça à baleia inclui um grande barco-fábrica e outras unidades de menores proporções, mais rápidas e que são, no fundo, as descendentes directas das antigas embarcações baleeiras. Armadas de uma pequena espécie de canhão, através do qual é lançado o arpão, essas novas unidades alteraram por completo a fisionomia tradicional desta faina.

É frequente ser injectado ar no corpo das baleias mortas, tendo como objectivo mantê-las

a flutuar até poderem ser colocadas no barco-fábrica, para extração do óleo e da carne.

Esta caça foi tão intensa e foram mortas tantas baleias que é bem possível que, hoje, algumas estejam extintas, designadamente a baleia-azul.

Actualmente a caça à baleia está regulamentada por convénios internacionais, limitando o número de exemplares que é permitido abater.

## A pesca da baleia em Portugal

Em Portugal, sabe-se que a pesca da baleia se fez, junta-

mente com a de outros cetáceos, ao largo de toda a nossa costa, desde o início da monarquia. Os forais de Gaia, Ericeira, Silves, Loulé, Faro, Tavira e Castro Marim — todos do século XIII —, por exemplo, referem-se a esta actividade, sabendo-se da existência de baleeiros que exerciam a faina no «baleal» próximo de Atougua. Em 1340, D. Afonso IV arrendou todas as «baleações» do reino — desde a foz do Minho à do Guadiana — a um mercador chamado Afonso Domingues.

Com os Descobrimentos e o conhecimento de outros mares

onde a baleia aparecia em maior número, a sua pesca quase se extinguiu nas costas portuguesas. No século XVII, esta indústria desenvolve-se no Brasil em regime de monopólio da Coroa, nomeadamente nas capitâncias do Rio de Janeiro, Baía, São Paulo e Santa Catarina. O liberalismo económico levou, em 1801, à supressão de tal privilégio da Coroa, mas a pesca encontrava-se já em declínio.

Há ainda notícias da criação no nosso País de uma «Companhia de Pescarias Lisboenses», a qual se propunha desenvolver esta pesca em regiões

onde a baleia existia em quantidades substanciais. Porém, apesar da importância que o óleo e tendões do cetáceo continuavam a ter nessa época, o empreendimento não chegou a bom termo, tendo sido abandonado em 1841.

No princípio deste século, foi regulamentado o regime de concessões e manteve-se a actividade piscatória da baleia nos Açores, onde todas as ilhas contribuíam, com as suas armações, para a perseguição dos cetáceos, especialmente cachalotes.

O escritor e jornalista João Afonso, que vive na ilha do Pico (Açores) e é considerado um dos maiores especialistas portugueses quanto a tudo o que se liga à caça da baleia, referiu, não há muito tempo, algumas facetas desta modalidade piscatória em vias de extinção, a propósito da criação de um Museu dos Baleeiros, que será instalado, a curto prazo, naquela região autónoma. Segundo afirmações daquele especialista os portugueses correm o risco de, qualquer dia, para verem as coisas relacionadas com as baleias dos Açores terem de se deslocar ao «Museu do Homem» em Paris (onde parece existir abundante material que foi levado dos Açores) ou a New Bedford (EUA), onde há um Museu da Baleia constituído quase exclusivamente com materiais recolhidos naquele arquipélago, particularmente na ilha do Pico, considerada como a «ilha baleeira» por excelência.

João Afonso revelou igualmente que a indústria baleeira — se assim se pode chamar — dos portugueses dos Açores, os levou a muitos pontos do Mundo, tendo deixado vestígios importantes nas ilhas Hawai e nas velhas estações baleeiras (ou naquilo que delas resta) da Califórnia, Perú, Austrália, Tasmânia e Brasil, nomeadamente. Por outro lado, aquele autor revelou que, por exemplo, em New Bedford, no «Melville Room» da «Free Public Library», existem inesgotáveis fontes sobre as actividades de baleeiros portugueses, tal como na «Nicholson Collection», de Providence, existem cerca de mil livros de bordo, alguns dos quais portugueses.

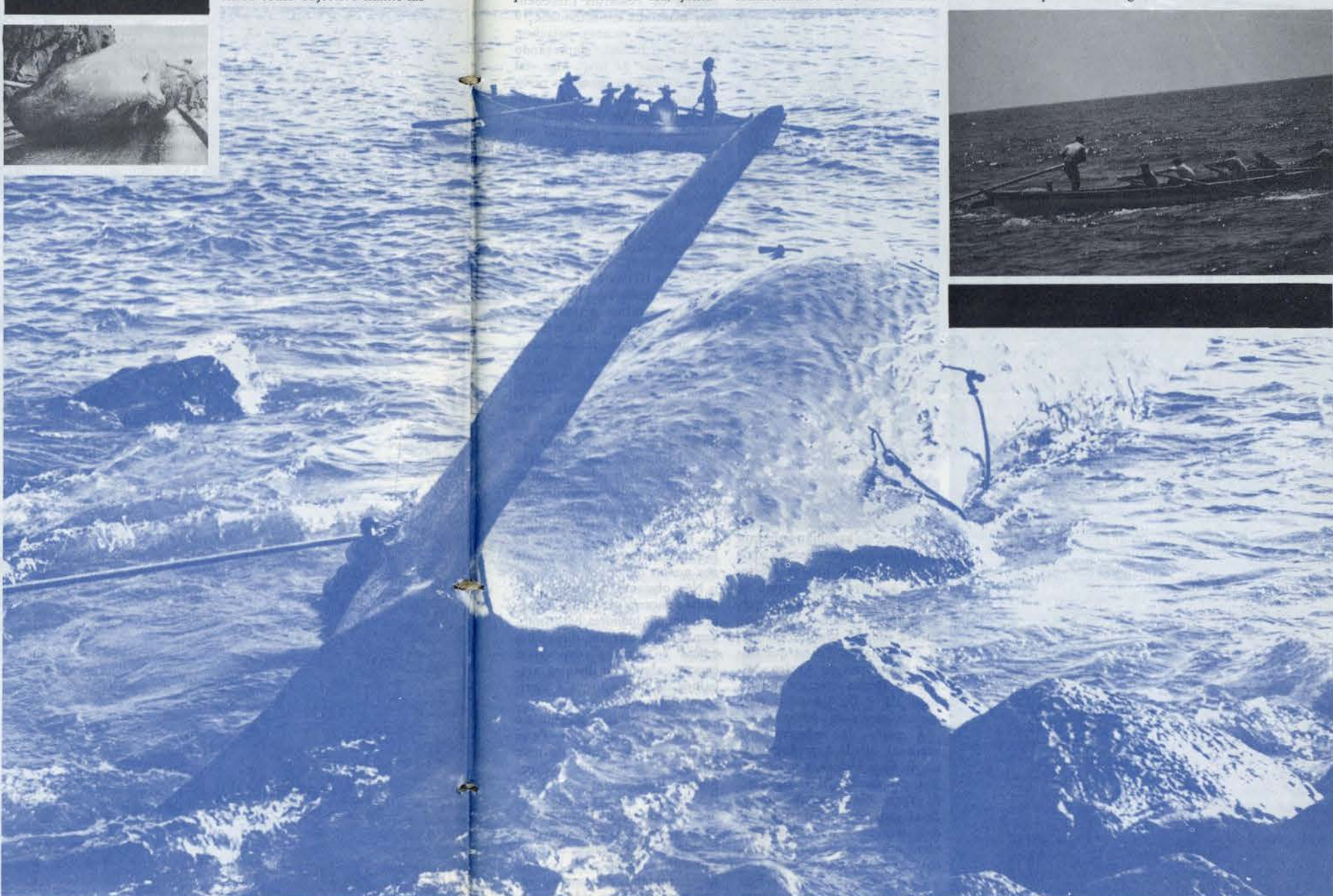
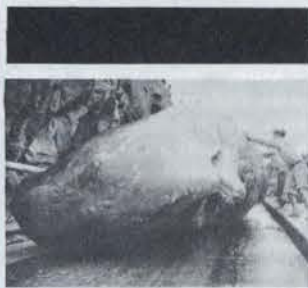
Para bom número de portugueses, muitos dos quais têm hoje descendentes a viver nos EUA e Canadá, a pesca ou caça da baleia constituía ganha-pão essencial e actividade insubstituível e de importância vital.

Tentados a descrever muito rapidamente a caça da baleia, não podemos deixar de citar uma das obras-primas da literatura norte-americana. Referimo-nos, é claro, a «Moby Dick», da autoria de Herman Melville, que nesse livro nos narra uma epopeia autêntica e apaixonante, traçando um desenho minucioso e trágico da luta titânica quotidianamente travada pelos homens do mar. Esta

obra de Melville comporta a descrição de todos os processos seguidos na caça à baleia em meados do século XIX, estendendo-se, até, a pormenores técnicos que hoje foram relegados, seguramente, para a «etnologia baleeira», mas que, segundo João Afonso, pertencem ainda ao quotidiano português, pois os «Açores são o último lugar do mundo onde se caça a baleia pelo método, realmente arcaico, de homem em directo sobre o animal».

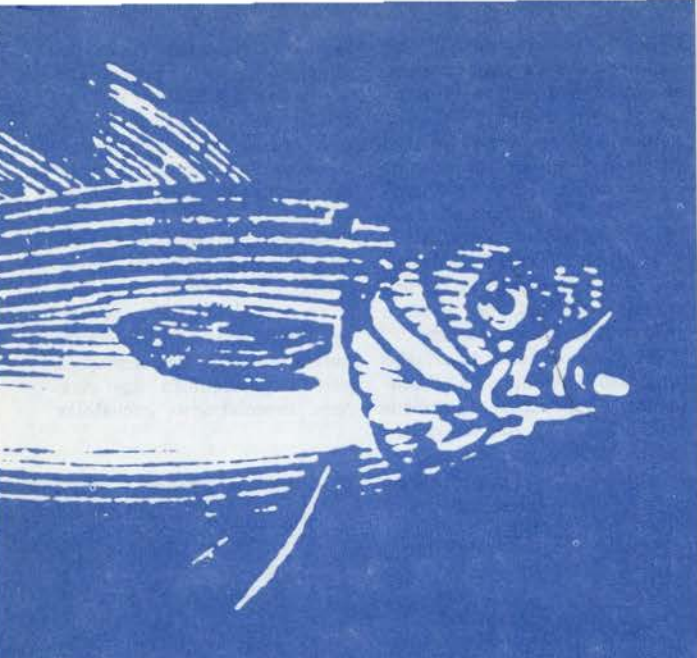
De acordo com os hábitos de então, descritos por Melville, a baleeira afastava-se do navio, logo que fosse avistada uma espécie em condições ideais e com mar relativamente propício. O arpoador, o caçador de baleias, ia no primeiro remo. Personagem quase lendária e dotado, sem dúvida, de força hercúlea e nervos de aço, o arpoador era e é a figura central deste quadro. Assim, por demasiado prolongada e cansativa que seja a caçada, o arpoador tem que remar e ao mesmo tempo, estar pronto para lançar, olímpicamente, o seu «dardo» no instante que se apresente mais propício. Uma vez lançado o arpão, e alcançado o objectivo, um segundo arpão é lançado, de modo a aumentar as probabilidades de êxito, caso o primeiro se revele insuficiente por qualquer motivo. Porém, o mais comum é a difícil operação realizar-se apenas com um arpão, sendo o segundo, e a linha que a ele se prende, lançado ao mar, pois o intrincado processo que se segue, com a baleia enlouquecida pela ferida, em correria furiosa, torna o emaranhado das linhas no interior da pequena baleeira num risco suplementar para a pequena tripulação da embarcação.

A linha de que falamos desempenha papel preponderante na caça à baleia e, ao mesmo tempo, é caso de vida ou morte para os homens que se encontram a bordo. Ela pode suportar uma tensão de quase três toneladas, encontrando-se enrolada em espiral numa selha, à popa do escaler. O seu enrolamento representa uma tarefa que obedece aos mais minuciosos cuidados, de modo a evitar a formação de nós ou torções, verdadeiros inimigos mortais dos pescadores quando a linha é desenrolada, fulgurantemente, pela baleia ferida.



Moribundo, o cetáceo é arrastado para terra, após uma longa luta com baleeiros experientes; seguem-se as operações de esquartejamento do corpo, para extração do óleo e da carne.





## Nos bancos de pesca da Gronelândia e Terra Nova

O bacalhau constitui um dos alimentos predilectos dos portugueses, sendo cozinhado de variadíssimas formas, em sabrosos pratos, alguns com foros de especialidades culinárias regionais. Deste modo, o «fiel amigo» foi consumido em larga escala e a sua pesca empregou numerosos navios e homens, dando origem a uma importante actividade económica.

Todos os anos, em meados de Abril, a frota bacalhadeira partia do estuário do Tejo, onde se reuniam, vindos dos portos de Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal e Algarve, os elegantes lugres bacalhoeiros e alguns arrastões.

Depois era a travessia do Atlântico Norte, até aos bancos de pesca, junto da Terra Nova e da Gronelândia. Ali começava então, efectivamente, a faina da pesca. Os doris (pequenos barcos descobertos, de fundo chato) afastavam-se dos lugres, à força de remos, levando cada um o seu pescador.

Sozinho, no seu dori, entre mar e céu, tendo a recortar-se no horizonte, muitas vezes, a massa gélida e ameaçadora de um «iceberg», flutuando a distâncias consideráveis do lugre, envolto, num ou noutro dia, em espesso nevoeiro, vai o pescador, pacientemente, recolhendo os peixes que picam o anzol. E é nestas horas de solidão, enfrentando os frios glaciares,

contantes como lâminas de barba, mordiscando recordações ou pedindo à «Providência» que lhe não aconteça o pior, que é realizada a verdadeira pesca do bacalhau.

Poucos poderão imaginar o autodomínio necessário a esses homens sós, arrais de si mesmos, frente ao mar, onde se vão tornando peças do próprio dori e onde levam a bom termo uma tarefa árdua, que exige conhecimentos e muita energia, além de argúcia e lucidez invulgares.

Depois, era o regresso ao lugre, novamente à força de remos, com o dori mais ou menos carregado. Uma vez a bordo, o bacalhau sofria as primeiras operações de preparação e era conduzido, em seguida, aos armazéns do porão, onde ficava salgado, até à chegada aos portos portugueses, onde era convenientemente seco e classificado.

No fim da faina, com os porões cheios, os lugres regressavam, após cinco a seis meses de permanência nos mares da Terra Nova.

Aqui ficam alguns números significativos da importância que esta indústria chegou a tomar entre nós: em 1920, os pescadores portugueses do bacalhau trouxeram 1 678 toneladas; trinta anos depois (1950), essa quantidade havia crescido para 24.341 toneladas. De acordo com estatísticas do INE, o total de pescadores matriculados na pesca do bacalhau era de 3.440 em 1972, sendo 3.080 maiores de 21 anos e 360 com idade inferior.

## BACALHOEIROS E PESCA DO BACALHAU



A pesca do bacalhau começou a interessar os portugueses após as viagens dos irmãos Corte-Real à Terra Nova, como se pode provar pelo «dizimo» que, em 1506, D. Manuel I mandou cobrar sobre o produto da pesca ali realizada. Frotas que saíram dos portos de Aveiro, Minho e Douro tiveram de D. João III e D. Sebastião regimentos para o seu governo.

A perda da independência nacional, aliada à predominância da frota inglesa, a partir dos fins do século XVI, na zona da Terra Nova, afastaram-nos dessa actividade. Só cerca de dois séculos depois renasceria, entre nós, a pesca do bacalhau nos mares da Terra Nova.

Assim, em 1829, Jacob Fernandes Torlade de Azambuja,

consul de Portugal na América do Norte, enviou para o País um relatório em que historiava a pesca do bacalhau, descrevendo como ingleses e americanos a levavam a efeito nos bancos da Terra Nova, ao mesmo tempo que reivindicava os direitos dos portugueses nessas regiões. A partir daqui iniciou-se nova gesta na pesca do bacalhau que, como se vê, não tem afinal os «pergaminhos» que outra espécie, a baleia, largamente auferiu entre nós desde tempos remotos.

Em 1848, a já referida «Companhia de Pescarias Lisbonenses» mantinha em actividade 19 navios, entre escunas, patachos, brigues e barcas, empregando 325 homens de mar. Mas, tal como acontecera quanto à pesca da baleia, a empresa não atingiu os resultados desejados, terminando o seu exercício em 1857. Uma firma açoriana viria a retomar a actividade em 1866, armando dois veleiros em demanda dos bancos da Terra Nova. Em 1885 já a Figueira da Foz enviava regularmente duas unidades, um iate e um lugre e, logo a seguir, Lisboa participava com 10 navios (lugres, patachos e escunas). Porém, as capturas ficaram sempre classificadas aquém das crescentes necessidades do consumo. Exemplo significativo da nossa lentidão no apetrechamento desta modalidade de pesca, é-nos dado pelo facto de, entre 1896 a 1902, os efectivos da nossa frota haverem subido tão só a 15 navios. Entre todas as campanhas de que há memória, salienta-se a de 1924, que excepcionalmente mobilizou 65 lugres. Daí até hoje a decadência foi sintomática e apesar de lenta, fez-se sentir sempre, até aos nossos dias.

Não obstante, a pesca do bacalhau encerra uma mística própria de não menores heroísmos, nem mais reduzidas dimensões épicas e inspirou, em várias épocas, alguns brilhantes trabalhos de dramaturgos e escritores portugueses.

O lugre passou já à lenda e o pescador dos bancos da Terra Nova, o solitário lobo do mar, português de lei, que teve por jardim de infância o casco velho de uma xávega, meio apodrecida pelo tempo ou enterrada na areia da praia mais próxima, parece agora pertencer definitivamente à lenda e à história desse «campo de sementeira» que para nós tem sido o mar.



## BARCOS DO TEJO

# BARCAS E BARQUEIROS

Barqueiro é todo aquele que tripula um barco, barca, batel, muleta, caravelão, sendo equivalente a arrais quando dirige a embarcação.

Em fins do século XVIII criaram-se as primeiras instituições públicas cujas funções abrangiam o cuidado das vias de comunicação, mas o que se sabe, ao certo, é que antes da Regeneração (1851) esse cuidado foi exercido em escala muito reduzida. Consequentemente, o importante papel que, em princípio, seria desempenhado pelas estradas, enquanto vias de comunicação, quer pela sua falta, quer pela sua pouca segurança, foi durante muito tempo (até fins do século XIX) desempenhado, de facto, pela navegação fluvial.

No nosso País, o número de barqueiros era, pois, muito elevado, dada a amplitude da nossa rede hidrográfica, sendo raro o trajecto que não com-

portava travessias em barca. Assim, são numerosos os topónimos fixados para lugares que foram centros ou pequenos portos de barcas: Barca, Vila Nova da Barquinha, Barca do Troça, Ponte da Barca, Barca de Laço, Barca de Vau, Barca Nova, Barcos, Barca d'Alva, Barqueiros, etc.

Em inquérito realizado em 1822, o total de barcos recensados e em uso nos nossos rios rondava as três centenas. No final do século XIX o seu número era ainda superior a 100.

Nos rios portugueses realizou-se, pois, um intenso tráfico desse tipo que em Mértola (Guadiana), Constância e Abrantes (Tejo), Montemor-o-Velho (Mondego), Régua (Douro) — citando apenas os principais — entroncava com o trânsito por terra.

Num inventário profissional realizado em 1811, a profissão de barqueiro aparece associada

à de pescador de rio (na medida em que se completavam), com um total de 4 mil membros. Em 1867, na estatística para a contribuição industrial, citavam-se 1.255 donos de barcos.

A rede de comunicações fluviais constituiu, até perto da segunda metade do século XIX, um elemento essencial na economia do País, tendo mantido esse papel até aos princípios do século XX, sobretudo nos rios Douro e Tejo.

Referimo-nos, é claro, ao somatório de barcos à vela, mais ou menos conhecidos segundo as suas designações e tipos específicos.

A figura do barqueiro foi retratada literariamente por Gil Vicente e destaca-se também, por exemplo, nas obras de Alves Redol, escritor exímio que nos soube legar páginas realistas da vida e faina desses trabalhadores do rio.

Muitos leitores talvez ainda se recordem dos barcos de vela latina que pululavam em todo o rio Tejo, até mesmo, Vila Franca de Xira.

Neste conjunto de antigos veleiros destacavam-se as fragatas, conhecidos barcos de carga, airosamente decorados e de tal modo concorrentes com os varinos, outra espécie, que com eles facilmente se confundiam, aos olhos dos menos conhecedores destas coisas do rio; os cangueiros, grandes barcos de carga destinados ao transporte de areia e outros materiais de construção; as falias, os botes e tantas outras embarcações que durante largo tempo, singraram o Tejo, como ornamentos singelos, e hoje foram para sempre banidas das águas, em nome de um controverso progresso técnico.

As fragatas iam buscar as suas cargas ao Alfeite — areia,

maioria dos casos — para depois a descarregarem em Lisboa. Eram os próprios tripulantes quem executava as tarefas de carga e descarga, transportando a areia à cabeça, em cestas, através de estreitas e oscilantes pranchas, num trabalho penoso e exaustivo que requeria habilidades de autêntico equilibrista ao seu executante.

Algumas destas embarcações ainda subsistiam até há pouco tempo, com o produto de pequenos fretes cada vez mais raros.

Como apontamento turístico, ficarão algumas fragatas no Tejo? Tudo leva a crer que não, quando as vemos por essas praias do rio e pelas docas, entre lodos cheios de bagueira dos óleos e de detritos, encostadas umas às outras, decrépitas, apodrecendo batidas pelas vagas. É uma despedida triste e inglória. E, curiosamente, tal não parece suceder por puro acaso: é que os seus donos não as podem destruir, dado que o seu desmantelamento é tão caro que não compensa; também não podem incendiá-las, por motivos óbvios; e retirá-las da água é igualmente dispendioso, para quem se encontra na penúria.

A sermos supersticiosos, diríamos que há nisto uma saga inexplicável que se cumpre, fatalmente, sem que os homens nela possam interferir, e que obriga a fragata a sujeitar-se a um destino: nascida para as águas do rio nelas terá de expirar!



## BARCOS RABELOS

Sabe-se que o aparecimento do rabelo data do século IX. Mais tarde, o foral de Gaia, do século XII, cita «as barcas do vinho e os navios de rio e mar». Há quem afirme, e muitos especialistas o admitem, que a configuração do rabelo tem algo de comum com os lendários navios dos «vikings». Certo é, contudo, que o barco rabelo passou a ter a sua configuração definitiva em 1792, quando a «Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro» publicou

os avarás e demais diplomas que se relacionavam com a excepcional administração pombalina prescrita para a matéria.

De uma ou outra forma, os barcos rabelos foram os meios de transporte fluvial das grandes casas agrícolas, nomeadamente para o vinho do Porto e, como tal, passaram a figurar no «ex-libris» da indústria local.

A agressividade do rio Douro, pedregoso e desigual, com correntes cortadas por acidentes — designados por «pontos», «rápidos» «cachões», ou «galéiras» —, impôs ao rabelo uma construção especial para lhe permitir vencer paulatinamente todos os obstáculos: não tinha quilha e toda a sua segurança, e a da tripulação, assentou sempre na rija e segura mão do mestre, agarrado à espádeia. Há mil histórias verdadeiras dessa luta violenta entre o homem e o rio, com tragédias e felizes salvamentos

que dariam enorme livro de memórias.

Do alto do único mastro, erigido na parte da ré, partia um cabo de ligação à proa da embarcação. A verga, por sua vez, era içada no topo do mastro por intermédio da adriça. O velame era representado por uma única vela quadrangular, suspensa da verga e manobrada pelos «braceadores», presos aos extremos da mesma. No Estio, a largada dos rabelos monstiuva um espectáculo evocativo de maravilhosa esquadra que, vista de longe, se assemelhava a uma invasão «vikings». Com maré de feição é vento da barra, eles seguiam rio acima, velas enfunadas e mestres à espádeia. E havia sempre gente a observar o zarpar dos barcos para montante. Apesar da cena se repetir, ela tinha algo que extasiava a vista e levava a pensar na aventura temerosa que representava enfrentar as águas do Douro.





TELEFOTO ANOP/10 P.1

A eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo ao discursar perante a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque.

## PRIMEIRO-MINISTRO DISCURSOU NA O.N.U.

No importante discurso que pronunciou perante a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, o Primeiro-ministro português, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, afirmou que «não há estratégia de desenvolvimento para a década de oitenta compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos». Assim, acrescentou, «ou a maior parte dos recursos financeiros e tecnológicos são «desviados» para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos».

Depois de reconhecer a complexidade e o «melindre» das negociações de desarmamento, a eng.ª Lurdes Pintasilgo congratulou-se, em nome de Portugal, com as negociações SALT e atribuiu «significativa importância» às iniciativas no sentido de serem estabelecidos «esquemas regionais de segurança», conforme sucede com a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.

A chefe do Governo português apelou também para «a consciência internacional» com vista a que se encontrem «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor-Leste». No que respeita ao direito à autodeterminação, Lurdes Pintasilgo referiu os casos da Namíbia e do Zimbábue e reiterou, em nome do nosso País, a «condenação da prática política e social do «apartheid», que ofende gravemente a consciência moral das nações».

A questão palestiniana foi igualmente abordada pelo Primeiro-ministro, que salientou o «inalienável direito humano» daquele povo a possuir «uma pátria a que livremente se acolha», pondo-se, assim, termo «a uma situação que afecta a consciência moral das nações».

### «PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE»

Lurdes Pintasilgo considerou imperativo, paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações, «criar e consolidar» um direito ao património comum da humanidade. Neste sentido defendeu a incorporação, numa futura convenção relativa ao Direito do Mar, de princípios como o do «património comum da humanidade» e a procura de soluções jurídicas «visando uma mais justa redistribuição dos recursos naturais vivos e não vivos, à escala mundial ou regional», como passos «construtivos de uma nova ordem mundial».

Para encontrar «novos modelos» de sociedade, o Primeiro-ministro português propôs «o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada

de metas sociais e culturais, que se situem num registo diferente do mero crescimento económico», para os países industrializados.

Referindo-se aos países em vias de desenvolvimento, o Primeiro-ministro acentuou que «uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das «concessões» dos ricos, que cada país pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna».

### «ASSUMIR O DESAFIO»

Para o estabelecimento de uma nova solidariedade mundial, Lurdes Pintasilgo atribuiu às Nações Unidas a responsabilidade de «assumir o desafio», pois que «a linha do consenso, apesar de difícil, não é irrealizável», e acrescentou: «O que está em jogo não é somente uma mudança de forma de vida, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional».

Nesta sua importante alocução perante a Assembleia Geral da ONU, Lurdes Pintasilgo consideraria ainda indispensável o reforço dos valores culturais na defesa de «uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade», dentro da linha que propôs de «desenvolvimento endógeno» dos povos, conceito que engloba «o respeito pelo ritmo de crescimento de cada região», o «melhor aproveitamento das suas matérias-primas» e a «capacidade de uma sociedade fazer face, de forma dinâmica, à

32 sua própria evolução histórica, com a cultura que é a sua e os materiais que são os seus.

A terminar, o Primeiro-ministro português afirmaria que «não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente, o homem singular».

## INTENSA ACTIVIDADE DIPLOMÁTICA

Durante a sua estada em Nova Iorque, a eng.ª Lurdes Pintasilgo foi recebida, em breve audiência, pelo Papa João Paulo II e avistou-se com o secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance, em encontro que se prolongou por mais de uma hora e no decurso do qual foram tratados aspectos fundamentais da política externa portuguesa e das relações luso-americanas.

O Primeiro-ministro teve ainda encontros com o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, com o presidente da Assembleia-Geral da Organização, Salim Ahmed Salim, e com o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, Ramiro Saraiva Guerreiro, designadamente.

Antecedendo a visita da chefe do Governo às Nações Unidas, deslocou-se a Nova Iorque o ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz, para participar nos trabalhos desta 34.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

O ministro Freitas Cruz teve contactos e reuniões com os seus homólogos da Espanha, República Popular da China, Alemanha Federal, Uruguai, Venezuela, Perú, Argentina, Estados Unidos, Noruega, França, Roménia, Tanzânia, Jugoslávia, Líbia e Bahrein e com uma delegação da Organização de Libertação da Palestina. De salientar, quanto a esta última reunião, que se tratou do primeiro encontro formal de um chefe da diplomacia portuguesa com representantes da OLP.

Lurdes Pintasilgo com Cyrus Vance, durante o encontro realizado em Nova Iorque.



TELEFOTO ANOP/JUPI

# VISITA PRESIDENCIAL À FRANÇA

No regresso da sua visita a França, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, considerou, em declarações à imprensa, que os resultados obtidos nesta viagem foram «os que realisticamente podíamos esperar».

O general Eanes salientou a importância dos contactos que manteve com o chefe de Estado francês, afirmando que «a amizade do presidente Giscard d'Estaing pelo nosso País» e a sua estima pelos emigrantes portugueses foram factores determinantes para os resultados atingidos.

Referindo-se ao apoio do presidente francês à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, Ramalho Eanes revelou que manifestara o desejo de «ver respeitada a cronologia dos pedidos de adesão», intenção que obteve a concordância do lado francês. Do mesmo modo, a França mostrou-se de acordo quanto à aceleração do processo de integração do nosso País na CEE.

No que diz respeito à situação dos trabalhadores portugueses residentes em França, o Presidente Eanes recordou as garantias dadas pessoalmente por Valéry Giscard d'Estaing de que a próxima legislação sobre estrangeiros não afectará os emigrantes portugueses, tendo em conta a candidatura de Portugal ao Mercado Comum.

O Presidente da República realçaria ainda, neste breve encontro com os jornalistas, terem sido obtidos resultados concretos noutros domínios, referindo, em particular, o reforço da segurança social para os nossos emigrantes, a extensão do ensino do português e o apoio a acções de carácter social e cultural.

Aludindo ao contributo que a França poderá prestar ao desenvolvimento da economia portuguesa, Ramalho Eanes afirmaria, a terminar, que existem boas

perspectivas para o incremento dos intercâmbios económico, comercial, técnico e científico entre os dois países.

## REUNIÕES E CONTACTOS COM AS AUTORIDADES FRANCESAS

Nesta sua visita oficial de três dias a França, o Presidente da República foi acompanhado por sua esposa e por uma comitiva que integrava os ministros Freitas Cruz (Negócios Estrangeiros), Correia Gago (Coordenação Económica), Marques Videira (Indústria e Tecnologia) e Veiga da Cunha (Educação), o tenente-coronel Costa Neves, membro do Conselho da Revolução, o secretário de Estado da Emigração, Mário Neves, e o presidente da Comissão para a Integração Europeia, Pires Miranda.

Nas reuniões que efectuou com o seu homólogo francês, o Presidente da República teve ocasião de abordar, para além dos problemas dos trabalhadores portugueses em França, aspectos do acordo referente à instalação no nosso País de um complexo fabril da Régie Renault, questões ligadas ao processo de adesão de Portugal à CEE e, genericamente, a evolução das relações luso-francesas, sobretudo a nível financeiro, económico e cultural. As «grandes questões da política internacional» foram igualmente debatidas pelos dois chefes de Estado.

Durante a sua estada em Paris, o general Eanes avistou-se também com o primeiro-ministro Raymond Barre e teve contactos com empresários e dirigentes políticos e sindicais franceses, nomeadamente. Na Câmara Municipal, onde foi homenageado, Ramalho Eanes teve um encontro com o «maire» de Paris, Jacques Chirac.

No Palácio Marigny, sua residência oficial durante esta visita, o Presidente receberia uma delegação das associações da comunidade portuguesa em França.

Acompanhado pelos ministros da Coordenação Económica e do Plano e da Indústria e Tecnologia, o Chefe de Estado deslocou-se a uma das unidades fabris da Régie Renault, em Flins, onde teve oportunidade de contactar alguns dos operários portugueses que ali trabalham. No final da visita, conduzida pelo ministro francês da Educação, antigo director-geral da empresa, foi oferecido ao Presidente da República um



Giscard d'Estaing e Ramalho Eanes: o desenvolvimento das relações luso-francesas foi tema dominante nas conversações entre os dois estadistas.

## Uma carta de Giscard d'ESTAING a Ramalho EANES

«O novo regime previsto para os estrangeiros residentes em França, não será aplicado aos trabalhadores portugueses», garantiu o presidente Giscard d'Estaing numa carta que enviou ao chefe de Estado português, uma semana antes de se iniciar a visita oficial do general Ramalho Eanes à capital francesa.

Dada a sua particular importância, transcrevemos a seguir, na íntegra, o texto dessa carta: «Senhor Presidente: Em virtude da evolução da situação económica mundial, a França foi levada a reexaminar a sua política de imigração. O Governo definiu novas regras que

estão actualmente a ser examinadas pelo Parlamento.

Alguns trabalhadores portugueses residentes em França mostram-se preocupados por não saberem se a aplicação destas novas regras poderia pôr em causa a segurança do seu trabalho ou os direitos sociais que tinham adquirido.

Desejo tranquilizá-los totalmente ao confirmar-lhe, Senhor Presidente, que por motivos da candidatura de Portugal à Comunidade Económica Europeia, foi decidido que as autorizações de residência e de trabalho dos portugueses residentes em França continuarão a ser

renovadas, de futuro, nas mesmas condições liberais praticadas no passado, ou seja, sem que lhes seja aplicado, de facto, o novo regime previsto para os estrangeiros.

Aproveito esta oportunidade para prestar homenagem à qualidade do trabalho dos portugueses que vivem entre nós e de lhe garantir que eles adquiriram, pela sua atitude e pelas suas qualidades, a estima e a afeição do povo francês.

Peço-lhe que aceite, Senhor Presidente, os protestos da minha elevada e muito cordial consideração.

Valéry Giscard  
d'Estaing»

automóvel do modelo mais recente produzido pela Renault. O general Eanes aceitou a oferta, mas na condição expressa de o veículo ser entregue aos serviços de apoio social da Embaixada de Portugal em Paris.

No âmbito desta viagem presidencial, decorreram conversações bilaterais, a nível ministerial, de que se salientaram as realizadas entre os titulares das pastas dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz e Jean-François Poncet, e entre o ministro francês do Comércio e o ministro português da Coordenação Económica e o presidente da Comissão

Nacional para a Integração Europeia, bem como os encontros que tiveram os ministros da Educação dos dois países e Lionel Stolerau e Mário Neves, respectivamente secretário de Estado francês do Trabalho e secretário de Estado português da Emigração.

### ENCONTRO COM A COMUNIDADE PORTUGUESA

Falando a membros da comunidade portuguesa, numa sessão realizada no

pavilhão de La Villete, em Paris, o general Ramalho Eanes declarou que, enquanto for Presidente da República, haverá em Portugal liberdade para todos os cidadãos, comunistas e não comunistas, e mesmo para os elementos da extrema-direita.

O Presidente recordaria, a propósito, que a liberdade é um valor fundamental da vida em sociedade e que, por isso, tudo fará para que todos dela possam usufruir, acrescentando: «Foi por isso que entrei no 25 de Novembro e tenho recebido ataques de todos os lados».

Na oportunidade, os trabalhadores portugueses emigrados expuseram ao Chefe de Estado algumas das suas reivindicações, relacionadas, em particular, com a aplicação das suas poupanças no desenvolvimento das respectivas regiões de origem, com os horários dos postos fronteiriços e com o funcionamento dos postos consulares em França. Ramalho Eanes assegurou aos seus interlocutores que, no próximo Natal — época em que muitos emigrantes se deslocam ao País —, os postos fronteiriços de maior movimento estarão permanentemente abertos e que vai ser estudada a possibilidade de melhorar os serviços consulares nas principais cidades francesas. O Presidente informou, por outro lado, que vai ser elaborado um projecto de lei destinado a resolver a situação militar dos emigrantes que continuam em falta nesse domínio.

Quanto à revisão da actual lei eleitoral, no sentido de permitir uma maior participação dos emigrantes nas várias eleições, o general Ramalho Eanes, embora reconhecendo que a actual legislação tem aspectos injustos, adiantou que a mesma só poderá ser alterada no âmbito de uma revisão constitucional.

Alguns emigrantes levantaram problemas relacionados com a sua permanência em França, recordando que a prática muitas vezes desmentia as intenções dos responsáveis políticos. A essas observações, respondeu o Presidente afirmando que recebera garantias formais de Valéry Giscard d'Estaing de que os direitos dos trabalhadores portugueses seriam assegurados. Ramalho Eanes acrescentaria não ter dúvidas de que a palavra do presidente francês, «que é a palavra da França», será cumprida no que respeita aos portugueses.



## INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Nos primeiros sete meses do corrente ano, o valor do investimento estrangeiro autorizado atingiu cerca de um milhão e 650 mil contos, ou seja, mais 70 por cento que em igual período de 1978, segundo revelou o Instituto de Investimento Estrangeiro (IIE). De facto, de Janeiro a Julho de 1978, o volume de investimento directo estrangeiro tinha sido de aproximadamente 967 mil contos.

No referido período deste ano foram autorizados 151 investimentos, para 62 no mesmo período de 1978. O IIE anunciou também que a média mensal do valor do investimento directo estrangeiro autorizado foi de 647.997 contos, de Janeiro a Julho de 1979, para 358.200 contos no período homólogo do ano passado.

As indústrias transformadoras (53 por cento) são as mais procuradas pelos investidores estrangeiros, logo seguidas dos serviços (38 por cento). Os investimentos directos estrangeiros na agricultura e pescas representam 5 por cento do total, enquanto nos primeiros sete meses de 1978 não foram além de 1,5 por cento do total. Neste último sector os investimentos directos estrangeiros autorizados até Julho deste ano subiram a 77.363 contos, para um valor de 14.500 contos no mesmo período do ano passado.

O IIE informou ainda que 60 por cento do investimento directo estrangeiro autorizado veio dos países da CEE e da EFTA, 29 por cento da Suíça, 23 por cento dos Estados Unidos e 13 por cento da França.

«Informar os Portugueses sobre a Comunidade Europeia, os seus fins, as suas políticas e as suas instituições» é o principal objectivo do «Bu-



O Presidente da República com Lorenzo Natali, no Palácio de Belém.

reau» da CEE que recentemente foi inaugurado em Lisboa por Lorenzo Natali, vice-presidente da Comissão Executiva daquele organismo europeu.

No discurso informal que então pronunciou, Lorenzo Natali fez questão de sublinhar que este «Bureau» de Informação não pode ser comparado a uma representação diplomática. A Comissão Executiva da CEE tem um Gabinete de Informação e Imprensa nas capitais dos países membros e, uma vez que estão em curso os processos de adesão da Grécia, de Portugal e da Espanha, foram instalados gabinetes semelhantes em Atenas e Lisboa, estando prevista para breve a inauguração de um outro em Madrid.

O «Bureau» da capital portuguesa é chefiado por Karlheinz Höller, que anteriormente dirigiu a divisão de relações entre os Gabinetes de Informação e Imprensa existentes nos novos Estados membros, no âmbito da Direcção-Geral de Informação da Comissão Executiva da CEE, com sede em Bruxelas.

Durante a sua estada em Lisboa, Lorenzo Natali foi recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, e teve reuniões com a Comissão Nacional para a Integração Europeia, para análise, nomeadamente, das negociações do acordo alfandegário Portugal/CEE, que expira no final do próximo ano, e do processo de adesão do nosso País à Comunidade.

Na conferência de imprensa que antecedeu a inauguração do «Bureau» da CEE na capital portuguesa, Lorenzo Natali referiu que as autoridades comunitárias estão empenhadas em que as negociações para a adesão de Portugal estejam concluídas no final de 1980, e recordou que a essas negociações se seguirá um

período de um ano e meio destinado a permitir que o nosso País ratifique o Tratado de Roma.

Lorenzo Natali sublinharia ainda, que Portugal está já a beneficiar dos mecanismos de apoio em vigor na CEE, através da ajuda financeira que tem vindo a ser prestada no contexto dos acordos actualmente existentes, frisando, mais adiante, que, após o período de transição, o nosso País estará em condições de suportar a plena integração económica, industrial e agrícola.

No que respeita ao sector empresarial do Estado, o vice-presidente da Comissão Executiva da CEE esclareceu que o mesmo não constitui qualquer obstáculo à integração de Portugal, já que outros países da Comunidade, como a Grã-Bretanha, a França e a Itália, também o têm. «A questão reside em que as empresas nacionalizadas, sejam bancos ou indústrias, respeitem as normas de mercado estabelecidas na área da CEE», acrescentou Lorenzo Natali.

## COMISSÃO NACIONAL DA U.N.E.S.C.O.

Foi constituída no Ministério dos Negócios Estrangeiros a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual visa «apoiar e desenvolver em Portugal os programas e realizações daquele organismo internacional, interessando os cidadãos e as organizações nacionais na melhoria da compreensão mútua entre os povos e na promoção da justiça, da paz e da segurança internacional».

Recorde-se que a UNESCO é um organismo das Nações Unidas que tem por objectivo incrementar a colaboração in-

ternacional através da educação, da ciência e da cultura. A representação nacional do nosso País junto da sede da UNESCO, em Paris, encontra-se assegurada, desde Junho de 1975, por uma Missão Permanente.

Entre as atribuições da nova Comissão — criada pelo Decreto-Lei n.º 218/79 —, contam-se as seguintes: emitir pareceres e fazer sugestões ao Governo no que se refere aos programas e realizações da UNESCO; estabelecer uma ligação eficaz com o Secretariado da UNESCO e também com as comissões nacionais e organismos de cooperação dos outros Estados membros; apoiar a Missão Permanente de Portugal junto dessa Organização, especialmente através da emissão de pareceres no respeitante à organização e preparação da delegação portuguesa à Conferência Geral e a outras conferências ou actividades da UNESCO; organizar e participar em reuniões de carácter nacional e internacional relacionadas com os objectivos da Organização; contribuir para a coordenação da acção dos serviços e sectores de actividades representados na Comissão no que se refere à prossecução dos fins da UNESCO em Portugal; prestar informações relativas às actividades da Organização e manter contacto permanente com instituições, organizações governamentais e não governamentais e indivíduos nacionais e estrangeiros; dar a conhecer à opinião pública nacional os objectivos e realizações da UNESCO; e, finalmente, realizar as demais tarefas que lhe sejam cometidas pelo Governo, nos domínios de actividade da UNESCO.

Para a prossecução dos objectivos e tarefas acima referidos, a Comissão Nacional da UNESCO pode propor ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a criação de delegações sectoriais ou regionais, segundo moldes a definir em cada caso.

## MINISTRO HÚNGARO VISITOU PORTUGAL

O estreitamento das relações bilaterais e a análise dos grandes problemas internacionais constituíram os principais temas das conversações que o ministro húngaro dos Negócios Estrangeiros, Frigyes Pujás, manteve com as autoridades portuguesas no decurso da visita oficial de três dias que efectuou ao nosso País.



Frigyes Pujás, ministro húngaro dos Negócios Estrangeiros.

Durante a sua estadia em Lisboa, Frigyes Pujás foi recebido em audiência pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, e avistou-se com o Primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, com quem passou em revista várias questões da conjuntura política internacional, nomeadamente as que se prendem com o desanuviamento e a preparação da próxima conferência sobre a paz e a segurança na Europa, a realizar em Madrid no próximo ano.

Durante esta audiência, foram também analisadas as relações entre os dois países, com particular incidência nas perspectivas que se abrem nos domínios da cooperação industrial, tecnológica e cultural, e passada em revista a execução dos acordos firmados por ocasião da visita do Presidente Ramalho Eanes à Hungria.

Frigyes Pujás teve ainda conversações com o seu homó-

logo português, Freitas Cruz, e com os titulares das pastas do Comércio e Turismo, Indústria e Agricultura e Pescas.

Recorde-se que, após o restabelecimento das relações diplomáticas, em Junho de 1974, Portugal e a Hungria assinaram já quatorze acordos de cooperação, abrangendo os sectores económico, comercial, técnico, científico, cultural, comunicações, transportes e desporto.

## TURISTAS SUL-AFRICANOS PARA PORTUGAL

O secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha, considerou que a recente realização, em Lisboa, do 20.º Congresso Anual da Associação dos Agentes de Viagens da África do Sul (ASATA) poderá contribuir decisivamente para o estabelecimento de novos e mais substanciais fluxos turísticos daquele país para Portugal.



Licínio Cunha, secretário de Estado do Turismo.

Licínio Cunha, que falava na sessão de abertura do referido Congresso, lembrou, a propósito, que os laços históricos que unem os dois países e o facto de a situação geográfica de Portugal o colocar na posição de «porta de entrada ideal entre a África e a Europa» conferem ao nosso País condições para ter vantajosas relações turísticas com a República da África do Sul.

Por seu turno, o ministro do Turismo sul-africano, A. P. Treurnich, depois de lembrar

pontos de interesse comum entre os dois países — «foram os portugueses os primeiros a chegar ao que é hoje a África do Sul, onde vivem actualmente 600 mil portugueses», disse —, considerou que o mero facto deste Congresso se ter realizado em Portugal, constituiu uma «maravilhosa oportunidade para reforçar os nossos interesses comuns, isto é, o desenvolvimento do turismo e de viagens entre os nossos dois países».

Finalmente, Hessel von Geusau, presidente da ASATA afirmou que, embora actualmente o fluxo de turistas sul-africanos para Portugal seja ainda reduzido, é intenção dos operadores daquele país aumentar em breve esse fluxo, pois, segundo acentuou, «Portugal é um bom destino para o turismo».

## RELAÇÕES LUSO-NIGÉRIANAS

Portugal e a Nigéria assinaram uma carta de intenções para a compra anual de 500 mil toneladas de petróleo nigeriano no valor de 90 milhões de dólares, segundo revelou à Anop o encarregado de negócios nigeriano em Lisboa, Emeka Azikiwe.

Aquele diplomata acentuou, na ocasião, que a Nigéria tem procurado incrementar as relações com Portugal nos sectores da construção naval, transportes aéreos, cooperação económica e assuntos culturais.

Ainda segundo a Anop, Emeka Azikiwe realçou a importância da Lisnave e destacou o facto de, desde há um ano e meio, alguns navios nigerianos terem sido reparados em Portugal. Foi igualmente adiantado que têm sido feitos intensos esforços para aumentar o volume das trocas comerciais entre os dois países. O encarregado de negócios da Nigéria recordaria, por outro lado, que a TAP / Air Portugal tem cooperado activamente com o Governo nige-

riano, nomeadamente transportando peregrinos mulçumanos para a Arábia Saudita. Paralelamente, desenvolvem-se negociações tendentes ao estabelecimento de um acordo aéreo bilateral, prevendo-se a efectivação, para breve, de um voo semanal com escala em Lagos, da linha Lisboa-Luanda.

No que se refere ao sector económico, o diplomata salientou a visita a Portugal, no ano passado, de uma delegação da Associação de Comércio da Nigéria e acrescentou que em resultado desta visita foi posteriormente elaborado, por ambas as partes, um esboço de acordo de cooperação comercial e técnica, cujas negociações deverão ter lugar em breve.

No campo cultural — preciso Emeka Azikiwe — foram feitos alguns progressos com vista à assinatura de um acordo entre os dois países, agora que a Nigéria assumiu como grande prioridade da sua política externa o estreitamento das relações com os Estados africanos de língua portuguesa.



Torre de prospecção petrolífera: a Nigéria poderá vender ao nosso País cerca de 500 mil toneladas anuais de «ouro negro».

## DONATIVO DO KUWAIT PARA MESQUITA DE LISBOA

O embaixador do Kuwait em Madrid, Ali Al-Hilal, que se deslocou a Lisboa em visita de carácter particular, procedeu à entrega da primeira parte de um donativo de cerca de cinco mil contos, que o Governo do seu país concedeu para auxiliar a construção de uma mesquita na capital portuguesa, em terreno cedido para o efeito pelo município lisboeta.

A cerimónia estiveram presentes o embaixador de Mar-

rocos em Lisboa, Taieb Bouazza, o presidente da Comunidade Islâmica, Suleiman Vally Mamede, o embaixador da Turquia, Nejat Balkan, o encarregado de Negócios do Paquistão e um representante da Embaixada Líbia em Madrid.

Durante a sua estada em Portugal, Ali Al-Hilal teve reuniões com membros da Comunidade Islâmica de Lisboa e da Associação dos Amigos dos Países Árabes, e com dirigentes políticos do nosso País.

Por outro lado, esteve igualmente em Lisboa o director da «Kuwait Airways», com o objectivo de estudar as possibilidades da abertura de um escritório na capital portuguesa, que será em breve um

dos pontos de escala dos aviões daquela companhia de transportes aéreos.

Recorde-se que entre Portugal e o Kuwait não existem ainda relações diplomáticas a nível de embaixador, embora as relações comerciais se tenham intensificado bastante. Assim, em 1978, Portugal exportou mercadorias no valor de 21 mil contos e importou do Kuwait cerca de 491 mil contos.



O início da construção da mesquita lisboeta foi assinalado pela colocação de um letreiro alusivo à obra — conforme documenta a imagem — no terreno onde ficará instalado o edifício; em cima, o embaixador do Kuwait em Madrid, Ali Al-Hilal.

## SEIS MIL PORTUGUESES TRABALHAM NOS PAÍSES ÁRABES

Trabalham, actualmente, nos países árabes, cerca de seis mil portugueses, segundo apu-

rou a ANOP junto de um representante da Liga Árabe em Madrid.

O porta-voz da Liga Árabe acentuou, a propósito, que os portugueses «que tão estimados são pelo seu trabalho e humanismo, serão bem-vindos aos países árabes». De acordo com a mesma fonte, mais de

3 mil portugueses emigraram para esses países depois de Abril de 1974.

O maior número de trabalhadores portugueses qualificados encontra-se em Marrocos, ligados a empresas estrangeiras.

A mais recente saída de portugueses destinou-se ao

Sudão, onde trabalham na instalação de uma refinaria de petróleo.

Os portugueses dedicam-se a várias tarefas por conta de empresas estrangeiras nos países árabes, destacando-se, sobretudo, as de construção civil e engenharia. Mas também há portugueses a trabalhar na indústria hoteleira, construção naval e petroquímica, e ainda como treinadores de futebol.

Recorde-se que, em Lisboa, existem Embaixadas do Egipto, Líbia e Marrocos, sendo com este último país que Portugal mantém mais estreitas relações. Por seu turno, Portugal tem Embaixadas em Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Líbano e Iraque.

De salientar ainda que trabalhadores portugueses na Líbia pediram recentemente a normalização das relações com este país e a abertura de um Consulado que defenda os seus interesses.

Por outro lado, e conforme tivemos já ocasião de noticiar, o Governo português criou recentemente um consulado em Manama, capital do Bahrein, onde trabalham cerca de 600 portugueses.

## COMISSÃO MISTA LUSO-IRAQUIANA

O ministro do Comércio e Turismo, Pereira Magro, chefiou a delegação portuguesa que, em Bagdade, participou na primeira reunião da Comissão Mista Luso Iraquiana.

O ministro português foi convidado a estar presente à inauguração da Feira Internacional de Bagdade, e teve ainda oportunidade de debater as possibilidades de incrementar a cooperação entre Portugal e o Iraque — designadamente nos domínios da investigação, da tecnologia e da formação — em reuniões realizadas com os ministros iraquianos do Plano, da Irrigação, dos Transportes, da Indústria e Minas, da Habitação e Obras Públicas.

# A CAPITAL

Director: FRANCISCO  
Director adjunto: ...



## SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO ENTREVISTADO POR «A CAPITAL»

Em entrevista publicada no vespertino «A Capital», o secretário de Estado da Emigração, dr. Mário Neves, abordou temas que se revestem de particular importância para os portugueses residentes no estrangeiro e, em especial, para os nossos emigrantes em França.

Nessa entrevista — a primeira que, na qualidade de secretário de Estado da Emigração, concedeu a um jornal português —, Mário Neves revelou, designadamente, que estão em

fase muito adiantada as negociações entre o nosso País, a Espanha e a França para assegurar aos emigrantes portugueses uma adequada protecção em caso de doença ou de acidente durante a travessia do território espanhol. Aquele membro do V Governo Constitucional aproveitou ainda a oportunidade para anunciar a contratação de mais 62 professores primários para França, aumentando-se, assim, para 369 o número de docentes que naquele país asseguram o ensino básico na nossa língua a cerca de 40 mil crianças portuguesas.

## 38 SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO ENTREVISTADO POR «A CAPITAL»

Respondendo a uma pergunta do jornalista sobre os objectivos que pretende alcançar no exercício do cargo de secretário de Estado da Emigração, o dr. Mário Neves afirmou: «No espaço de tempo de que disponho não posso ter a pretensão de fazer uma obra de fundo. Gostaria, no entanto (de acordo com o que tem sido dito pela Primeiro-ministro), de estabelecer bases sólidas para que a obra relacionada com os nossos emigrantes possa ser encarada pelos futuros governos, não de forma a comprometer a sua acção, mas justamente a garantir-lhes um sentido de perfeita continuidade e equilíbrio. Tenho sempre presente que os emigrantes representam um quarto da população portuguesa e têm tanto direito como os outros três quartos a serem considerados e esclarecidos nos diversos aspectos que os envolvem. Tenho ainda em especial consideração os emigrantes porque o facto de terem ido trabalhar para o estrangeiro representa sem dúvida uma atitude de coragem e de espírito de sacrifício que deve merecer a todos o maior respeito e consideração».

### «DESENVOLVER UMA COLABORAÇÃO ÚTIL»

Depois de salientar que a estrutura de apoio aos emigrantes «é mal conhecida e que, por isso mesmo, é muitas vezes deficientemente considerada», Mário Neves apontou, como exemplo, o caso de França, país onde vivem cerca de 900 mil portugueses e onde funcionam 17 consulados, acrescentando que se tem procurado, com os recursos existentes, atender as principais aspirações dos nossos compatriotas residentes no estrangeiro. «Tenho informações — disse o secretário de Estado — de que os actos consulares decorrem com maior celeridade. Além disso existem associações e grupos da própria iniciativa dos emigrantes, com os quais procuramos desenvolver uma colaboração útil. Só em França há cerca de 500 desses grupos e associações de portugueses».

Ainda a propósito deste assunto, o dr. Mário Neves recordou a recente aprovação, pela Assembleia da República, do diploma que institui a criação das comissões consulares de emigran-

tes, e acentuou: «Espero que, uma vez regulamentado o trabalho dessas comissões, seja possível aos emigrantes aperceberem-se melhor dos complexos problemas que envolve a sua presença nos vários países de imigração e que com uma política de melhor compreensão mútua seja possível atender mais eficientemente os problemas que os afectam».

### MELHORAR AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS POSTOS FRONTEIRIÇOS

Noutro passo da entrevista, o secretário de Estado da Emigração referiu-se às deficientes condições em que, na maior parte das vezes, são feitas as viagens de e para Portugal, sobretudo por via rodoviária e ferroviária: «Os problemas começam na fronteira da França com a Espanha. As arrelias que os emigrantes sofrem com o tempo que têm de esperar aumenta-lhes o cansaço físico e, com este, o risco de acidentes mais ou menos graves. O que espera os emigrantes em Vilar Formoso talvez seja ainda pior. (...) Basta dizer que Vilar Formoso não tem água. As instalações sanitárias nos serviços da alfândega, nos cafés e nos restaurantes não podem ser utilizadas. Isto numa terra por onde passaram, na semana entre Julho e Agosto, mais de 600 mil pessoas. A agravar isto, as próprias instalações da fronteira, apesar do seu aspecto luxuoso, revelam-se inadequadas, pelo que os serviços têm de decorrer na rua, em rolotes, à beira dos painéis de azulejos do edifício construído pelo

regime anterior. Para atenuar um pouco a gravidade da situação verificada em Vilar Formoso, não obstante a boa vontade de todo o pessoal ali em serviço, vamos diligenciar junto do Ministério das Finanças para que a fronteira esteja aberta durante 24 horas por dia, nos períodos de ponta. Para tanto há que tratar do assunto também com as autoridades espanholas. Na solução deste problema temos encontrado algumas dificuldades, mas isso não nos levará ao desânimo. Assim, posso anunciar que no próximo Natal talvez já seja possível canalizar os emigrantes para mais três ou quatro postos de fronteira, segundo as suas terras de destino. Quanto ao transporte por caminho-de-ferro e por avião, estão a ser feitas diligências junto da CP e da TAP para eliminar algumas razões de queixa formuladas por emigrantes».

A terminar, o dr. Mário Neves aludiu à previsível entrada em vigor, em França, da nova legislação tendente a restringir o trabalho de estrangeiros em território francês — matéria que tem constituído preocupação dominante para os nossos compatriotas ali residentes —, tendo acentuado, a tal propósito, existirem «garantias verbais do Governo francês» de que os emigrantes portugueses não serão afectados pela aplicação dos novos diplomas. «Por várias razões — realçou — e entre elas a de sermos candidatos ao Mercado Comum, que prevê (...) a livre circulação de pessoas, e pela posição prestigiosa da mão-de-obra portuguesa em França, a aplicação do mencionado decreto não afectará os portugueses».



Um aspecto da estação ferroviária de Vilar Formoso.

# JOÃO RODRIGUES CABRILHO EVOCADO EM MONTALEGRE



No concelho de Montalegre realizaram-se diversas cerimónias evocativas da figura de João Rodrigues Cabrilho, navegador português que foi o primeiro europeu a aportar às costas da Califórnia (EUA) e do México.

Na Igreja Matriz da sede do concelho foi celebrada missa pelo bispo de Vila Real e no edifício dos Paços do Concelho decorreu uma sessão solene que foi presidida pelo governador civil do distrito, dr. Camilo Botelho, e à qual estiveram presentes o presidente da edilidade de Montalegre, o cônsul dos Estados Unidos da América, o comandante militar de Chaves, o dr. José Timóteo Montalvão Machado — em representação do presidente da Academia Portuguesa de História —, e ainda Manuel José Gonçalves Rodrigues, descendente de Cabrilho, além de diversas outras individualidades civis, militares e religiosas.

Seguidamente procedeu-se à inauguração de uma nova rua em Montalegre à qual foi dada o nome do homenageado e, em Cabril, na casa onde supostamente terá nascido o navegador, foi descerrada pelo governador civil de Vila Real uma lápide comemorativa do acontecimento.



A conhecida estátua dedicada ao navegador João Rodrigues Cabrilho em Point Loma, San Diego (Califórnia-EUA), obra do escultor Alvaro de Brêe

## ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE EMIGRANTES TRANSMONTANOS

Foi criada oficialmente a Associação Regional de Emigrantes Transmontanos (ARETRA), com sede em Vila Real.

Esta associação, segundo revelou na ocasião um dos seus dirigentes, «visa unir a capacidade empreendedora dos transmontanos e pôr em prática empreendimentos que aproveitem as potencialidades regionais».

O mesmo informador declarou ainda que a ARETRA conta ter, até ao final do ano, mais de dois mil associados.

## RÁDIO RENASCENÇA VAI EMITIR EM ONDA CURTA PARA A EUROPA E AMÉRICA

A Rádio Renascença vai iniciar emissões experimentais em onda curta no primeiro trimestre do próximo ano, se-

gundo revelou à imprensa o director de programas daquela estação de rádio, Albérico Fernandes. As emissões dirigir-se-ão inicialmente para a Europa, pretendendo-se em seguida atingir a América.

Por outro lado, o novo Centro Emissor de Muge irá em breve ser montado. Para o efeito a RR adquiriu já terreno próprio.

As referidas emissões para a Europa e América irão ter uma programação orientada para as comunidades portuguesas ali radicadas. Para o cumprimento de tal desiderato, muito têm contribuído, de acordo com a mesma fonte, os fundos obtidos através da campanha lançada para a aquisição dos citados emissores de onda curta — dois dos quais estão já prontos a entrar em funcionamento — e para a construção de novos emissores de onde média, um dos quais foi já entregue à Rádio Renascença.

## COMISSÃO ORGANIZADORA DO «I CONGRESSO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS»

O Conselho de Ministros aprovou recentemente o projecto de decreto-lei que cria a Comissão Organizadora do «I Congresso das Comunidades Portuguesas» que se realizará em Junho de 1980.

No comunicado oficial em que anunciou tal decisão, o plenário ministerial considera que o «I Congresso das Comunidades Portuguesas» será o encontro dos emigrantes portugueses espalhados pelo mundo e visará, pelo estudo e debate das comunicações e propostas nele apresentadas e pela participação activa dos emigrantes, contribuir para a definição consensual e aprofundada de uma política de defesa e enriquecimento dos laços que unem os emigrantes portugueses à sua Pátria, em especial para a década de 80».

**ALEMANHA FEDERAL****ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE COLÓNIA TEM NOVA SEDE**

A «Associação Portuguesa de Colónia» inaugurou a sua nova sede, localizada na Wismanstrasse 30, Köln-Ehrenfeld. A esta dinâmica colectividade desejamos os melhores sucessos nas actividades a desenvolver nas novas instalações.

**AUSTRÁLIA****ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL LUSO-AUSTRALIANA**

A Associação Sócio-Cultural Luso-Australiana, cujos principais objectivos assentam na promoção e organização de actividades de carácter cultural e educativo junto da comunidade portuguesa residente na Austrália, organizou recentemente um curso de língua inglesa que registou a matrícula de 35 alunos. Este curso, ministrado por professoras australianas — integradas no programa governamental denominado «Technical and Further Education» —, permitiu aos alunos receber, no final do período lectivo, o respectivo diploma oficial de frequência.

No que respeita ao ensino da língua portuguesa, e para além de um curso destinado a adultos, a Associação mantém em funcionamento uma escola de português, frequentada por 28 crianças e integrada no esquema de ensino básico.

Dado o êxito destas iniciativas, a ASCLA prepara presentemente a abertura de outras duas escolas para o ensino básico e de um Jardim Infantil para crianças portuguesas, projecto que se encontra em fase de avançada organização e que conta com

a colaboração de entidades oficiais australianas.

De realçar que nesta meritória acção em prol do ensino e da divulgação da cultura portuguesa, a ASCLA tem encontrado apoios e incentivos não só por parte das autoridades locais, como, ainda, por parte de diversos cidadãos australianos: é o caso, por exemplo, de Christine Ellys, assistente social que, ajudada por outra técnica, de origem brasileira, tem vindo a dedicar os seus tempos livres à organização e promoção das actividades recreativas desenvolvidas pela Associação.

**BERMUDAS****130.º ANIVERSÁRIO DA CHEGADA DOS PRIMEIROS EMIGRANTES PORTUGUESES**

Está a ser comemorado nas Bermudas o 130.º aniversário da chegada dos primeiros emigrantes portugueses, os quais eram, na sua maioria, originários da ilha de S. Miguel (Açores). Actualmente, numa população de 58 mil habitantes, as Bermudas contam com cerca de 8 a 10 mil portugueses ou seus descendentes.

Para celebrar a efeméride, o grupo de teatro «Lusolândia», do Estado de Nova Inglaterra (EUA), deslocou-se às Bermudas para aí efectuar uma série de representações da peça «Ah! Monim dum Corisco!», da autoria de Onésimo Teotónio de Almeida. Durante a sua estada de duas semanas, os 18 elementos daquele agrupamento cénico tiveram ainda ocasião de participar em programas que os dois canais da televisão local dedicaram às comemorações, as quais incluíram, para além dos referidos espectáculos teatrais, uma série de outras iniciativas culturais. Este programa comemorativo teve como principais promotores dois membros da «Associação Portuguesa

das Bermudas», dois elementos do «Clube Vasco da Gama» e o vice-cônsul de Portugal, Joaquim Barreto.

**BRASIL****TROFÉU «DESTAQUE LUSÍADA» PARA O GOVERNADOR DO PARÁ**

Por iniciativa do programa «Portugalíssimo», produzido pelo jornalista Graciano Cou-

Ao acto assistiram, entre outras personalidades, o presidente do Conselho da Comunidade Portuguesa, comendador Vítor Portela, e dirigentes das diversas instituições portuguesas do Pará, respectivamente Grémio Literário Português, Beneficência Portuguesa, Centro Laborinense, Associação Vasco da Gama, Tuna Luso-Brasileira e Centro Beneficente Penacovense.

Na oportunidade, o governador do Pará proferiu uma breve alocução, realçando a actuação dos portugueses no Brasil.



tinho, realizou-se na TV-Guarará (Canal 4) uma cerimónia de homenagem ao governador do Estado do Pará, coronel Alacid Nunes, que foi distinguido com o troféu «Destaque Lusíada».

A foto que publicamos regista o momento em que o comendador Vítor Portela procedeu à entrega do referido troféu ao coronel Alacid Nunes.

**IMAGENS DE PORTUGAL NA TV BRASILEIRA**

Os produtores dos programas de TV «Portugalíssimo», «Portugal Sem Passaporte» e «Todos Cantam a Sua Terra», respectivamente Graciano Coutinho, José Alberto Saraiva e Santos Mendes, firmaram recentemente um acordo para o alargamento do sistema de intercâmbio e colaboração que têm vindo a praticar, com o objectivo de aumentar a difusão dos referidos programas — que, além de noticiário sobre o nosso País, incluem rubricas dedicadas ao folclore, à música e ao turismo, bem como filmes especialmente cedidos pela Secre-

taria de Estado da Emigração — junto da nossa comunidade residente no Brasil.

Assim, desde há dois meses, e após a associação da Rede Record de Televisão, de S. Paulo — que, de segunda a sexta, transmite a mais completa programação portuguesa existente na TV brasileira —, os programas sobre o nosso País conheceram um enorme aumento de audiência, passando a ser exibidos em cerca de 40 estações de televisão espalhadas por todo o Brasil, a maior rede de emissores até hoje alcançada por qualquer programação do género.

## CANADÁ

PROGRAMA DE  
TELEVISÃO PARA  
PORTUGUESES

A estação de televisão «Rádio Quebec», de Montreal, propriedade do Governo autónomo daquela província canadiana, acaba de iniciar uma programação especialmente dedicada às comunidades estrangeiras ali radicadas.



**Radio  
Québec**

No que respeita à comunidade portuguesa, a orientação dos programas foi confiada a Conceição Carvalho, funcionária do «Centro Português de Referência e Promoção Social de Montreal». Em princípio, o programa dedicado aos portugueses será realizado pelos mesmos técnicos que actualmente dirigem o programa português na «Rádio Centre-ville» e na «TV-Canal 9».

## EUA

EMIGRANTES  
ENVIAM DONATIVOS  
PARA OBRAS  
SOCIAIS

A dra. Manuela Eanes recebeu recentemente um representante do «Clube Português de Filadélfia», o qual lhe fez entrega de um donativo de 500 dólares, enviado por emigrantes portugueses residentes naquela cidade norte-americana e destinado a obras sociais.

A esposa do Presidente da República recebeu este donativo na sua qualidade de presidente do Secretariado para a Acção Social.



TELEFOTO ANOR / UPI

LUSO-AMERICANO  
DESENHOU  
A TRIBUNA  
PARA A VISITA  
PAPAL

A tribuna e o altar construídos na cidade de Boston, quando da recente visita do papa João Paulo II aos Estados Unidos, foram concebidos pelo arquitecto António P. de Castro, de ascendência portuguesa.

Na imagem que publicamos, António P. de Castro mostra a maqueta que criou para ilustrar o projecto de que foi autor.

## JOVEM PORTUGUESA NO EXÉRCITO AMERICANO

## LUSO-AMERICANO

PORTUGUESE-AMERICAN BILINGUAL NEWSWEEKLY — FOUNDED 1928 — (USPS 322-000)

Member Inter American Press Association

Second class postage  
paid at Newark, N. J.

Week of August 16 to August 22, 1979

## Pintasilgo Vieira

de NJ vai ao Canadá

— asco da Gama de Bridgeport joga em Newark?

Uma portuguesa no  
exército americano

Ana Cristina de Oliveira Pinheiro Aleixo Martins, de 17 anos, residente em Newark, acaba de se alistar no exército americano, tornando-se, tanto quanto sabemos, a primeira portuguesa a enveredar pela carreira das armas nos Estados Unidos.

A Ana Martins, que nasceu em Lisboa, no bairro de S. Sebastião da Pedreira, viveu em Angola até a guerra



Ana Cristina de Oliveira Pinheiro Aleixo Martins, de 17 anos de idade e residente em Newark, alistou-se no exército norte-americano, após ter obtido as mais altas classificações nas provas de ingresso, tendo sido destacada para o Serviço de Pessoal.

Segundo o semanário «Luso-Americano», Ana Cristina, que além do português fala

correctamente três línguas — francês, inglês e espanhol —, é a primeira portuguesa a enveredar pela carreira das armas nos Estados Unidos.



## ESTADOS UNIDOS JAMES ARTHUR CARVALHO FOI HOMENAGEADO NO HAWAI



James Arthur Carvalho (foto do «Jornal Português»).

As comunidades portuguesa e porto-riquenha do Hawai promoveram conjuntamente uma sessão de homenagem ao luso-americano James Artur Carvalho que recentemente completou 25 anos de trabalho radiofónico.

Associando-se a este tributo de apreço pela brilhante actividade profissional desenvolvida por J. A. Carvalho ao longo de um quarto de século, o governador do Estado, George Ariyoshi, compareceu à cerimónia onde foi entregue a «Jimmy» — como é conhecido entre os mais íntimos — uma placa com a seguinte inscrição: «25 anos de distintos serviços radiofónicos às comunidades Portuguesa e Porto-riquenha do Hawai».

James Artur Carvalho nasceu a 3 de Junho de 1928, em Paauhau (Hawai), e é filho de pais portugueses, tendo vivido sempre num ambiente onde eram constantes as referências a Portugal e às tradições e música popular do nosso

País. Seguindo o exemplo de seu pai, «Jimmy» aprendeu a tocar acordeão e guitarra, tornando-se mesmo compositor de músicas e canções. Em 1952, fundou o seu popular programa radiofónico, na estação emissora «Rádio KISA», o qual, ainda hoje, continua a

«ir para o ar» todos os sábados, entre as 9.30 e as 13 horas (TMG). Para além da sua meritória acção como profissional de rádio, James Artur Carvalho é, ainda, o correspondente no Hawai do semanário «Jornal Português», editado em San Pablo (Califórnia).

## FRANÇA

### FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO EM VILLAMBARD

A comunidade portuguesa de Villambard, num notável e oportuno gesto de solidariedade, organizou uma festa dedicada aos nossos compatriotas que se deslocam àquela região, em regime de trabalho temporário, para fazer a apanha dos morangos. Este convívio, que sensibilizou particularmente os homenageados, agrupou cerca de meio milhar de portugueses.

## ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ULIS

A «Associação Desportiva dos Ulis» organizou um torneio de futebol que foi disputado no terreno da equipa francesa «Château de Montjay» e que contou com a participação dos grupos «Portugueses de Plaisin» (Versalhes), «Portugueses de Paris», «Equipa de Carrefour» e, é claro, da «Equipa Portuguesa dos Ulis», promotora da iniciativa. A classificação final deste torneio amigável foi a seguinte: — 1.º — «Plaisin»; 2.º — «Ulis»; 3.º — «Paris»; e 4.º — «Carrefour». Quanto a marcadores, o melhor foi Manuel Calisto de Oliveira, jogador do «onze» de Ulis, com 5 golos.

## LUXEMBURGO

### LIÇÕES DE ARBITRAGEM PARA CLUBES DE FUTEBOL DA COMUNIDADE PORTUGUESA



O árbitro António Garrido deslocou-se ao Luxemburgo para, durante uma semana, ministrar lições de arbitragem

aos nossos compatriotas que vão actuar como juizes de campo nos jogos que integram o campeonato de futebol promovido pela Federação das Associações Portuguesas daquele Grão-Ducado, organismo que engloba 25 agremiações desportivas.

Assim, a convite da citada Federação, António Garrido um dos nossos mais experientes e conhecidos árbitros de futebol a nível internacional — forneceu aos elementos dos diversos clubes portugueses os conhecimentos básicos necessários ao desempenho da difícil função de juiz de campo no «desporto-rei».

## SUIÇA

### SERVIÇOS CONSULARES

Após o recente encerramento do Consulado-Geral de Portugal em Zurique, os respectivos serviços passaram a ser assegurados pela Secção Consular da Embaixada de Portugal em Berna.

Recorde-se que o Consulado-Geral agora encerrado abrangia as circunscrições dos Cantões de Zurique, Lucerna, Uri, Schwyz, Unterwald (Alto e Baixo), Glaris, Zugue, Soleure, Basileia (Bâle-Vile e Bâle-Campagne), Schaffouse, Apenzel (Rhodes exterior e Rhodes interior), Saint-Gall, Grísões, Argóvia, Turgóvia e Tessino e do Principado do Liechtenstein.

Assim, a partir de agora, todos os portugueses residentes nas circunscrições acima mencionadas que pretendam recorrer aos serviços consulares, pessoalmente ou por escrito, deverão fazê-lo, como referimos, na Secção Consular da nossa Embaixada em Berna, cuja direcção é: Helvetiastrasse, 50-A / 3005 Berna (Tel. 031-431773). Esta Secção funciona de segunda a sexta-feira (excepto feriados) das 10 às 12 e das 15 às 17 horas.

## REQUISIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS CERTIFICADOS DE AFORRO

O Decreto n.º 43 575, de 30 de Março de 1961, com o objectivo de facilitar a todas as pessoas, mesmo as residentes em localidades mais afastadas das sedes dos concelhos, a aplicação das suas economias em Certificados de Aforro, veio permitir que a requisição e a futura amortização dos mesmos se pudessem efectuar nas então designadas estações dos Correios, Telégrafos e Telefones, mediante o pagamento de taxas postais adequadas.

No decurso dos últimos anos, porém, a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones transformou-se em empresa pública do Estado, passando a designar-se Correios e Telecomunicações de Portugal, com manutenção da tradicional abreviatura «CTT» e operando-se naturais alterações de estrutura no sector.

Por outro lado, tornou-se imperioso que o regime vigente na requisição e amortização dos Certificados de Aforro através das estações de correios abranja não só as do Continente como também as das Regiões Autónomas.

Assim, o Governo aprovou o Decreto Regulamentar n.º 37/79, de 29 de Junho, que revoga o Decreto n.º 43 375, de 30 de Março de 1961 e que determina o seguinte:

1. As estações de correios da empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal poderão aceitar requisições e as quantias necessárias para a criação de certificados de aforro e proceder à entrega destes, depois de emitidos pela Junta do Crédito Público;

2. Por intermédio das mesmas estações de correios poderá efectuar-se o pagamento das importâncias relativas às amortizações requeridas pelos aforristas;

3. Para efeito do disposto no ponto 4.2., deverá a Junta do Crédito Público enviar às estações de Correios avisos da emissão de ordens de pagamento.

As importâncias necessárias para as amortizações sairão, provisoriamente, das quantias destinadas à emissão de novos certificados de aforro ou do produto de emissão de vales;

4. As quantias recebidas nas estações de correios para a criação de certificados de aforro serão entregues no Banco de Portugal ou nas tesourarias da Fazenda Pública e serão creditadas na conta da Junta do Crédito Público, naquele banco. Serão debitadas na mesma conta as quantias pagas pelas estações de correios para amortização de certificados de aforro, desde que essas amortizações tenham sido amortizadas pela Junta do Crédito Público;

5. Os serviços requeridos nas estações de correios ficam sujeitos às taxas postais fixadas nos termos do Decreto-Lei n.º 37 129, de 31/11/48

## EXTENSÃO DO ABONO DE FAMÍLIA CONCEDIDO PELAS CAIXAS FRANCESAS

Numa circular recentemente distribuída, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes (CCSSTM) informa que, a partir de 1 de Outubro do corrente ano, os trabalhadores portugueses residentes em França passaram a ter direito ao Abono de Família pelos descendentes que tenham

mais de 15 e até completarem 20 anos de idade e prossigam os seus estudos em Portugal.

O Abono de Família será concedido desde que se verifiquem as condições gerais exigidas para o efeito pela legislação francesa.

Para receberem o Abono de Família em relação aos descendentes nas condições citadas, os interessados devem dirigir-se às Caixas francesas de Abono de Família pelas quais estão abrangidos e requerer a respectiva concessão.

As referidas Caixas francesas solicitarão à CCSSTM, por intermédio de um impresso próprio para o efeito (formulário SE 139-27-A), a confirmação da situação de estudante dos descendentes.

Quaisquer outras informações sobre este assunto podem ser obtidas pelos interessados junto das Caixas francesas de Abono de Família, estando, no entanto, a CCSSTM, completamente ao seu dispor para a resolução de quaisquer dificuldades. Recordamos que a direcção deste organismo é: Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, Rua da Junqueira, 112 — 1399 Lisboa CODEX (Telefones: 645281/7).

## CRÉDITO PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA

O regime de crédito para habitação própria — objecto da nota informativa que a seguir publicamos e que foi elaborada pela Secretaria de Estado da Emigração — não se destina exclusivamente a emigrantes. Para esses existe, com outras características, o «sistema de Poupança-Crédito», a que já nos referimos, por diversas vezes, em anteriores números da Revista. De qualquer modo, consideramos que será útil os trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro conhecerem também esta forma de obtenção de financiamento para aquisição ou construção da sua própria casa.

### 1. Quem pode beneficiar destes empréstimos?

Só poderão beneficiar deste regime os indivíduos que solicitem o empréstimo para aquisição ou constituição da sua própria habitação permanente e do seu agregado familiar desde que não disponham de qualquer outra casa própria, quer comprada, quer mandada construir.

### 2. Que entidades podem financiar a aquisição ou construção destes fogos?

Poderão financiar a aquisição ou construção de fogos para habitação própria a Caixa Geral de Depósitos, o Crédito Predial Português e o Montepio Geral — Caixa Económica de Lisboa, além de outras caixas económicas que o Ministro das Finanças devidamente autorize para o efeito.

### 3. Regime a que estão sujeitos estes empréstimos

As condições de bonificação, de prazo e montante de cada empréstimo dependerão do rendimento anual de cada um dos membros do agregado familiar e do valor por metro quadrado do fogo a adquirir ou a construir, o qual será referido à área bruta total da habitação.

Considera-se como fazendo parte do agregado familiar da pessoa que solicite o empréstimo, quem com ela viva em

QUADRO DAS CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO

Rendimento anual médio por pessoa do agregado familiar	Porcentagens máximas de empréstimo em função da avaliação	Prazos máximos (anos)	Taxas de juro inicial a cargo do mutuário segundo a classe de construção (percentagem)							
			Até 100 m2 de área bruta total				Mais de 100 m2 de área bruta total			
			Classe A (até 9.200\$)	Classe B (9.201\$ a 10.700\$)	Classe C (10.701\$ a 11.700\$)	Classe D (11.701\$ a 12.700\$)	Classe A (até 8.800\$)	Classe B (8.801\$ a 10.300\$)	Classe C (10.301\$ a 11.300\$)	Classe D (11.300\$ a 12.300\$)
Escalão I (até 60 contos)	95	25	7	8	10	11	7	8	10	11
Escalão II (de 60 a 90 contos)	90	24	8	9	11	12	8	9	11	12
Escalão III (de 90 a 110 contos)	90	23	10	11	13	14	10	11	13	14
Escalão IV (de 110 a 125 contos)	85	22	12	13	14	15	12	13	14	15
Escalão V (de 125 a 140 contos)	85	21	13	14	15	15,5	13	14	15	15,5

comunhão de mesa e habitação ligado por laços de parentesco, casamento, afinidade e adopção ou em outras situações especiais assinaláveis. Excluem-se as pessoas que coabitem por virtude de contrato de hospedagem ou de trabalho doméstico (Decreto Regulamentar n.º 33/79, de 7 de Junho).

O rendimento por pessoa obtém-se dividindo a soma dos rendimentos declarados pelo número de pessoas que constituem o agregado familiar.

3.1. O empréstimo máximo será de 1 450 000\$ (limite acrescido de 25% se a habitação se situar nas Regiões Autónomas).

3.2. O valor total de habitação não poderá ser superior a 1 600 000\$ (limite acrescido de 25% se a habitação se situar nas Regiões Autónomas).

3.3. O máximo da área bruta total da habitação será de 140 m2.

3.4. O montante de cada empréstimo será estabelecido pela instituição de crédito que decidirá atendendo ao valor atribuído ao fogo a adquirir ou a construir. O empréstimo será, no máximo, de 95%, 90% ou 85% daquele valor consoante quem o solicite se encontre respectivamente no I, II e III e no IV e V escalões de rendimento.

Quando se trate de casas construídas ao abrigo de programas habitacionais da administração central ou local, poderá ser dispensada a avaliação pela instituição de crédito desde que o valor dessas casas seja justificado pelo organismo que promova a realização daqueles programas.

3.5. Os prazos máximos de amortização dos empréstimos serão de 25, 24, 23, 22 e 21 anos conforme quem o solicite se encontre respectivamente no I, II, III, IV ou V escalões de rendimento.

Estes prazos máximos serão aumentados de quatro anos se a casa em questão tiver sido adquirida ou construída ao abrigo de um contrato de desenvolvimento para habitação.

3.6. O reembolso do empréstimo será efectuado em prestações mensais de capital e juros, que serão debitadas em conta aberta na instituição de crédito que concedeu o empréstimo.

3.7. A taxa de juro que dependerá dos limites máximos legais em vigor será afixada por acordo entre o Ministério das Finanças e a instituição de crédito e será suportada nos termos seguintes:

- a) por quem pede o empréstimo conforme percentagem do quadro que publicamos;
- b) pelo Banco de Portugal, na percentagem fixada nos avisos sobre a matéria;
- c) pelo Estado na parte restante.

As taxas de juro que ficam a cargo de quem pede o empréstimo, manter-se-ão fixas durante os dois primeiros anos que se sigam à celebração do contrato com a instituição de crédito, salvo quanto às alterações que decorram de eventuais variações dos limites máximos.

Após os dois anos as taxas serão anualmente acrescentadas de mais 1% até atingirem a taxa de juro de contrato, deduzida a bonificação a cargo do Banco de Portugal e já referida na alínea b) do parágrafo anterior.

3.8. Os empréstimos serão garantidos por hipoteca, preferentemente constituída sobre a habitação a adquirir ou a construir.

## INDEMNIZAÇÕES AOS EX-TITULARES DE DIREITOS SOBRE BENS NACIONALIZADOS OU EXPROPRIADOS

1. A Secretaria de Estado da Emigração informa que já foram reguladas as condições do empréstimo interno denominado «Obrigações do Tesouro, 1977 — Nacionalizações e Expropriações», que irá ocorrer ao pagamento das indemnizações.

2. Assim, a indemnização a que haja direito recebe-se através de títulos de dívida pública — obrigações — cujo valor nominal será de 1000\$0 ou de 100\$ ou múltiplos desta quantia.

A representação das obrigações de 1000\$ será feita em **títulos de cupão** de 1 e de 10 obrigações ou em certificados de dívida inscrita, representativos de qualquer quantidade desses títulos. As obrigações de valor inferior a 1000\$ só serão entregues depois de conhecido o valor global definitivo da indemnização atribuída a cada titularidade.

3. Haverá um **desdobramento em 12 classes**, conforme for o montante a indemnizar, de acordo com o quadro que publicamos a seguir. **As datas de emissão** do primeiro pagamento de juro e da primeira amortização constam igualmente do mesmo quadro.

Poderá ser autorizado pelo Governo, tendo em conta as possibilidades orçamentais, que a amortização dos primeiros 50 contos correspondentes à Classe I, seja substituída por um pagamento antecipado.

6. **As quantidades de obrigações a amortizar** serão definidas por despacho do Ministro das Finanças, atendendo ao valor em circulação para cada classe.

As obrigações poderão ser amortizadas por **sorteio**, pelo seu valor nominal, ou por **compra** no mercado.

O **reembolso** do capital dos títulos representativos das obrigações de valor inferior a 1000\$ será efectuado na data correspondente à última amortização da respectiva classe.

7. Até à troca pelos títulos definitivos (que será feita em data a fixar pela Junta do Crédito Público), as obrigações serão representadas por **cautelas**, mediante as quais poderão ser pagos pelas **instituições de crédito** os juros e as remunerações ao capital.

Quando vierem a ser emitidas cautelas correspondentes a títulos de classes já totalmente amortizadas, os seus titu-

Classes	Montante a indemnizar	Taxa de juro %	Anos de amortização	Período de deferimento	Período total	Data da emissão	Data do primeiro pagamento de juro	Data da 1.ª amortização
I	Até 50 contos	13	6	2	8	1-10-79	1-10-80	1-10-81
II	De 50 a 125 contos	12,8	6	2	8	1-11-79	1-11-80	1-11-81
III	De 125 a 250 contos	12,4	7	2	9	1-12-79	1-12-80	1-12-81
IV	De 250 a 450 contos	11,8	7	2	9	1- 1-80	1- 1-81	1- 1-82
V	De 450 a 750 contos	11	9	2	11	1- 2-80	1- 2-81	1- 2-82
VI	De 750 a 1175 contos	10	11	2	13	1- 3-80	1- 3-81	1- 3-82
VII	De 1175 a 1750 contos	9,8	13	3	16	1- 4-80	1- 4-81	1- 4-83
VIII	De 1750 a 2500 contos	8,4	15	3	18	1- 5-80	1- 5-81	1- 5-83
IX	De 2500 a 3450 contos	6,8	17	4	21	1- 6-80	1- 6-81	1- 6-84
X	De 3450 a 4625 contos	5	19	4	23	1- 7-80	1- 7-81	1- 7-84
XI	De 4625 a 6050 contos	3	21	5	26	1- 8-80	1- 8-81	1- 8-85
XII	Acima de 6050 contos	2,5	23	5	28	1- 9-80	1- 9-81	1- 9-85

4. Dado que, os juros das obrigações se vencem desde a data de nacionalização ou expropriação ou da data da ocupação dos prédios (se esta for anterior), e que os juros vencidos até à data de emissão das obrigações são capitalizados, **consideram-se para o efeito emitidas em 1 de Outubro de 1979** todas as obrigações das doze classes.

5. Os titulares de obrigações das classes II a XII receberão conjuntamente com o primeiro juro e relativamente aos períodos de tempo a seguir indicados uma **remuneração** (com a taxa de juro da respectiva classe) **ao capital** que lhes tenha sido atribuído como indemnização.

CLASSES	TITULOS
II	Um mês
III	Dois meses
IV	Três meses
V	Quatro meses
VI	Cinco meses
VII	Seis meses
VIII	Sete meses
IX	Oito meses
X	Nove meses
XI	Dez meses
XII	Onze meses

lares adquirem o direito de receber imediatamente os juros vencidos e o correspondente valor do reembolso.

8. Os títulos e certificados representativos das obrigações emitidos gozam de **garantia do pagamento integral dos juros e reembolso**, a partir do vencimento ou amortização, por força das receitas gerais do Estado e ainda dos demais direitos, isenções e garantias previstas na lei, para os títulos de dívida pública.



46

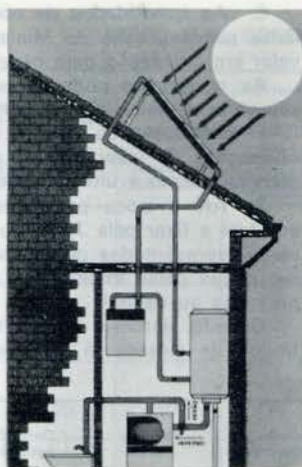
Esta secção está aberta a todos os leitores. Nela inserimos, total ou parcialmente, as cartas que nos são dirigidas e as respectivas respostas — elaboradas, quando necessário, pelos Serviços Técnicos da SEE, que simultaneamente, se encarregam de responder directamente aos interessados —, sempre que as mesmas, pelos temas que abordam, possam eventualmente interessar a outros leitores. Toda a correspondência dirigida a esta secção deverá ser enviada para:

Revista «25 de Abril / Comunidades Portuguesas»  
Secretaria de Estado da Emigração  
Palácio das Necessidades — 1.º Piso  
Largo do Rilvas,  
1354 Lisboa CODEX  
Portugal

«No n.º 39 (Julho/Agosto) da Revista, na página 6, li um artigo referente à energia solar em Portugal.

Como desde há muito tempo pensava utilizar esse sistema para a instalação de aquecimento na minha casa de habitação, em Portugal, e não tinha conhecimento se este sistema já era utilizado em série no nosso País, agradeço e obséquio de me facilitarem informação mais detalhada sobre o assunto, e se possível com direcção da(s) entidade(s) ou empresas que se ocupam com este sistema, a fim de a elas me poder dirigir e tentar concretizar a minha pretensão.

A. J. C. (Alemanha Federal)»



Presentemente, existem várias empresas no nosso País que se dedicam à produção e instalação de sistemas de aquecimento utilizando energia solar. Para obter informações técnicas detalhadas sobre qual será o tipo de aquecimento mais aconselhável para a sua habitação e quais as firmas especializadas que deverá contactar para tal fim, aconselhamo-lo a escrever para a recém-criada «Sociedade Portuguesa de Energia Solar» (Av. Praia da Vitória, 20-3.º Dt.º, 1000 Lisboa), instituição não-lucrativa que poderá elucidá-lo sobre a matéria citada.

Recordamos-lhe, por outro lado, que a Caixa Geral de Depósitos (Direcção dos Serviços de Operações de Crédito — Largo do Calhariz, 1200 Lisboa) lançou recentemente uma modalidade de concessão de crédito, com juro bonificado, destinada, precisamente, a apoiar a aquisição e instalação de equipamentos que utilizam a energia solar.

«(...) Tenho um terreno em Portugal que é de renda, renda essa que anteriormente era paga em cereais, isto porque o arrendamento começou há 200 anos aproximadamente. Hoje é pago em dinheiro. Eu e um conjunto de foreiros — foram os foreiros que desbravaram as terras — fomos ter com o senhorio para ele vender a terra, mas obtivemos sempre a resposta de que ele não vendia.

Tendo aparecido o 25 de Abril, nós pensámos em nos dirigir ao IRA de Santarém, que é onde pertence, e eles disseram-me que eu tinha direito em reunir a terra porque tinha saído um Decreto-Lei n.º 547/75 que obrigava todo o senhorio a vender o terreno nesta conformidade.

Tendo eu entrado com um processo no Tribunal de Bena-

vente, o senhorio foi chamado e declarou ao Juiz que vendia o terreno. O Juiz marcou um prazo de 90 dias para a escritura ser tratada e avisou que a parte que não comparecesse em Tribunal dentro desse prazo, então perdia. Passados os 90 dias o senhorio não compareceu. Foi então estipulado novo prazo para um julgamento, tendo depois o Juiz afirmado que o senhorio não vendia a terra.

Como é que isso pode acontecer? Tenho ou não direito a reunir a terra?

Gostaria de ver esta minha carta transcrita na Revista «25 de Abril» e obter um esclarecimento sobre os meus direitos e como devo tratar de todo este mistério e onde me devo dirigir, pois encontro-me imigrado em Inglaterra e tendo amealhado algum dinheiro gostaria de ver a terra minha, para assim poder mandar construir uma casa, para que um dia, ao voltar a Portugal, possa viver des preocupadamente sem ter de andar a pagar rendas após rendas.

S. B. P. (Inglaterra)»

Nos termos do Decreto-Lei n.º 547/74, de 22 de Outubro, que estabelece o regime jurídico dos casos de arrendamento rural em que as terras

«Leitor assíduo desde o primeiro número da Revista «25 de Abril», tendo já sido seu assinante durante algum tempo, acabo de receber o n.º 39, referente a Julho-Agosto, e é este que motiva escrever esta carta para nela apresentar um reparo e crítica à falta de informação que se vem notando na Revista (...) e em que só as comunidades de portugueses emigrantes espalhados pelo mundo são prejudicadas.

Já várias vezes pensado em escrever para focar este mal, mas tenho deixado passar. No entanto, chegou a altura em que, como leitor e emigrante, não posso nem devo deixar de o fazer, isto na esperança de ver melhorar a Revista no capítulo referente à informação e para que ela possa ser considerada pelos emigrantes espalhados pelo mundo o seu porta-voz de notícias verdadeiras e correctas, emitidas para a emigração.

Após receber a Revista que cito e que insere o relato das comemorações do 10 de Junho, dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, que se realizaram quer em Portugal (Vila Real), quer no estrangeiro, ao ler a notícia referente a França fiquei pasmado e certamente não fui só eu, certamente os núcleos de emigrantes portugueses também o ficaram.

Pasmado pela má informação que nos é dada na Re-

vista (...) sobre o que foi o 10 de Junho neste país. As comemorações deste dia não se limitaram como é anunciado na Revista, a «numerosas iniciativas culturais, recreativas e desportivas relacionadas com a efeméride», transcrevo o que foi publicado na pág. 37, e que dizem ter-se realizado nas regiões de França, já não se fala de Paris, onde estive o sr. major Vasco Lourenço em representação do Chefe de Estado.

Faltou na vossa Revista e isto é que é de pasmar e que considero má informação, de dar a conhecer às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo o acto que o sr. Presidente da República, general Ramalho Eanes, teve para com quatro emigrantes, modestos trabalhadores em França, tão modestos que a Revista (...) nem se dignou citar. Não interessa os nomes dos agraciados, mas interessa sim que os portugueses espalhados pelo mundo tenham conhecimento do acto que o sr. Presidente da República para com estes emigrantes em França. Penso que sem tirar valor nem prejudicar a notícia do que se passou em Paris (parece que para a Redacção da Revista a França é só limitada a Paris), poderia ter sido acrescentando à vossa débil notícia mais o seguinte:

«O sr. Presidente da República, general Ramalho Eanes, agraciou quatro trabalhadores emigrantes portugueses com a

foram dadas de arrendamento no estado de incultas ou em mato e se tornaram produtivas mediante o trabalho e investimento do rendeiro, o rendeiro tem o direito de remir o contrato, tornando-se dono da terra pelo pagamento do preço que foi fixado pelo tribunal judicial da comarca da residência do arrendatário.

Este preço será determinado pelo valor potencial da terra, fixado de acordo com a Portaria n.º 489/77, de 1 de Agosto, excluídas as benfeitorias, tendo em conta o estado em que se encontrava a terra no início do contrato.

Depositado na Caixa Geral de Depósitos o montante do preço referido e paga a respectiva sisa, o tribunal efectuará a transferência, a favor do rendeiro, dos bens remidos.

Ao rendeiro que use do referido direito será prestada assistência financeira pelos Fundos de Melhoramentos Agrícolas ou de Reestruturação Fundiária, para pagamento do preço da remição e da sisa.

O facto de, no caso concreto, a pretendida remição não se ter efectuado deve-se, presume-se, à insuficiência das provas apresentadas no

Tribunal Judicial da Comarca de Benavente.

Com efeito, o direito de remir o contrato de arrendamento rural apenas se verifica quando «as terras dadas de arrendamento no estado de incultas ou em mato e se tornaram produtivas mediante o trabalho e investimento do rendeiro», pelo que não se fazendo prova de tal situação o vínculo contratual mantém-se.

Para a obtenção de quaisquer esclarecimentos complementares deverá expor o assunto ao Núcleo de Gestão e Estruturação Fundiária, Largo de Carmo, 2000 Santarém.

«Encontro-me imigrado em França há cerca de dez anos; aqui o meu trabalho é condutor de carros ligeiros, trabalho de que gosto bastante, mas eu tenho vontade de ir a Portugal dentro de dois ou três anos e gostaria de ir para o meu País trabalhar na profissão de taxista. Então venho pedir-lhes se me podem informar quais são os papéis e licenças necessários para poder fazer essa profissão em Portugal e se eu poderia tratar do assunto aqui da França.

A. J. V. C. (França)»

De acordo com informação telefónica obtida junto do Sindicato dos Rodoviários, o único documento que necessita para exercer a profissão de condutor de táxi é a carta de condução profissional.

«(...) Venho pedir que a Revista «25 de Abril» me responda ao seguinte: eu penso, assim como, creio, todos os portugueses emigrados, que é de muito interesse sabermos se, quando regressarmos definitivamente a Portugal, temos alguns direitos — como se estivéssemos desempregados — e se temos direito a assistência médica para nós e para a família.

Pois era bom sermos informados sobre este assunto, pois para nós, emigrantes, que estamos, alguns, há bastantes anos cá e que quando nos despedirmos para regressar à nossa Pátria, por razões familiares e das escolas para os nossos filhos, creio que devia de haver uma assistência, pelo menos para os primeiros meses, pois quando do nosso regresso não sei se temos, quaisquer regalias e creio que devíamos ter.

C. G. F. (Alemanha Federal)»

Não está, actualmente, prevista a concessão de subsídio

de desemprego a ex-emigrantes que regressem a Portugal sem emprego.

No entanto, uma vez regressados, o senhor e a sua família poderão beneficiar de assistência médica e medicamentosa, a cargo da Segurança Social Portuguesa, devendo, para o efeito, dirigir-se aos Serviços Médico-Sociais da área de residência.

«Venho por este meio informar que no dia 22 de Julho encontrei entre Coimbra e Vilar Formoso um saco com roupas e algumas coisas de valor. Eu agradecia que pusessem um anúncio na «Revista 25 de Abril», visto ser a revista do emigrante, pois penso que o saco seja também dum emigrante, porque dentro do saco procurei uma direcção, sem a encontrar, mas estava um pequeno papel escrito em francês.

A pessoa a quem pertencer este saco peço o favor de comunicar comigo e que diga o que tem dentro do saco para assim o poder entregar.

A minha direcção é esta:

Maria Teresa de Jesus  
Newtonstraat 243  
2562 K H Den Haag  
Holland

M. T. J. (Holanda)»

Ordem do Infante, os quais receberam esta condecoração no dia 10 de Junho (dia de Camões e das Comunidades Portuguesas) nas cidades de Lille, Nantes e Nancy, tendo os consules, em representação do Chefe de Estado, feito a entrega aos agraciados».

E assim os emigrantes portugueses eram bem informados pela Revista (...). Faça algumas perguntas a que talvez não obtenha resposta:

1. Será que os actos realizados nestas cidades que citei não tiveram carácter oficial?
2. Foi por não ser em Paris que se omitiu, não merecendo qualquer referência na Revista?
3. Como é possível que uma Revista intitulada para as «Comunidades Portuguesas» no mundo, possa esquecer este acto oficial?
4. Falta de informação para a Revista (...)?
5. Porque não se dirigiram à Embaixada ou aos Consules onde se iam realizar estes actos?
6. Se fosse em Paris teria acontecido esta omissão?

(...) No entanto, estes actos que se realizaram nas cidades acima citadas (julgo serem considerados oficiais pelo nosso Governo) tiveram certamente as suas manifestações patrióticas

no núcleo de portugueses a que pertenciam os agraciados pelo sr. Presidente da República.

Para terminar (...) faço votos de que no próximo número da Revista «25 de Abril» seja feita alusão ao que exponho nesta carta e que de futuro a Revista (...) informe melhor a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo. Já chega para nós, Emigrantes, de pouca e má informação.

Frederico Moniz (França)»

Teríamos dado o devido destaque ao acontecimento a que o nosso leitor alude se a informação nos tivesse chegado a tempo de ser publicada. O que, infelizmente não aconteceu.

Por razões de ordem técnica, cada número da Revista é redigido com grande antecedência sobre a data de saída. Dispusemos, assim, de um prazo extremamente curto para, junto das inúmeras fontes por nós contactadas, reunir toda a informação que serviu de base ao noticiário sobre as comemorações do 10 de Junho em Portugal e no estrangeiro. Tanto quanto nos foi possível, tentámos, no entanto, publicar o máximo de noticiário sobre o tema — a que dedicámos 10 páginas — e fornecer aos leitores uma visão genérica e global do conjunto de cerimónias e iniciativas realizadas no âmbito do «Dia das Comunidades».

48 **FONSECA  
E COSTA,  
José**



Com o objectivo de dar a conhecer aos nossos leitores não só os filmes que fazem parte do Circuito de Cinema da Secretaria de Estado da Emigração, mas também os seus realizadores, temos vindo a apresentar apontamentos biográficos de alguns dos mais representativos cineastas portugueses, quer pela qualidade das obras de que são autores, quer pela acção que têm desenvolvido na evolução do cinema do nosso País.

De José Fonseca e Costa, o realizador a que hoje dedicamos esta secção, poder-se-á dizer que se integra no grupo que a partir da segunda metade da década de 60 marcou o início de uma nova etapa no cinema nacional, aquela que viria a ser designada como a do «novo cinema português». Paralelamente às produções realizadas nos moldes tradicionais, aparecem, nessa época, filmes que, utilizando uma linguagem cinematográ-



Maria Cabral numa cena de «O Recado», de José Fonseca e Costa.

fica diferente, não se limitam a contar uma história mas antes exigem uma maior participação por parte do público: o espectador é, assim, solicitado a não seguir passivamente as imagens e a tentar compreender aquilo que lhe não é mostrado, aquilo que, propositadamente, fica por dizer.

A título de exemplo, citamos alguns desses filmes: «O TRIGO E O JOIO», de Manuel Guimarães; «BELARMINO», de Fernando Lopes; «DOMINGO À TARDE», de António de Macedo; «MUDAR DE VIDA», de Paulo Rocha; «O CERCO», de António da Cunha Teles; e «O RECADO», de José Fonseca e Costa.

Referindo-se a este último

filme, o seu realizador diria, numa entrevista publicada no «Diário de Lisboa» de 23/1/72: «(...) A minha intenção, ao fazer o filme, era referir uma determinada realidade, de um ponto de vista essencialmente poético, embora utilizando meios naturalistas. Isso, suponho que o consegui. «O RECADO» é um filme "trompe l'oeil", onde o que conta não é a aparência das coisas, mas o que está por detrás delas. Suponho que isto é patente ao longo dele. Chego a mostrar uma coisa que as pessoas estão a ver com muita atenção, simplesmente o que é importante é o que está ao lado. É portanto um filme feito de inutilidades. Inutilidades que, a partir de certa altura,

ganham um certo sentido (...).»

José Fonseca e Costa nasceu em 1933, em Vila Robert Williams (Angola). Frequentou a Faculdade de Direito de Lisboa e foi crítico de cinema e dirigente de cineclubes tendo trabalhado, mais tarde, como assistente-estagiário do realizador italiano Michelangelo Antonioni, em «O ECLIPSE» (1961). É autor da tradução portuguesa do livro «Reflexões de um Cineasta», colectânea de textos do célebre cineasta soviético Sergei Eisenstein.

«O RECADO» (1971), a primeira longa-metragem de Fonseca e Costa, faz parte do Circuito de Cinema da SEE, bem como «É ERA O MAR... SESIMBRA», uma curta-metragem produzida em 1966.

**«O RECADO»**

Realização: José Fonseca e Costa

Anc de produção: 1971

Fotografia: Roberto Ochoa (Cor/normal)

Duração: 1.33 h.

Tema: Político/Crítica social

Classificação etária: Maiores de 13 anos

Principais intérpretes: Maria Cabral, Paco Nieto, José Viana, Luís Rocha, Paula Ferreira

**«É ERA O MAR... SESIMBRA»**

Realização: José Fonseca e Costa

Ano de produção: 1966

Fotografia: Elso Roque (Cor/normal)

Duração: 20 min.

Tema: Turístico

**ÚLTIMAS  
PRODUÇÕES  
ADQUIRIDAS**

O Instituto de Emigração adquiriu recentemente, para o Circuito de Cinema da SEE, cópias dos seguintes filmes:

**Curtas e médias-metragens**

— «ILHA DOURADA» — PORTO SANTO» (18 min.)

— «A CORTIÇA EM PORTUGAL» (30 min.)

— «FEIRA DE S. MATEUS» (17 min.)

— «MARANOS - TEIXEIRA DE PASCOAES» (30 min.)

— «ARTIGO 79.º DA CONS-

**TITUIÇÃO PORTUGUESA»**

(23 min.)

— «O GRANDE PORTO (9 min.)

**Curtas-metragens de animação**

— «O GRÃO DE MILHO»

— «PIT, O COELHINHO VERDE — N.º 3»

(O CIENTISTA MAU) (7 MIN.)

**Longas-metragens**

— «O PRIMO BASÍLIO»

— «MADRUGADA»

— «AREIA, LODO E MAR»

# **mosaico**

**programa da TV francesa  
para trabalhadores imigrados**



**FR3**

**todos os domingos, 10.30 às 12 horas**  
produção ICEI (Information Culture et Immigration)

a participação de Portugal é assegurada pela Radiotevisão Portuguesa  
em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

A correspondência deverá ser enviada para:

«MOSAICO»

ICEI (Information Culture et Immigration)

43 bis rue des Entrepreneurs

75015 Paris





**ELEIÇÃO INTERCALAR  
DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

*2 DE DEZEMBRO DE 1979*

**VOTAR**

**UM DIREITO  
UM DEVER CÍVICO**

ART. Nº 81 DA LEI Nº 14/79 DE 16 DE MAIO